Planeta dos Macacos

A negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão

Julho/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Planeta dos Macacos

A negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão

RECIFE/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Planeta dos Macacos

A negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão

Maria José Vitoriano Serrano

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia. Tendo como orientador o professor Doutor Cláudio Jorge Moura Castilho.

RECIFE/2006

Serrano, Maria José Vitoriano
Planeta dos Macacos : a negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão / Maria José Vitoriano Serrano. – Recife : O Autor, 2006.
130 folhas : il., fig., tab., gráf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2006.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Geografia urbana – Áreas pobres. 2. Espaço do cidadão – Empobrecimento da população – Urbanização acelerada, Recife(PE). 3. Construção do lugar – Movimentos sociais – Conquistas. 4. Não pertencimento ao lugar – Implicações. I. Título.

911.3	CDU (2.ed.)	UFPE
910.1	CDD (22.ed.)	BC2006 – 526

Maria José Vitoriano Serrano

Planeta dos Macacos

A negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão

Aprovado 29 / 08 / 2006

Banca examinadora constituída pelos Professores:

Comissão Examinadora

Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho (Orientador)

Dr. Carlos Augusto de A. Cardoso (Exam. Externo–UFPB)

Dr. Jan Bitoun (Examinador interno – UFPE)

Dra. Suely Leal (Examinadora externa – UFPE)

Dra. Ana Cristina de A. Fernandes (Exam. interna UFPE)

Dedico este trabalho
ao meu marido Amós,
as minhas filhas, Isis, Isabela e Isadora
e aos meus alunos, em especial, os da Escola
Municipal Dom Bosco, fonte de inspiração
para as idéias aqui expostas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela realização desse sonho, que sempre esteve latente em minha vida, mas que somente agora consegui concretizá-lo. E por ter dado forças necessárias, coragem e determinação nos momentos mais difíceis de minha trajetória.

Agradeço ao meu marido, pelo apoio e incentivo não somente no período de construção deste trabalho mas, pela paciência nos momentos críticos de extremo estresse da minha vida, por me agüentar, pela dedicação e amor para comigo e sobretudo por respeitar tantas ausências.

Agradeço à Isis, Isabela e Isadora, minhas queridas filhas as quais tenho dedicado toda minha vida pelo êxito de vocês. Que a minha vida seja para vocês um exemplo de fé, perseverança, dedicação e amor. Obrigada pela compreensão, pelo apoio, pelo incentivo, pelo diálogo travado com opiniões importantes para a realização deste trabalho. Perdão pelas ausências, mas saibam que meu coração sempre esteve e estará ligado a vocês.

Aos meus pais Francisco e Cecília “in memória”, por terem construído o alicerce para ser a pessoa que sou hoje, eternos agradecimentos.

Agradeço ao meu irmão Marcelo e minha cunhada Valéria, pelo apoio, pela ajuda dada, pelas discussões traçadas sobre os moradores de áreas pobres, focos de seu trabalho profissional, constituindo exemplos vivos de luta e defesa dos mais pobres.

Agradecimento especial ao orientador Prof° Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho, pela excelente orientação, através da paciência e exigência, conseguiu fazer-me acreditar que era possível realizar um bom trabalho.

Agradecimento especial a todos os moradores do Planeta dos Macacos, aos primeiros ocupantes Madalena, Zefinha, Neves, aos jovens estudantes da escola Dom Bosco, a Micheline, pelas informações, pelo carinho, como todos sempre, me receberam; Jamais esquecerei de vocês, pois todas, moram no meu coração.

Agradecimentos à equipe do Centro Dom Hélder Câmara (CENDHEC), pela luz sobre alguns pontos antes obscuros, mas que ficaram claros após a discussão travada com vocês., por acreditar no meu desempenho e pela força dada.

Agradeço ainda a Augusto Cabral, Prof° e mestre da Campina do Barreto, pelo apoio e pela força no início da pesquisa, pois, estava insegura com a temática escolhida.

Agradeço às diretoras das Escolas Alberto Torres e Dom Bosco, Giselha e Carmem Dolores respectivamente, pelo apoio quando do afastamento da Unidade escolar, para participar das aulas no curso.

Agradeço de forma especial as minhas colaboradoras, prof. Rosana Teles e prof. Mozeiner pela correção do texto, sempre com a preocupação de não alterar o sentido da idéia exposta por mim. Vocês foram maravilhosas, amigas para sempre.

Ao colégio Visão, em especial a coordenadora Elba, pela compreensão no momento mais difícil de conclusão do trabalho, apoio necessário e imprescindível para a sua realização.

Agradeço a grande amiga Lúcia de Fátima, sempre pronta a me ajudar, a me escutar, compartilhando comigo não somente, os momentos difíceis, como também os momentos de alegrias, de descobertas e de prazer com a realização desse sonho.

Agradeço a todos os professores do Curso de Mestrado, e aos colegas de turma, ótimas as nossas discussões em aula, de grande aprofundamento e enriquecimento para a realização desse trabalho.

Agradeço a todos meus colegas e amigos de trabalho, do Colégio Visão, da Escola Municipal Dom Bosco e do Centro de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET); pela força, pelo carinho, por acreditar no meu trabalho e por compartilhar das minhas angústias e alegrias.

Enfim, sinceros agradecimentos a todas aquelas pessoas de órgãos e instituições visitadas, que colaboraram com informações preciosas, além de outras que, direta ou indiretamente, também contribuíram para a conclusão deste grande sonho, enfim realizado.

“O homem é multidimensional, e cada qual das suas dimensões pode obter, de um modo relativamente autônomo, um movimento seu próprio. A consciência humana se alarga a partir de situações concretas adversas, ainda que essa ampliação de consciência seja desigual, segundo os indivíduos. São os que avançam os que podem exercer uma liderança ou pelo menos se colocar na dianteira das mudanças, ou das idéias de mudanças e portanto, mais perto do ideal de uma nova sociedade..”

(SANTOS, 2002: 99)

PLANETA DOS MACACOS: A NEGAÇÃO DO PERTENCER AO LUGAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

MESTRANDA: Maria José Vitoriano Serrano

ORIENTADOR: Professor Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho

RESUMO

A cidade do Recife sofreu, ao longo das últimas décadas do século 20, um processo de urbanização acelerado e concentrador que, aliado a um modelo socioeconômico, gerou grandes desigualdades sócio-espaciais, com a criação do espaço do não cidadão. As décadas de 1970 e 1980 foram caracterizadas por um acirramento das disputas pelo solo urbano, entre os agentes e atores sociais, o que ocasionou o fenômeno das "invasões" em terrenos disponíveis da cidade, ampliando ainda mais as favelas, ou o espaço do não cidadão, o qual se apresenta desprovido de acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Por outro lado, essas décadas também se caracterizam por uma forte mobilização social, que passou a exercer pressão junto aos gestores da cidade. Esse fato culminou em algumas conquistas as quais levaram à construção do espaço do cidadão, ainda que isso não tenha se dado de forma plena. Em uma dessas áreas de favela, denominada Planeta dos Macacos, identificamos a negação da identidade sócio-espacial expressa no sentimento de não pertencer ao lugar. Descobrimos que, em relação a esse espaço, a discriminação e a visão estereotipada e estigmatizante que a sociedade tem pelos moradores constitui obstáculo para que eles não assumam a sua identidade sócio-espacial com o lugar. Contudo, acreditamos que existe possibilidade de superação do desejo de não pertencimento ao lugar, desde que haja uma tomada de consciência, o que ocasionará a busca dos seus moradores para exercer sua cidadania nesse espaço, sobretudo os moradores mais jovens. Dessa forma, dar-se-á continuidade à construção do espaço do cidadão e, por conseguinte, a identidade sócio-espacial tenderá a ser conquistada, a exemplo do que ocorreu com os primeiros ocupantes.

Palavras chaves: espaço, lugar, cidadania, espaço do cidadão, negação do lugar, pertencimento, identidade sócio-espacial.

PLANETA DOS MACACOS: A NEGAÇÃO DO PERTENCER AO LUGAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

MESTRANDA: Maria José Vitoriano Serrano

ORIENTADOR: Professor Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho

RÉSUMÉ

La ville de Recife a souffert, au long des dernières décennies du 20ème siècle, un processus d´urbanisation accéléré et concentrateur qui, lié à un modèle socio-économique, a géré de grande inégalités socio-spatiales, avec la création de l´espace du non citoyen. Les décades de 1970 et 1980 ont été caractérisées par un exacerbation des disputes pour le sol urbain entre les agents et acteurs sociaux, ce qui a provoqué le phénomène des « invasions » dans des terrains disponibles de la cité, amplifiant encore plus les bidonvilles ou les espaces de non citoyens, lesquels se présentent dépourvu d´accès aux services et équipements urbains. D´un autre côté, ces décades se caractérisent aussi par une forte mobilisation sociale qui a commencé à exercer une certaine pression sur les gestionnaires de la ville. Ceci a levé à certaine conquêtes qui menèrent à la construction de l´espace du citoyen, bien que ceci ne se soit pas fait entièrement. Dans l´une de ces surfaces de bidonville, nommée « Planète des Singes », nous avons identifié la négation de l´identité socio-spatiale exprimée dans le sentiment de ne pas appartenir à l´endroit. Nous avons découvert que, en relation à cet espace, la discrimination et la vue stéréotypée, stigmatique que la société a pour des habitants constitue un obstacle pour qu´il n´assume pas leur identité socio-spatiale avec l´endroit. Malgré cela, nous croyons qu´il existe une possibilité de surpassement du désir de ne pas appartenir à cet endroit, à partir du moment où il y a une prise de conscience, ce qui occasionnera la recherche des habitants pour exercer leur citoyenneté dans cet espace, surtout les habitants les plus jeunes. De cette manière, on donnera une continuité à la construction de l´espace du citoyen et, par conséquent, à l´identité socio-spaciale qui tend à être conquise, suite à l´exemple de ce qui c´est passé avec les premiers occupants.

Mots clés : espace, lieu, citoyenneté, participation, negation du lieu, identité socio-spaciale et appartenance.

Sumário

Dedicatória

Agradecimentos

Mensagem

Resumo

Résumé

Sumário

Lista de Ilustrações

Lista de tabelas

Lista de gráfico

Lista de siglas

Introdução---------- 15

1- CONTEXTUALIZANDO A URBANIZAÇÃO DO RECIFE E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO DO NÃO CIDADÃO---------- 25

1.1- O Modelo Sócio-Econômico do Brasil e Suas Implicações no Empobrecimento da População---------- 30

1.2- A Realidade Perversa da Urbanização: As Desigualdades Sócio Espaciais---------- 35

2- O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO LUGAR NO PLANETA DOS MACACOS NA CIDADE. ---------- 51

2.1 - Movimentos Sociais e a Conquista do Espaço do Cidadão ---------- 56

2.1.1-A Criação das ZEIS e do PREZEIS ---------- 61

2.2- O Estatuto da Cidade e suas Repercussões em Áreas Pobres---------- 65

2.3- A História da AutoConstrução do Lugar Planeta dos Macacos ---------- 68

2.4- O Planeta dos Macacos Hoje, É um Espaço do Cidadão?---------- 80

3- A NEGAÇÃO DO PERTENCER AO LUGAR: OBSTÁCULO PARA A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO---------- 93

3.1 As Causas da Negação de Pertencer ao Lugar---------- 98

3.2 Possibilidade Utópicas ou Alternativas de Superação---------- 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS---------- 121

Referências Bibliográficas---------- 125

Bibliografia Complementar---------- 128

Apêndices

Anexos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura – 1 – A Cidade desigualdade sócio-espacial. 38
Figura – 2 – Fotografia aérea Planeta dos Macacos – 1974.....40
Figura – 3 – Fotografia aérea Planeta dos Macacos – 1981.....41
Figura – 4 - Fotografia aérea Planeta dos Macacos – 1997.....42
Figura – 5 - Fotografia de satélite Planeta dos Macacos – 2002.....47
Figura – 6 - Cadastro de áreas pobres da Cidade do Recife.....55
Figura – 7 - Passeata no centro da cidade -1982.....60
Figura – 8 - Localização das ZEIS com COMUL no espaço urbano do Recife.....63
Figura – 9 – Croqui da localização do Planeta dos Macacos.....69
Figura – 10 - Localização do Planeta dos Macacos.....70
Figura – 11 - Planeta dos Macacos -1976.....72
Figura – 12 - Os primeiros barracos e as famílias – 1978.....73
Figura – 13 - Inauguração do Cruzeiro, marco da ocupação – 1981..... 73
Figura – 14 - Vista da ocupação – 1985.....74
Figura – 15 - Construção dos banheiros – 1989.....74
Figura – 16 - Construção do Posto de Saúde – 1985.....76
Figura – 17 - Construção do Centro Comunitário – 1982.....76
Figura – 18 - Planeta dos Macacos – junho/ 2006.....82
Figura – 19 - Rua da Galiléia – junho/ 2006.....83
Figura – 20 - Rua 1° de maio- Julho/ 2005.....83
Figura – 21 - Rua 4 de setembro Julho 2005.....84
Figura – 22 - Creche Tia Madalena - junho / 2006.....84
Figura – 23 - Estrada do Curado Planeta II- Junho/ 2006.....85
Figura – 24 - Planeta dos Macacos– Início da ocupação–1976.....91
Figura – 25 - Planeta dos Macacos– Praça 4 de setembro–1988 91
Figura – 26 - Planeta dos Macacos hoje – 2006 91
Figura – 27 – Centro Comunitário – junho/ 2006 102

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Recife, Incremento Populacional entre 1950 e 2000 39
Tabela 2 – ZEIS Planeta dos Macacos- Equipamentos Comunitários.....81
Tabela 3 – População do Planeta dos Macacos 86
Tabela 4 – Taxa de analfabetismo por faixa etária.....86
Tabela 5 - Nível Educacional do Responsável pelo domicílio 87
Tabela 6 – Renda do Responsável pelo Domicílio 88

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – População residente urbana e rural 1960 – 2000 29

LISTA DE SIGLAS

ADHM – Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal
BMC – Banco de Materiais de Construção
BNH – Banco Nacional de Habitação
CENDEHC – Centro Dom Hélder Câmara
COHAB-PE – Cooperativa de Habitação Popular de Pernambuco
COMUL – Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra
CONDEPE - Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
FIDEM – Fundação de Desenvolvimento Municipal
ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social
IAPAS – Instituto de Assistência e Previdência Social
JC – Jornal do Commercio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano

ONG – Oganizações não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PCN’s – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

SCJP – Serviço Comunitário de Justiça e Paz

UN – Nações Unidas

URB – Empresa de Urbanização do Recife

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

“O homem é multidimensional, e cada qual das suas dimensões pode obter, de um modo relativamente autônomo, um movimento seu próprio. A consciência humana se alarga a partir de situações concretas adversas, ainda que essa ampliação de consciência seja desigual, segundo os indivíduos. São os que avançam os que podem exercer uma liderança ou pelo menos se colocar na dianteira das mudanças, ou das idéias de mudanças e portanto, mais perto do ideal de uma nova sociedade..”

(SANTOS, 2002: 99)

INTRODUÇÃO

Os estudos urbanos abrangem um vasto campo do conhecimento geográfico, foco de intensas pesquisas e discussões travadas no meio acadêmico, envolvendo não somente a Ciência Geográfica, como também outras áreas das Ciências Humanas. Muitas destas discussões adquirem um caráter interdisciplinar na tentativa de buscar soluções concretas para os problemas urbanos, os quais, a cada dia, se agravam diante do aumento do número de pessoas que vivem nas cidades sem acesso às condições de vida urbana na sua plenitude.

Acrescentam-se a esse debate outros, cuja preocupação são os segmentos da sociedade que se encontram inquietos e insatisfeitos quanto aos rumos da produção do espaço urbano das nossas cidades, sobretudo daquelas de populações mais pobres. Essas populações constituem um percentual bastante significativo dos que hoje habitam as cidades brasileiras e são as que mais necessitam de gestores públicos, no que tange ao atendimento das suas demandas. Direitos sociais são violados constantemente, direitos, que se encontram na Constituição Federal, mas que não são respeitados e muito menos cumpridos.

Constituem essas áreas o cerne de intensas discussões e interesses por parte também dos gestores da cidade e de muitos estudiosos, já há algumas décadas. Tivemos, desde a tentativa de sua erradicação até a criação de planos urbanísticos para sua melhoria, os quais refletiram ora vitórias, ora recuos de políticas sociais. Na verdade, os não cidadãos resistem e permanecem nas cidades, revelando uma desigualdade sócio-espacial produzida por uma dinâmica socioeconômica determinante. Essa dinâmica está a serviço de um modelo civilizatório capitalista, numa realidade de “subdesenvolvimento”.

Portanto, a existência das desigualdades sócio-espaciais da cidade deve ser explicada na perspectiva de que o espaço é meio e, ao mesmo tempo, fator condicionante para a realização das práticas sociais, numa relação dialética. Essas práticas são reveladoras de um modelo político, econômico, social e cultural mais amplo e apresentam fortes vínculos com fatores que extrapolam os limites físicos do espaço no qual estão inseridas.

Desse modo, é bastante visível, na paisagem urbana do Recife, a extrema desigualdade sócio-espacial, com a presença de inúmeras áreas pobres, espaços do não cidadão, os quais, diferentemente do que ocorre em outras capitais brasileiras, encontram-se ao lado de espaços dos cidadãos. O mais contraditório disso tudo é que, justamente os espaços do não cidadão

abrigam mais de 50% da população recifense, apresentando, portanto, elevadas densidades demográficas, o que representa um forte peso eleitoral. No entanto essas populações são, quando não esquecidas, apenas alvo de políticas pontuais pelos gestores da cidade.

Tomamos, assim, como objeto de estudo, um desses espaços do não cidadão do Recife, o lugar Planeta dos Macacos, localizado no bairro de Jardim São Paulo na zona oeste da cidade. Este lugar surgiu em 1975, num contexto político de repressão e de eliminação dos direitos políticos e sociais e também num contexto econômico de crise, revelada pelo empobrecimento da população, apesar do crescimento econômico ocorrido até aquele ano.

A idéia central do nosso trabalho consiste em entender e explicar o sentimento de negação do lugar, o sentimento de não pertencimento ao lugar, espaço da vida cotidiana, dos moradores do Planeta dos Macacos, os quais não assumem uma identidade sócio-espacial com o lugar. Além disso, pretendemos explicar as implicações dessa negação para a continuidade do processo de construção do espaço do cidadão, iniciado pelos primeiros ocupantes da área.

O Planeta dos Macacos constitui hoje uma área de ocupação consolidada, com mais de trinta anos; encontra-se urbanizada, com serviços básicos e equipamentos urbanos ainda que de precário funcionamento. O local permite também aos seus moradores uma condição de vida bem diferente daquela existente no início da ocupação, mas ainda não conseguiu levar seus moradores a se identificar com o lugar, o seu espaço de vivência. A ocupação conta atualmente com serviços, tais como: pavimentação de ruas e becos, cerca de 90 %[1], esgotos domésticos e redes de drenagem canalizadas, água, luz, coleta de lixo, rede de transportes, uma creche e posto médico. No momento, ocorre a ampliação da creche com a instalação de uma biblioteca.

Como resultado da luta de seus moradores, o local foi transformado, em 1994, em área ZEIS e, em 1995, recebeu a instalação da COMUL, passando assim a receber investimentos do Fundo do PREZEIS. As melhorias realizadas a partir de então foram decorrentes de ações pontuais, resultantes da mobilização de seus moradores, que foram construindo o lugar gradativamente, o que representa uma história de muita luta e resistência pelo direito à cidade. Apesar das conquistas, percebemos, em muitos dos seus moradores, sobretudo nos mais

[1] Segundo moradora, representante da Comul, 90 % das ruas e becos do Planeta dos Macacos encontram-se atualmente pavimentadas, ainda que necessitando de conservação.

jovens, descendentes dos primeiros ocupantes, que estes não se reconhecem como moradores do Planeta dos Macacos.

Entendemos que o lugar vem sendo a expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro, assume uma importância fundamental na vida cotidiana das pessoas, pois é nele que acontecem as relações de cooperação, de trocas e de conflitos, ocasionadas pela contigüidade, a qual cria, segundo Santos (1997 : 258)"uma comunhão entre seus habitantes. É a vivência e compreensão desses processos que fortalecem o lugar, condição sem a qual não há enfrentamento das ações que atendem, sobretudo, necessidades estranhas".

Desse modo, este trabalho refere-se ao lugar Planeta dos Macacos como espaço de vida de milhares de famílias (pobres). Alguns membros dessas famílias, entretanto, ao serem indagados sobre o lugar em que moram, negam-no. Isto acontece diante do receio em assumir, este lugar como seu devido à discriminação que essas áreas sofrem com estereótipos estigmatizantes que desprezam ocupantes de áreas pobres.

Isso acarreta sérios constrangimentos e, decerto, revolta com a situação que lhe é imposta, pois essas pessoas não tiveram a liberdade de escolha, nem o direito de manifestar suas preferências e, como diz Bauman (2005:44), "assumem identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar, nem das quais conseguem se livrar"

Por essa razão, constitui o objetivo central desta dissertação a análise das causas que geram esse sentimento de negação, do fato de os moradores do Planeta dos Macacos não assumirem, em outros lugares da cidade, a identidade sócio-espacial do lugar em que residem. Do mesmo modo, pretendemos avaliar até que ponto essa não identidade está promovendo entraves para a continuidade do processo de construção do espaço do cidadão, uma vez que ainda lhe falta a regularização da terra, como também tantas outras melhorias, tanto materiais como imateriais, para que sejam moradores cidadãos em sua plenitude.

Investigamos, ainda, até que ponto o nome do lugar também contribui para que ele seja negado por seus moradores e em que medida a ausência de participação dos jovens moradores que ainda não tomaram consciência do seu papel como ator social no processo de construção do espaço do cidadão dificulta o movimento social local.

Sabemos, entretanto, que a falta de participação dos habitantes do lugar não é o único fator a impedir o alcance de melhorias, a falta de consciência quanto aos direitos adquiridos com algumas leis referentes a essas áreas também contribui bastante para a ausência de percepção da necessidade de continuar as lutas sociais da coletividade local.

No nosso entendimento, é necessário que haja entre os moradores e, em especial, os jovens, uma tomada de consciência do que vem a ser cidadão, pois:

> O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais, direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio [. . .], direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. (SANTOS, 2002: 7)

Portanto, ser cidadão envolve ter seus direitos garantidos, direitos esses que, no espaço da cidade, em especial no das áreas pobres, são violados a todo instante. Santos afirma (2002: 7) "ainda que o respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania [. . .] a cidadania se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura". Mas, para que ela aconteça, é preciso que se lute continuamente e sem interrupção, começando pelo processo de fortalecimento do lugar da vida cotidiana.

Sendo o Planeta dos Macacos um espaço do cidadão incompleto, ele necessita, portanto, de continuidade da luta por parte dos seus moradores. Todavia um novo passo será dado com a aprovação do Estatuto da Cidade[2] que, em seu artigo 10º, garante aos moradores de áreas pobres o direito de regularização fundiária para obtenção definitiva do seu título de posse. A aprovação dessa lei representa, portanto, uma conquista importante. Mas isso não basta, torna-se imprescindível que haja mobilização e participação dos moradores, não somente os do Planeta dos Macacos, mas de todas as áreas pobres, bem como de todos os segmentos da sociedade sintonizados com a causa, no sentido de exercer uma forte pressão para o cumprimento da lei.

---

[2] A história do Estatuto da Cidade começa com a pressão popular realizada pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana na Constituinte de 1987/88. O objetivo era incluir o direito à cidade e a função social da propriedade na Constituição, o que foi expresso nos artigos 182 e 183. Desde então, diferentes setores da sociedade brasileira se uniram para disseminar idéias de desenvolvimento urbano que exigem o enfrentamento da desigualdade e da exclusão social nas cidades brasileiras.(MNRU, 2004)

Devemos ter consciência de que não basta a aprovação da lei para que esta seja aplicada, pois, com a sua promulgação, o discurso da cidadania, todavia, continua. Assim,

> a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei [. . .] a lei é apenas uma concreção, um momento junto de um debate filosófico sempre inacabado [. . .] assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania. (SANTOS, 2002 : 80)

Não podemos negar que a consolidação de inúmeras áreas pobres no espaço da cidade do Recife seja fruto de conquistas obtidas ao longo de décadas, pela atuação dos movimentos sociais que pressionaram os gestores governamentais, levando-os à aprovação de leis, como a criação das ZEIS e do PREZEIS, na esfera municipal. Na esfera Federal, a aprovação do Estatuto da Cidade é exemplo do resultado da luta do movimento Nacional de Reforma Urbana iniciada em 1987 / 1988.

No caso do Recife, onde sempre tivemos movimentos sociais atuantes, muitas conquistas de grande repercussão nacional foram obtidas. Nesse sentido, Castilho mostra-nos que:

> Muitos movimentos sociais urbanos que ocorrem no Recife constituem movimentos socioespaciais, pois não é o território em si que eles buscam, mas o atendimento a reivindicação que possuem como meta a promoção de uma vida decente / digna [. . .] eles buscam, portanto, um novo uso do território, o que pode ser considerado um salto relevante no sentido da concretização do desenvolvimento sócio-espacial. (2002: 42)

Entendemos de acordo com a concepção de Sherer Warren (1999:15), “movimento é um conjunto mais abrangente de práticas sócio-políticas que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis”.

Concordamos que alguns dos movimentos sociais existentes no Recife, representados pelo trabalho das associações ou conselhos de moradores e centros comunitários, não preenchem o objetivo central de um movimento social em si. Porém acreditamos que, mesmo caracterizados pela mobilização, por reivindicações locais e, num primeiro momento, reivindicações de serviços e equipamentos, podem apontar também para mudanças mais

amplas no futuro, revelando, de certa forma, uma conscientização dos problemas urbanos e da força da organização popular.

Convivemos com os estudantes, filhos dos primeiros ocupantes do Planeta dos Macacos, acompanhamos o processo de autoconstrução deste lugar, por ser moradora de local vizinho e por acreditar que é possível fazer algo no sentido de colaborar com a luta por um lugar mais forte, razões pelas quais decidimos prosseguir com a pesquisa que gerou esta dissertação.

Diante da constatação do fato da negação do lugar como espaço de vida de muitas pessoas, passamos a questionar sobre a realidade daquelas pessoas e sobre as causas desse sentimento de não pertencimento ao lugar, seu espaço de vida. O que mais constrange esses moradores que os faz negar o lugar onde moram? Até que ponto a origem da formação e o nome do lugar influenciam esse processo de negação? E, finalmente, em que medida tudo isso influencia o processo de construção do espaço do cidadão?

A nossa hipótese central é a de que a negação do lugar está atrelada a uma situação estrutural, construída histórica e ideologicamente, envolvendo os contextos político, econômico, social e cultural do cotidiano no qual se deu o processo de autoconstrução do Planeta dos Macacos. É muito forte o estigma que as áreas pobres carregam, com as representações negativas da sociedade; como espaços de violência, de marginalização, de tráficos de drogas, de gangues, de prostituição etc.

Isto implica uma forte discriminação que os moradores do lugar sofrem na cidade, "coagindo" os seus moradores à negação, a não se reconhecerem como pertencentes, nas diversas situações cotidianas, do lugar. Com efeito como afirma Santos (2002: 81), "o espaço é tão importante à vida humana, que cada ser humano é valorizado e respeitado na sociedade em função do lugar de onde vem".

A existência de áreas, como o Planeta dos Macacos, no espaço da cidade do Recife foi, no início do crescimento urbano sem a infra-estrutura necessária e, em seguida, decorrente do empobrecimento da população. Contribuíram também para isso os salários cada vez mais baixos e o desemprego, aos quais criaram-se condições incompatíveis com o preço das moradias, dos terrenos e dos aluguéis. Essa situação de pobreza, às vezes, extrema explica a proliferação dessas formas de ocupações, como únicas alternativas para as populações

empobrecidas solucionar o problema da ausência de moradias e de modo de morar, no espaço urbano.

Pretendemos, com a presente dissertação, contribuir para o conhecimento de uma temática que pode, em princípio, parecer banal e sem importância, porém constitui um problema significativo para milhares de moradores de áreas pobres, que são constantemente discriminados devido ao lugar onde moram e, por extensão, para o processo de construção do espaço do cidadão.

Vale acrescentar que, ao trazermos essa discussão para a academia, temos como propósito também a busca de soluções, com possíveis intervenções, que visem à superação desse sentimento de negação. Com o resgate histórico do processo de construção do lugar, elevar a auto-estima de seus moradores, visando à continuidade da construção do espaço do cidadão.

Para o desenvolvimento dessa proposta, apoiamo-nos nos aportes teóricos da corrente historicista da Geografia, seguindo uma linha de pensamento desenvolvida por autores como Henri Lefebvre, Milton Santos, Ana Fani A. Carlos, Marcelo Lopes de Souza, além de outros autores, defensores da compreensão do processo de produção do espaço a partir da teoria social crítica; a qual explica as contradições e conflitos existentes no processo de produção do espaço geográfico, no contexto da divisão social do trabalho. Procuramos expor nossas idéias a partir das seguintes categorias de análise: espaço, lugar, participação, cidadania, identidade sócio-espacial, espaço do cidadão, pertencimento, negação do lugar tudo isso na busca da elucidação da problemática aqui exposta.

Para sua elaboração, utilizamos procedimentos metodológicos assim sistematizados: levantamento e constante revisão bibliográfica sobre os conceitos relativos ao tema; levantamento histórico-geográfico do lugar: publicações científicas iconografia: cartas, ortofotocartas, fotografias aéreas, imagens de satélites; dados estatísticos do lugar e de seus moradores; visita de campo para o reconhecimento empírico do lugar; realização de entrevistas com os principais atores sociais, com destaque para os primeiros ocupantes, os jovens moradores e lideranças atuais do Planeta dos Macacos.

Também foram realizadas entrevistas com técnicos que trabalham em instituições sociais que agem / atuam no lugar, tais como: CENDHEC, ETAPAS, Justiça e Paz, além de

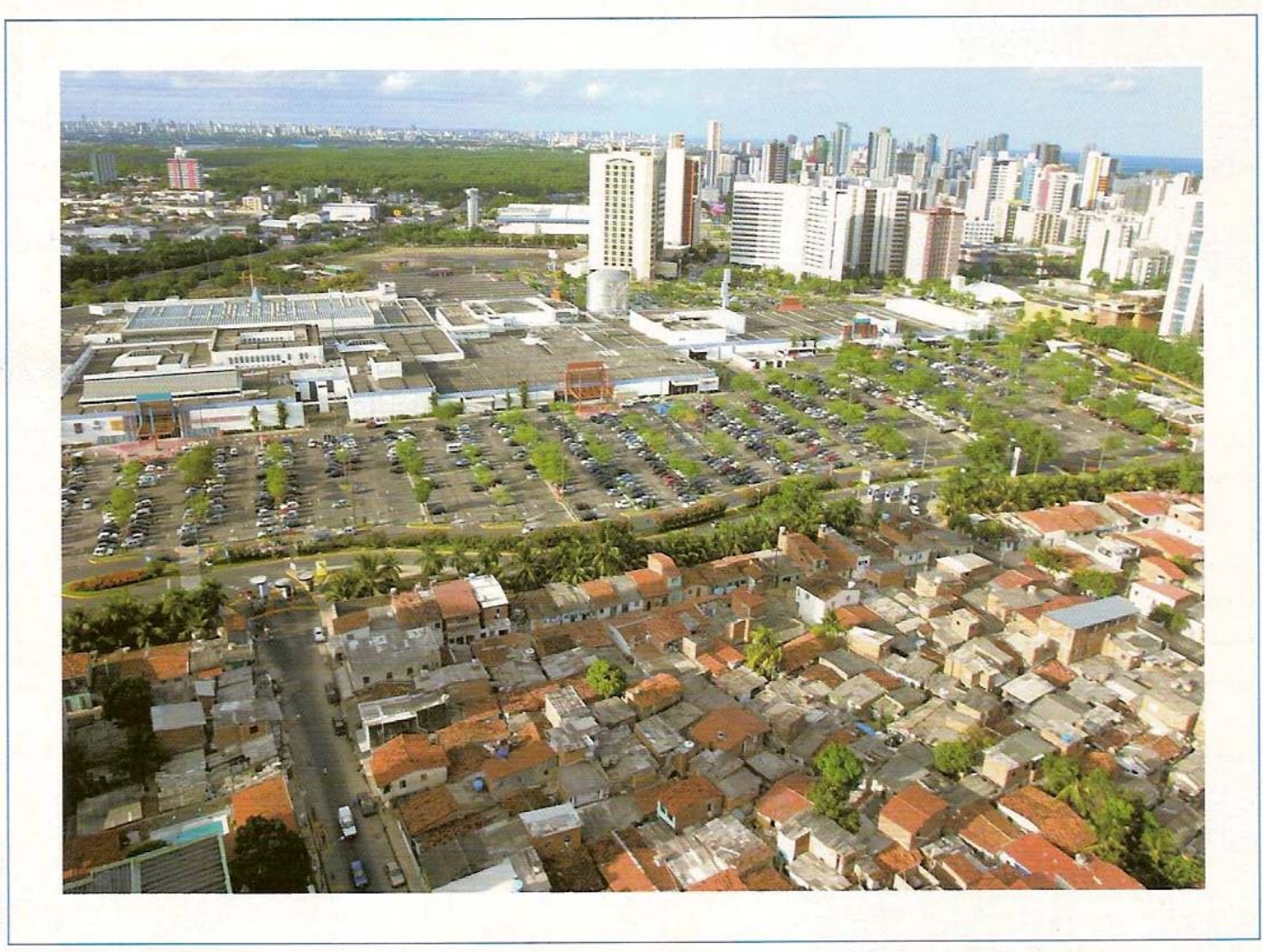
entrevistas com lideranças comunitárias de outras áreas pobres. Participamos de algumas assembléias do Orçamento Participativo (OP), do Fórum Regional e social do PREZEIS. As informações levantadas e material coletado sobre as experiências vividas e praticadas pelos moradores do Planeta dos Macacos, e uma gama de produção científica já existente sobre áreas pobres, forneceram materiais importantes à elaboração desta dissertação.

A exposição aqui apresentada encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo – Contextualizando a Urbanização do Recife e a Produção do Espaço do não cidadão – procuramos, através da análise do processo de urbanização ocorrido no Recife, desde meados de 1950, explicar a existência atual das desigualdades sócio-espaciais. Dividimos este capítulo em dois subcapítulos assim enumerados: 1.1 — O Modelo Sócio-Econômico do Brasil e suas Implicações no Empobrecimento da População —, com cuja análise buscamos elucidar as causas da intensificação das favelas no período de 1970/1980. No subcapítulo 1.2 — A Realidade Perversa da Urbanização: As Desigualdades Sócio-Espaciais, analisamos a realidade perversa do processo de urbanização do Recife, que ocorreu de forma rápida e concentradora, gerando a fragmentação e deteriorização do espaço, com a criação do espaço do não cidadão.

No capítulo 2 — O Processo de Construção do Lugar Planeta dos Macacos na Cidade — procuramos tratar da mobilização e atuação dos atores sociais na busca de medidas que lhes garantissem o direito à cidade, como também fazemos um resgate histórico do lugar Planeta dos Macacos. Dividimos esse capítulo em quatros subcapítulos assim apresentados: 2.1 — Movimentos Sociais e a Conquista do Espaço do Cidadão. Nele conceituamos Movimentos Sociais e analisamos a sua mobilização, desde 1970 até os nossos dias, e sua luta pela conquista do espaço do cidadão. Este contempla o item 2.2.1, no qual tratamos da criação da ZEIS e do PREZEIS, conquistas obtidas na esfera municipal. No subcapítulo 2.2 — O Estatuto da Cidade e sua Repercussão em Áreas Pobres, enfocamos a relevância dessa lei, que pode agilizar o processo de regularização da terra das áreas pobres na cidade, ao mesmo tempo chamamos à atenção para o seu cumprimento. No subcapítulo 2.3 — A História da Autoconstrução do Lugar Planeta dos Macacos, realizamos o resgate histórico de todo o processo de autoconstrução do lugar, colocando em destaque a mobilização e efetiva atuação dos seus moradores para a conquista do espaço do cidadão. Este capítulo se encerra com o subcapítulo 2.4 — O Planeta dos Macacos Hoje, é um Espaço do Cidadão? Nesse subcapítulo, procuramos mostrar as mudanças ocorridas no lugar, o que representa grandes conquistas, mas que ainda constitui um espaço do cidadão incompleto.

No capítulo 3 e último — A Negação do Pertencer ao Lugar Planeta dos Macacos: Obstáculo para a Construção do Espaço do Cidadão, buscamos entender esse sentimento, bem como suas implicações, sobretudo dos jovens moradores, para a continuação da construção do espaço do cidadão. Dividimos esse capítulo em dois subcapítulos, assim apresentados, 3.1 — As Causas da Negação do Pertencer ao Lugar, no qual procuramos identificar e analisar as causas que levam os seus moradores ao sentimento de não pertencimento e que perpetuam uma situação de discriminação. Finalmente apresentamos o subcapítulo 3.2 — Possibilidades Utópicas ou Alternativas de Superação? Nele afirmamos que é possível a mudança, ou seja, é possível a uma pessoa conseguir superar o sentimento de pertencimento e assumir a sua identidade sócio-espacial.

Desigualdade sócio-espacial no Recife



Capítulo I

"A distância entre a moradia dos pobres e seu lugar de trabalho tem a mesma explicação e o mesmo resultado, do mesmo modo que a localização de atividades econômicas complementares [...] o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia as localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. Ao empobrecimento pela economia [...], junta-se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político. Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza, à pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, supõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial."

(SANTOS, 2002: 115)

1- CONTEXTUALIZANDO A URBANIZAÇÃO DO RECIFE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO NÃO CIDADÃO

Para entendermos o processo de autoconstrução do lugar Planeta dos Macacos, o nosso foco de estudo, é preciso resgatar os vínculos existentes entre os fatores de desigualdades sócio-espaciais. Essas desigualdades, relacionadas com o processo de urbanização acelerada ocorrida no século XX, não só no Recife, como em todo o país, resultaram na configuração sócio-espacial atual das nossas cidades, com a presença de inúmeras áreas pobres, denominadas favelas, áreas de ocupação ou ainda espaços do não cidadão.

Ao longo de nossa pesquisa utilizamos as três expressões, pois, elas representam uma mesma realidade sócio-espacial onde predominam condições de pobreza. No Recife, o termo ocupação ganhou projeção junto aos movimentos sociais por considerá-lo menos ofensivo que o termo "invasão". Já o uso do termo favela tem uma projeção nacional para indicar as áreas pobres; inicialmente utilizado apenas no Rio de Janeiro, tornou-se conhecido em todo o país passando a ser utilizado por toda a sociedade.

Porém, é necessário expor que para os moradores, o termo favela está associado à aparência das moradias. Para eles, favela constitui aquelas áreas de barracos de lona, de papelão, ou de taipa sem nenhuma infra-estrutura, com condições bastante precárias. Isto foi constatado no próprio Planeta dos Macacos, pois, para os moradores antigos, a ocupação não constitui mais uma favela já que suas casas são todas de alvenaria. Desse modo, o termo "favela", de acordo com Souza, constitui:

> Áreas de ocupação ilegal, que demandam regularização fundiária.[...] sob o ângulo conceitual, pois, embora outras características, tanto sócio-econômicas (pobreza) quanto morfológicas (precariedade das habitações, carência de infra-estrutura, malha viária "caótica" etc.) possam ser associadas a elas, nenhumas delas possui uma vocação tão nítida para funcionar como denominador comum de todas as favelas quanto o status jurídico (afinal , dependendo da cidade, na maioria das favelas as habitações, ainda que pobres, não são "barracos" ou habitações improvisadas, e sim casas de alvenaria; carência de infra-estrutura, [...] pode variar de favela para favela, e a própria pobreza se apresenta, às vezes, de maneira heterogênea). (2004: 263)

Contudo, quando nos referirmos aos vínculos sócio-espaciais, vale explicar o uso da expressão “sócio-espaciais” que implica considerar o território expresso a seguir:

> O território, é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo entender que se está falando em território usado, utilizado por uma população. (SANTOS, 2000: 96)

Desse modo, consideramos o espaço que comporta o território com suas diferenças sociais e a partir de sua valorização. Temos aí a base da questão da qual iremos tratar ao longo desse trabalho, que prioriza o problema do sentimento de não pertencimento do indivíduo, morador de áreas pobres, ao lugar considerado por nós como espaço do não cidadão.

Mas o que vem a ser efetivamente, o espaço do não cidadão? De acordo com Santos (2002:12), “nos países subdesenvolvidos, de modo geral, há cidadãos de classes sociais diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”. Desse modo, no Brasil, os espaços dos que ainda não são cidadãos correspondem àqueles espaços “esquecidos” pelo poder público, e que são espaços nos quais vivem milhões de brasileiros sem acesso aos serviços e equipamentos urbanos básicos, portanto, consagrados pelas péssimas condições de vida e injustiças sociais.

No entanto, é relevante destacar que a dicotomia existente entre o espaço do cidadão e o do não cidadão é polêmica, pois, sabemos que o entendimento do “ser cidadão” envolve muito mais do que ter apenas boas condições de moradia, de educação, de saúde e lazer. Nesse sentido, mesmo aqueles espaços formados por condomínios fechados, que vêm se expandindo atualmente, com todos os requisitos considerados para que se tenha uma boa qualidade de vida, revelam-se na verdade em uma autosegregação, e não representam o espaço do cidadão em sua plenitude; pois, o direito à liberdade de ir e vir, não existe também para eles, devido à situação de isolamento e de fuga, opção de seus ocupantes, em relação ao espaço da cidade como um todo.

Em alguns casos, muitos brasileiros que ocupam os espaços do não cidadão conseguiram obter o acesso a bens e a serviços sociais, no entanto, a prestação desses serviços e as condições de manutenção desses bens acontecem de modo tão precário que a condição de cidadania não se realiza concretamente.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), somente o município do Recife conta atualmente com cerca de 1.501.003 habitantes, distribuídos em um território de 217,48 Km²; por isso ele apresenta uma elevada densidade demográfica, em uma das menores áreas espaciais entre as capitais do país. Acrescenta-se a isso o fato de que cerca de 50% da população recifense vive em favelas e outras ocupações do gênero, revelando, desse modo, o lado perverso do processo de urbanização, com as extremas desigualdades sócio-espaciais identificadas e cadastradas recentemente pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (ADHM- 2005).

As favelas representam territórios usados como palco de ações isoladas ou pontuais, destacando-se, pela quantidade, e não pela qualidade de vida apresentada. Apesar disso, não se pode desprezar o fato delas terem sido alvo, ao longo de décadas, de algumas ações sociais, ora para erradicá-las, com as políticas habitacionais de transferências das populações para a periferia distante, ora com políticas de urbanização. Contudo, essas ações, todas elas insuficientes, não resolveram e nem tampouco reduziram a precariedade das condições de vida dos seus moradores.

O Planeta dos Macacos constitui um desses espaços, que, assim como tantas outras áreas pobres, apresentam problemas específicos, decorrentes de sua localização no espaço urbano do Recife, que se diferencia de outras capitais brasileiras em sua morfologia. Mas, também estes espaços apresentam pontos comuns entre si além da pobreza. Um desses pontos é a luta pela conquista do espaço do cidadão, o que reforça nossa teoria de que, apesar da pobreza de algumas, os seus moradores podem nos dar lições, de que é possível mudar a cidade.

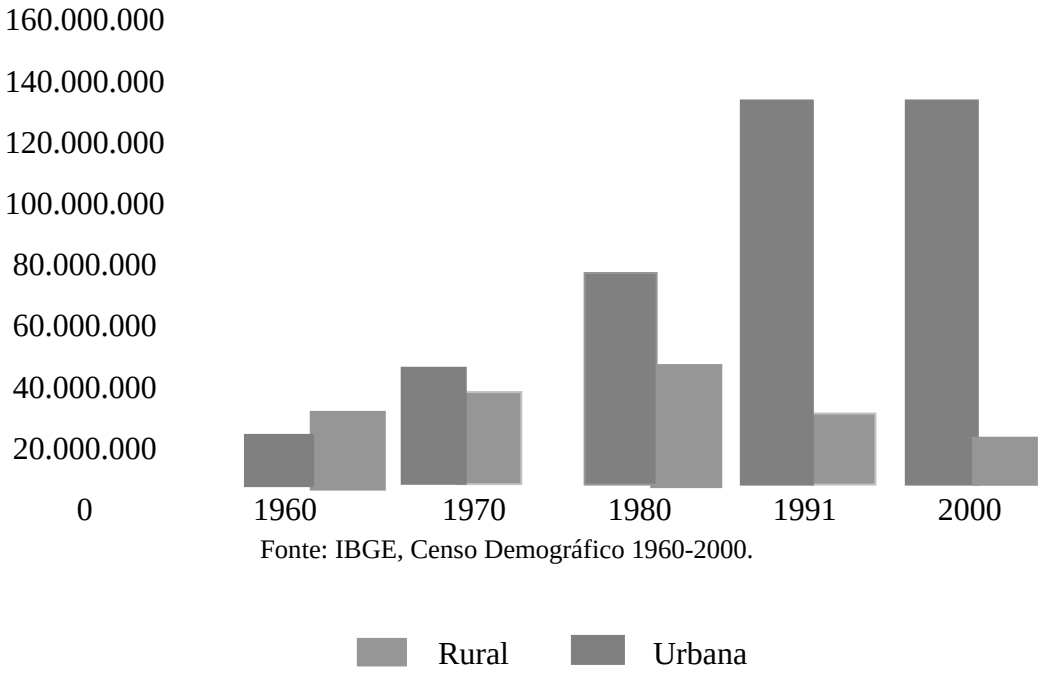
Desde meados da década 1950, já se percebia o processo de urbanização acelerado no Brasil, impulsionado por eventos ligados à mudança na condução da política econômica do país. Porém, somente a partir da década de 1970, é que esse fenômeno começa a se fazer sentir com mais intensidade, com a disputa pelo solo urbano entre seus atores sociais e os

agentes dominantes[3], o que gerou conflitos acirrados decorrentes de objetivos divergentes dos dois grupos. Como conseqüência desse processo, ocorre a fragmentação e deteriorização do espaço da cidade, agravado ainda mais nas décadas seguintes.

Observando o gráfico 1, percebemos o crescimento da urbanização no país, o que ocasionou uma inversão quanto ao lugar de moradia da maioria da população brasileira, ou seja, cada vez mais, os brasileiros concentram-se nas áreas urbanas do país.

Gráfico 1

População residente, urbana e rural, Brasil -1960 / 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960-2000.

De acordo com o gráfico 1, no ano de 1960, ainda havia o predomínio da população rural sobre a urbana, mas com uma pequena diferença. Porém, a partir de 1970, a situação se inverte com a população urbana ultrapassando a rural e, a partir daí, o crescimento urbano se eleva cada vez mais, segundo dados registrados nos censos seguintes. Atualmente, segundo dados ainda do IBGE (2000), o Brasil atingiu a cifra de 82 % de sua população vivendo nas

[3] Utilizamos atores para os moradores da cidade que atuam visando à transformação efetiva do seu cotidiano. Ao passo que os agentes são representados pelas entidades institucionais e indivíduos que agem no espaço sem o propósito de mudança real da realidade existente; apenas para ajustarem-se a ele.

cidades. Isso o faz ser considerado um país urbanizado, contudo com condições urbanas precárias para a grande maioria de sua população.

Tal fato pode ser explicado através de dois fatores: o elevado crescimento vegetativo de sua população e outro relacionado à transformação de ordem econômica. Com o processo de industrialização efetivado na década de 1950, há um intenso fluxo migratório direcionado às capitais dos estados federados. Desse modo, sem uma prévia reforma agrária e com uma política de modernização que também chegava ao campo, grandes mudanças ocorreram, mas não foram acompanhadas por reformas estruturais que fixassem o homem ao campo ou a uma cidade do interior.

Ocorreu exatamente o inverso disso: houve a expulsão, com o agravamento da concentração de terras, forçando o homem a buscar sua sobrevivência nas cidades. Sobre esta situação afirma Santos (2002:12) que: “Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora [...], o crescimento econômico”. Explicaremos essas questões a seguir, pois resultam de uma nova mentalidade criada, ou seja, transformar o país em um novo Brasil.

1.1 - O Modelo Sócio-Econômico do Brasil e Suas Implicações no Empobrecimento da População

Não poderíamos entender o problema que nos propomos a estudar, em sua plenitude, sem antes explicar as raízes do empobrecimento da população, o qual suscitou a criação dos espaços do não cidadão como vimos antes. Torna-se relevante também relacionar o papel do contexto político-econômico que gerou novas formas com novos conteúdos, o que é claramente percebido pela extrema desigualdade quanto à distribuição de renda no país.

Resgatando o processo histórico da política econômica adotada no Brasil, teremos a realidade de um país moderno reproduzido no espaço e com vinculações do mundial ao nível local. Também nesse caso, e para relembrar, o nosso recorte de análise corresponde ao período que se inicia em meados do século XX com a consolidação do processo de industrialização.

No governo do presidente Juscelino Kubistchek (1956 – 1960), através de uma política de incentivos fiscais e com a abertura ao capital internacional, que, no pós-guerra, se expandia intensamente, aliado ao capital nacional e estatal, promove-se o surto industrial no país. Esse progresso da indústria produziu, concomitantemente, uma maior concentração de riquezas e injustiças sociais, o que se constituiu em alvo de muitas críticas de diversos segmentos da sociedade brasileira. Apesar disso, sem levar em conta os interesses das populações mais pobres, esse processo de industrialização se firmava, independente das críticas, impulsionado pela obsessão de um projeto modernizador para o país.

Entretanto, se por um lado, promovia-se o crescimento econômico do país, por outro, gerava-se um processo inflacionário de difícil controle produzindo uma crise que já se refletia com o acúmulo de pessoas chegando às cidades, o que gerou grandes tensões sociais. Como conseqüência, o emprego que era gerado absorvia apenas uma parcela da força de trabalho urbana, deixando de fora a maioria da população a qual se acumulava nas cidades, oriundas do campo e de outras cidades do interior.

Esse desequilíbrio entre o aumento da população urbana e a capacidade de geração de emprego leva à formação de um grande número de desempregados e de subempregados cujas famílias dependiam de ganhos obtidos em atividades de baixa qualificação, tanto do setor formal como informal, representado, na época, por um grande número de vendedores ambulantes ou qualquer outra atividade que garantisse sua sobrevivência na cidade.

A partir de 1964, durante o período da ditadura militar, não houve mudanças na condução da política econômica; houve sim, o prosseguimento do modelo econômico instalado anteriormente, ou seja, de incentivo à entrada do capital externo agora muito mais favorecido pelas vantagens oferecidas pelo Estado, com vultosos incentivos fiscais, com a eliminação dos direitos políticos da sociedade e com a ampliação da produção voltada para as exportações. Assim, cada vez mais, nossa economia se integrava aos interesses da economia mundial, em detrimento de uma política interna redistributiva de renda.

A década de 1970 é também marcada pela crise mundial, decorrente de uma conjuntura de elevação do preço do barril de petróleo. O que repercutiu negativamente na nossa economia, devido à dependência econômica de tecnologia necessária para “modernização” e da importação do petróleo, agora a preços bastante elevados. Toda essa crise veio se juntar a uma situação interna que já apresentava sinais de esgotamento do modelo econômico

instalado no país e que se agravava com o aumento das tensões sociais, os quais se espalhavam por todos os recantos, sobretudo nas grandes cidades, entre elas o Recife.

Na tentativa de reduzir essas tensões sociais que se intensificavam, o governo passou a estimular uma política de incentivo ao setor rural, visando reduzir o fluxo migratório para as cidades e buscando, com essas medidas, a permanência do homem no campo; ao mesmo tempo que incentivava a expansão de novas fronteiras agrícolas, principalmente para o norte do país. Entretanto, a aplicação dessas medidas não resolvia a situação das populações que haviam se concentrado nas grandes cidades.

As tensões sociais vão se avolumando e se tornando incontroláveis nas cidades, em decorrência da negligência quanto aos investimentos no setor social, entre eles, habitação, educação e saúde, que são diretamente atingidos com o corte de recursos, cuja qualidade foi se deteriorando aos poucos, já que estes setores deixaram de ser vistos como essenciais. O mesmo acontecia com a renda representada aqui pelo salário mínimo, que desde 1960, perdia seu poder de compra, com reajustes que não corrigiam as distorções geradas pela inflação que, além de tudo, era subestimada pelo governo.

Houve, entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, um período de elevado crescimento econômico, chamado de milagre econômico, que, muitas vezes, é confundido com desenvolvimento econômico. As duas expressões, entretanto, têm significados diferentes, pois crescimento econômico se refere ao crescimento da economia apenas, ao passo que desenvolvimento econômico deve vir acompanhado pelo desenvolvimento social. O que não foi o caso do nosso país, já que apresentou apenas um crescimento da economia concentrando, territorialmente e em mãos de poucos, as riquezas produzidas. Assim, de acordo com Lefebvre (2001:124) “é essencial não mais visar ao crescimento econômico pelo crescimento, ideologia “economista”, o qual acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a superexploração capitalistas, ou seja, o domínio do Estado”.

Após a crise dos meados de 1970, entre meados dos anos 1980 e 1990, a economia continuou a crescer. Mas, a economia pára de crescer a partir dos anos 1990, quando se instala a estagnação econômica associada a altas taxas de inflação, ampliando ainda mais os desequilíbrios quanto à distribuição de renda. Agravou-se ainda mais a pobreza e, além disso, criou-se uma situação de desconfiança quanto aos benefícios que se propagavam antes, e que viriam com a modernização do país.

Na verdade, esta modernização proporcionou apenas uma elevação do consumo, sem nenhuma preocupação com o cidadão o que transformou o indivíduo em apenas consumidor. Os efeitos da distorção, com o empobrecimento da população, já eram sentidos também pela classe média, através da queda do seu poder de compra.

Com a finalidade, no plano de discurso, de resolver os graves problemas econômicos e sociais gerados e de conter a inflação sem controle, muitos planos econômicos foram aplicados. Concomitantemente, sobreveio sobre as classes médias o arrocho salarial, com mais inflação e que prejudicava fortemente as camadas mais pobres da cidade. Outro fator que agravou a situação é que, com a implantação do neoliberalismo, sobreveio também a suspensão de políticas sociais, as quais já eram insuficientes.

Com efeito nos anos de 1990, com um novo cenário mundial, tanto no campo político quanto ao econômico, o lema era inserir o país no contexto da globalização, com um discurso para modernizar novamente suas estruturas para adquirir maior competitividade no mercado. Na prática, esse paradigma neoliberal, promoveu um desmanche da estrutura do Estado e eliminou o pouco de conquistas sociais que já se tinha conseguido. Agora o Estado já não cumpre nem mesmo com sua função social, tornando-se ainda mais negligente para com as políticas sociais.

Dessa forma, generaliza-se ainda mais o fenômeno da pobreza, com reflexos diretos na paisagem urbana, a qual se apresenta impregnada de áreas pobres e passando a abrigar agora também os novos pobres, que, como já vimos, eram integrantes das classes médias que perderam qualidade de vida. Diante disso, ouvia-se um ditado popular, o qual se afirmava “é o rico cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre”. Tudo isso levou à implantação de alguns programas assistencialistas para amenizar a situação dos mais pobres, mas que, de fato, não resolvem a situação dessas pessoas.

Vale salientar, e para ilustrar como a situação veio se arrastando no caso do Recife, que já nas décadas de 1960 e 1970, se percebia através da afirmação a seguir:

> Evidenciou-se, de um lado, a acelerada urbanização e, de outro, o não atendimento das necessidades básicas das populações, sobretudo das mais pobres da cidade, caracterizando-se, assim, um problema estrutural e não, conjuntural. (MELO,1998:73)

Também podemos constatar essa situação através do texto apresentado no Seminário de Estudos, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - seção PE que diz o seguinte:

> As precárias condições de vida da maior metrópole do Nordeste - Recife, caracterizam-se de uma gravidade em toda a sua extensão e amplitude. Os aspectos dessa realidade têm raízes implantadas no modo de como se vem estruturando a produção de bens, de como se dão as relações de produção e na forma de como está sendo feita a apropriação destes bens a nível nacional (Apud CASTRO, 1987: 98)

Desse modo, confirmamos o que dissemos sobre as condições de vida da população no Recife, no período destacado por nós. Desde meados da década de 1970, quando já se iniciavam os sinais da crise econômica, utilizou-se como alternativa para recuperar os salários nos anos de 1980, reajustes semestrais, demonstrando com isso o mergulho na crise. Nesse período, os vários planos econômicos implantados no país para solucionar a crise econômica que se agravava sem precedentes não solucionaram e nem amenizaram a crise econômica.

Contudo, sem conseguir conter a inflação galopante, já no início dos nos de 1990, as correções salariais tornaram-se mensais, como mais uma tentativa desesperada de corrigir as distorções da exacerbada inflação, e com vistas a elevar o poder de compra do consumidor, que havia despencado, sobretudo daquele consumidor pertencente às classes médias. Atrelado a esses planos ocorria uma mudança da moeda, que variou do cruzeiro, cruzado, cruzados novos, volta do cruzeiro, cruzeiro novos, até chegar ao real que temos hoje. Desse modo, diante do fracasso da política econômica adotada antes de 1994 e da desconfiança e insegurança da população, um novo plano econômico se instala neste mesmo ano, visando estabilizar a economia o qual aliás se encontra vigente até os nossos dias.

Tem-se já doze anos após este plano, o plano real, e a sociedade brasileira continua à espera de uma política econômica que esteja voltada para os interesses efetivos da população, ou seja, voltada para o cidadão. E não apenas um crescimento econômico, mas um crescimento que promova o desenvolvimento social, o qual repercute numa melhor distribuição de renda, capaz de possibilitar a resolução daqueles problemas estruturais crônicos, e de conduzir a melhoria das condições de vida na cidade.

Com este plano os reajustes dos salários voltam a serem anuais, com o governo exercendo o controle sobre os reajustes do salário mínimo apenas, e que neste ano de 2006,

encontra-se com o piso de R$ 350,00 reais. Com efeito, nós ainda não sabemos o que se pode fazer com R$ 350,00 por mês, sobretudo para uma família com filhos, portanto, notamos que os reajustes ocorridos ao longo das últimas décadas não representaram e nem representam hoje mudanças efetivas quanto às condições de vida das pessoas. Portanto, o mero acesso a bens, serviços e salário não implica necessariamente mudança social.

Diante dessa breve exposição, procuramos mostrar como o modelo econômico, repercutiu de forma negativa no país, promovendo o empobrecimento da população com implicações na produção de espaços do não cidadão. Isto levou essas áreas a serem vistas com desprezo pela sociedade. Além disso, gerou em seus moradores um sentimento de não pertencimento ao lugar, com a negação de sua identidade sócio-espacial. Não reconhecer-se como pertencente ao lugar, decerto está associado às representações negativas que essas áreas passaram a ter, desde o início da expansão urbana do Recife.

Temos, portanto, uma experiência prática, no Brasil, de que pode haver crescimento econômico sem desenvolvimento qualitativo, o que promove transformações aparentes e não reais. Essa idéia é compartilhada com Lefebvre (2001:141), segundo o qual "o fetichismo e a ideologia da transformação (ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais". Após esta exposição sobre o modelo político-econômico no Brasil, veremos a seguir o processo de urbanização do Recife de forma mais aprofundada, pois é no lugar que as contradições vão se fazer sentir e são essas contradições que vão nos levar à escala micro-local sobre a nossa problemática.

1.2 - A Realidade Perversa da Urbanização: As Desigualdades Sócio-Espaciais

No Recife, a exemplo de muitas outras cidades do Brasil, o fenômeno da urbanização já se delineava desde os anos de 1950, porém com uma característica peculiar decorrente de sua localização em uma região deprimida e com economia estagnada: o Nordeste. Esse aspecto diferenciava a região dos centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro que, naquele período, também experimentavam o crescimento econômico gerado com a concentração

industrial. No entanto, mesmo com este perfil, o Recife atraía grandes fluxos migratórios, como podemos perceber através da afirmação de Bitoun,

> Entre os anos de 1950 e 1960, a cidade recebeu os maiores contingentes de imigrantes, oriundos da sua interlândia rural, sem que a dinâmica da cidade produzisse os empregos formais necessários à incorporação desta mão-de-obra. Portanto, o grande afluxo de pessoas que chegavam à cidade, aliado ao próprio crescimento vegetativo, promoveu uma acelerada expansão urbana com a ocupação de novas áreas. E que esse processo, ligado a aspectos de um contexto de fortes desigualdades sócio-espaciais existente há séculos, limitou as perspectivas concretas de inclusão social daqueles recém-chegados à cidade.(1996:49)

Acrescentamos a isto e, conforme texto apresentado no Seminário de Estudos promovido pelo IAB, o seguinte:

> Na região, Recife passa a ser depositária das vastas parcelas de camponeses expulsos de suas terras. Aumenta a população. Cresce desordenamento a cidade. A especulação imobiliária e a política de urbanização baseada nos interesses econômicos de grupos dominantes, deslocam as camadas pobres para os já populosos bairros periféricos sem nenhuma infra-estrutura. Dessa forma, o Recife [...] se destaca na região nordestina, como a cidade de maior importância política e econômica, mas também pelas precárias condições de vida e de trabalho em que vive a grande maioria da população (apud CASTRO, 1987: 115)

A partir destas afirmativas, as quais confirmam uma realidade empiricamente observada, temos a convicção de que a política econômica adotada no país, aliada ao processo de urbanização acelerada, trouxeram implicações que contribuíram para a criação das áreas pobres, dos espaços do não cidadão no Recife. Desse modo, as áreas alagadas do Recife, antes cobertas por manguezais e várzeas de rios, bem como as áreas de colinas que circundam a planície flúvio-marinha, conhecidas como morros foram ocupadas pelas populações que se amontoavam em barracos chamados, na época, de palafitas e mocambos. Eram esses espaços, no início, rejeitados ou pouco disputados por aqueles que tinham melhores condições econômicas e que acabavam por deixá-los à disposição dos recém chegados.

No decorrer do tempo, com os aterros realizados nas áreas alagadas, muitas das áreas acima citadas se valorizaram, suscitando ações de expulsões dos seus primeiros moradores para outros espaços da cidade com menor valor especulativo, como as áreas de morros, principalmente a partir dos anos 1940 e 1950. Assim, o espaço urbano do Recife foi se estruturando, com os espaços da planície sendo ocupados pela população de médias e altas rendas. Como nem toda a população pobre foi expulsa para os morros, nesse espaço, agora

valorizado, a população de classes médias e altas passou a conviver com populações pobres de baixa renda ou sem nenhuma renda.

Esta situação permanece até hoje na nossa cidade, onde podemos constatar a inexistência de grandes distâncias espaciais entre os moradores ricos e os pobres, já que os dois convivem lado a lado, evidenciando concretamente as contradições de uma sociedade capitalista num país subdesenvolvido. Nesse sentido, e para sermos mais claros, dizemos que, na paisagem urbana do Recife, a segregação espacial não se completou, verifiquemos nesse sentido o que afirma Bitoun:

> No Recife, nenhuma concentração de população de rendas alta e média está localizada a mais de 1200 metros de um assentamento popular, gerando práticas sociais de vizinhança entre setores sociais diferenciados que convivem no mesmo bairro. No entanto, existem [...] bairros exclusivamente ocupados por populações de baixa renda, em localizações periféricas dificultando o acesso ao mercado de trabalho e tornando ainda mais remotas as perspectivas de mobilidade social. (1996: 44/45)

A figura 1 nos mostra visivelmente o que diz Bitoun, “que a convivência sócio-espacial entre setores sociais diferentes, gera, à priori, uma aparência mais ‘democrática’ do espaço urbano do Recife”. No fundo, entretanto, percebe-se que existem especificidades de um modelo de sociedade fortemente desigual, o qual não deixa muitas possibilidades de escolhas às populações mais carentes material e imaterialmente.

Figura 1

A cidade, desigualdade sócio-espacial

Fonte: Revista PREZEIS - CENDHEC

Através ainda da figura 1, que apresenta uma área “nobre” ao lado de uma ocupação, podemos perceber que é esta desigualdade sócio-espacial que caracteriza a nossa cidade e que é conseqüência direta do que foi tratado no enfoque anterior. É esta desigualdade também que nos permite, através da sua aparência, analisar o jogo de interesses e intencionalidades que está por trás do processo de produção do espaço, o real, pois é no espaço geográfico que se fundem os interesses do capital, do Estado e dos moradores. Nesse caso, as ações dos moradores, em lugares semelhantes a este da figura 1, como o Planeta dos Macacos, por exemplo, acontecem como forma de resistência pelo direito à cidade.

Nesse sentido, para que tenhamos a compreensão do espaço geográfico na sua totalidade, é necessário analisar a lógica da sua produção, como se deu o processo de reprodução e de atuação dos atores sociais e agentes dominantes, saber como estes utilizam e como consomem o espaço, com vistas a entender, de forma mais ampla, a sua construção ao longo do processo histórico em que este espaço é produzido.

Temos um espaço social, pois foram aqueles atores quem o produziu, conforme as relações sociais que eles estabeleceram. Essa produção, entretanto, é gerada a partir de uma contradição existente entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Em razão dessa contradição é que acontece a desigualdade social materializada de forma intensa no espaço, por isso preferimos chamá-la de desigualdade sócio-espacial. Analisando ainda o crescimento da população do Recife, veremos, através da tabela 1, o incremento populacional apresentado no período entre 1950 a 2000.

Tabela 1

Recife-Incremento populacional entre 1950 e 2000

Ano	**População**	**Incremento**
1950	524.682	
		272.522
1960	797.234	
		287.225
1970	1.084.459	
		156.383
1980	1.240.937	
		54.988
1991	1.295.925	
		126.068
2000	1.421.993	

Fonte: FIBGE Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Através da tabela acima, observamos entre as décadas de 1950 e 1970, o incremento de 559.747 mil habitantes, portanto uma confirmação do que já expomos. Entre as décadas de 1970 e 1980, o incremento é um pouco menor, voltando a se elevar entre a década de 1990 e 2000. Através da observação do incremento populacional exposto na tabela 1, percebemos como a urbanização ocorreu de forma rápida.

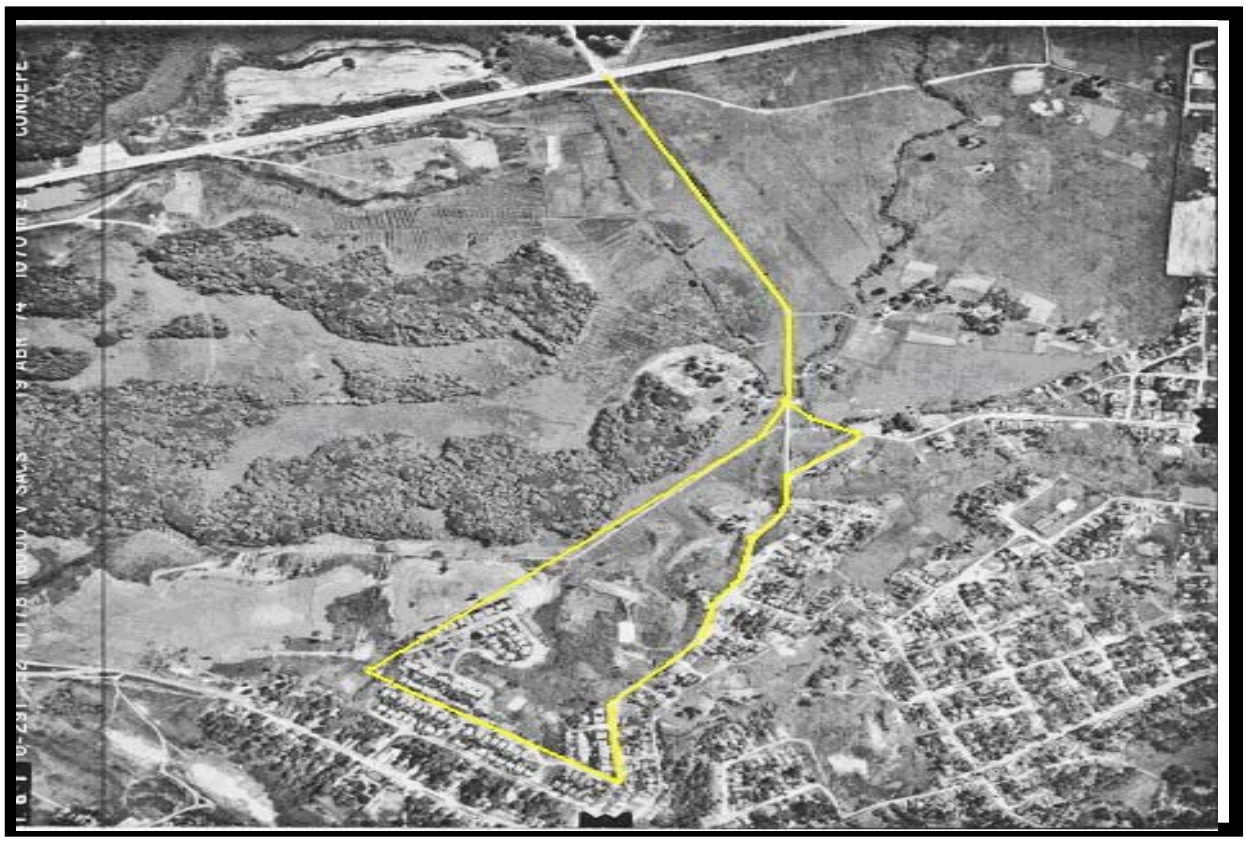
E foi justamente nas décadas de 1970 e no decorrer de 1980, numa conjuntura de crise econômica da qual já falamos, que – da cidade e do interior – o espaço do Recife foi alvo de

uma acirrada disputa, com a proliferação das ocupações por famílias empobrecidas que buscavam, como alternativas para o problema da falta de moradia, ocupar espaços disponíveis da cidade, pois, naquele momento, era o que lhes era permitido.

È também durante essa década que surge a ocupação Planeta dos Macacos, a qual nos mostra a figura 2 onde podemos ver o terreno desocupado ou disponível em 1974, um ano antes da ocupação.

Figura 2

Fotografia Aérea Planeta dos Macacos – 1974



Fonte: Agência CONDEPE / FIDEM – 1974

- Limite do terreno desocupado o que viria a ser o Planeta dos Macacos

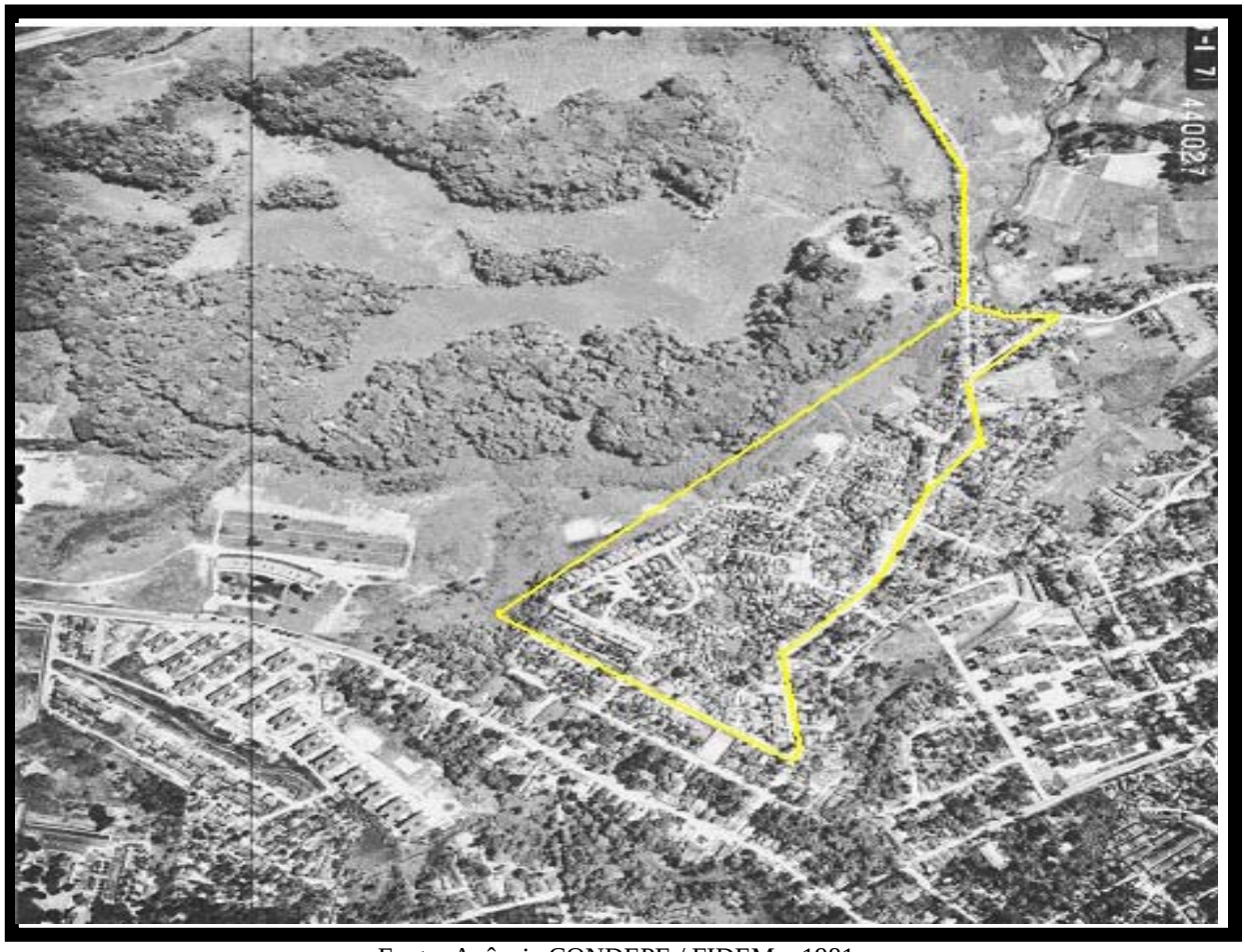
Através da figura 2, além da área desocupada identificada por nós, que viria a se tornar o Planeta dos Macacos, podemos observar também o seu entorno com algum adensamento ao lado de muitos espaços disponíveis, evidenciando que a expansão urbana estava em processo nesta área da cidade. Nela identificamos espaços disponíveis do que viria a ser a ocupação, na

parte leste, terrenos pertencentes à CEASA, já a sudoeste a área “vazia” viria a se constituir no cemitério Parque das Flores. Também, identificamos, na parte oeste, a existência da mata que constitui hoje o Jardim Botânico. Além dessas áreas citadas, percebemos outros espaços disponíveis os quais também viriam a ser ocupado com a expansão urbana acelerada.

Na seqüência, temos a figura 3, que mostra-nos a área em 1981, após 6 anos de ocupação, com as casas entre a Mata e as plantações de macaxeira. Nela chamamos à atenção também para o entorno, antes vazios, que nos permite observar e reforçar a evolução urbana do Recife, na área assinalada. Através dessa figura, já se percebe a existência do conjunto residencial ao sul da ocupação, o Jardim Planalto, a leste o conjunto residencial Felipe Camarão e a sudoeste, já aparece o cemitério Parque das Flores no início de sua construção.

Figura 3

Fotografia Aérea Planeta dos Macacos – 1981



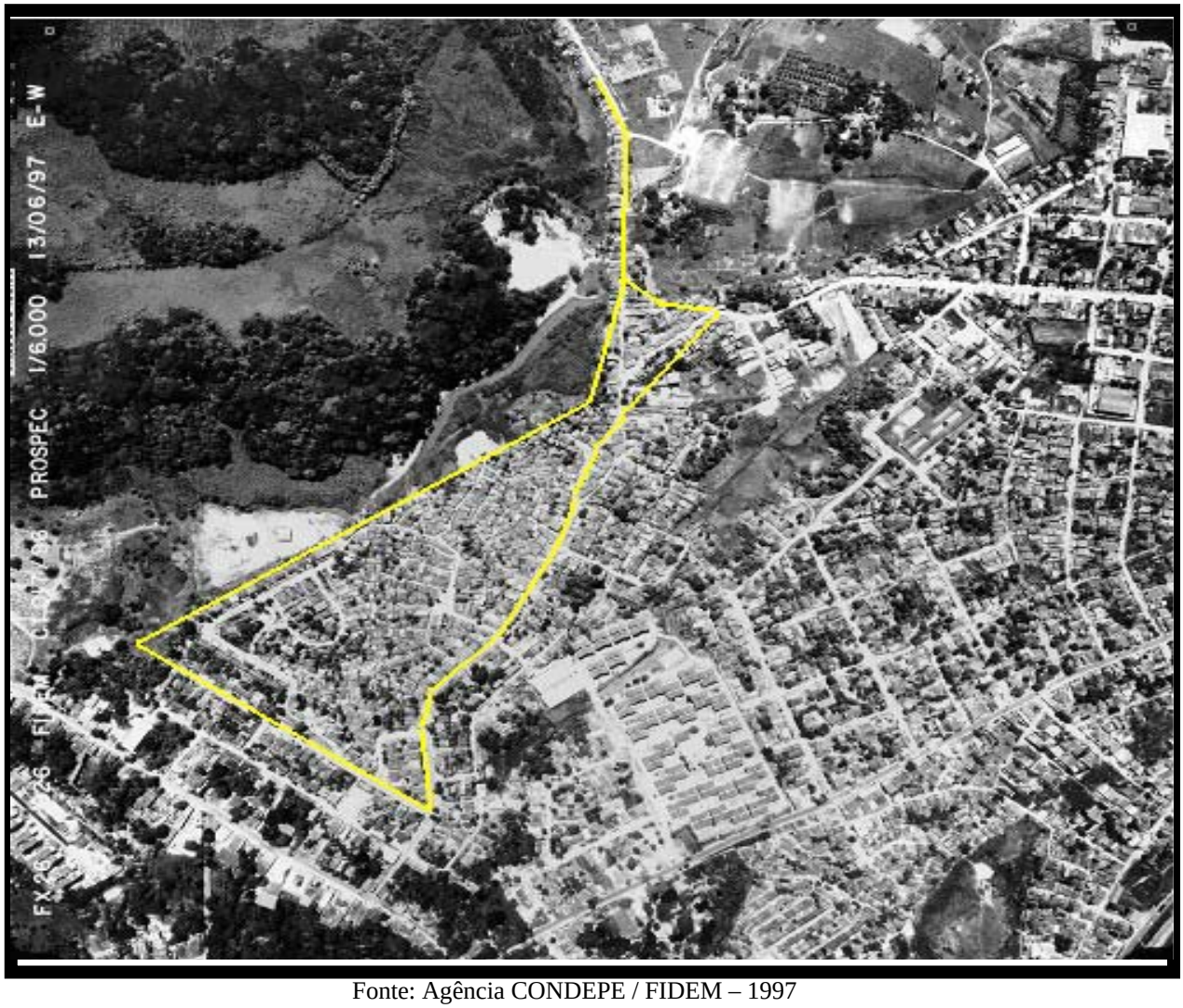
Fonte: Agência CONDEPE / FIDEM – 1981

- Limite da ocupação Planeta dos Macacos

Continuando a seqüência, temos a figura 4 numa escala maior, com uma visão mais aproximada possibilitando-nos uma maior riqueza de detalhes. A figura mostra a área, agora em 1997, cerca de 22 anos após a sua ocupação; o espaço se acha totalmente ocupado, como também o seu entorno. Percebe-se claramente a inexistência de áreas disponíveis, a não ser os poucos espaços pertencentes à CEASA e às áreas de preservação ambiental. O que comprova e reforça, espacialmente, o processo rápido de urbanização ocorrido, no período, em Recife em direção à zona oeste da nossa cidade.

Figura 4

Fotografia Aérea Planeta dos Macacos – 1997



Fonte: Agência CONDEPE / FIDEM – 1997

- Limite da ocupação planeta dos macacos

Desse modo, a referida ocupação que abrigava algumas famílias pobres da cidade passou também a abrigar pessoas vindas de toda parte da cidade, bem como os que chegavam

também do interior do estado. Esses grupos engrossavam a ocupação ao tomar conhecimento dela, intensificando, cada vez mais, o uso do espaço para moradia.

Após décadas, as desigualdades sócio-espaciais persistem, em conseqüência de ações restritas ou inexistentes de políticas sociais efetivas que atendam aos reclames das populações menos favorecidas. As desculpas sempre foram as mesmas: falta de recursos, tanto na esfera federal, como na estadual e municipal, o que demonstra, na verdade, falta de interesse em resolver problemas cruciais da cidade, os quais foram se avolumando, até os nossos dias. Atualmente, há, na cidade do Recife, cerca de 500 favelas (CENDHEC: 2005), responsáveis por abrigar mais de 750 mil pessoas. Um total em torno de quase 50 % de sua população, portanto, vive em favelas, enfrentando, em seu cotidiano, situações difíceis, não condizentes com a condição humana.

Tivemos uma urbanização acelerada e concentradora, com um processo de exclusão social e com a produção de lugares desiguais num mesmo espaço da cidade, muito próximos uns dos outros. Essa proximidade, ao contrário do que se pode pensar, não implica valorização do indivíduo, mas a permanência de sua desvalorização, suscitando o sentimento de não pertencimento ao lugar, por seus moradores; o que decerto, repercute negativamente nos processos de mobilização sócio-espacial. Os moradores das áreas pobres, não respeitados nem pelo Estado nem pela sociedade, ao habitar esses espaços, vêem seus direitos sociais violados, uma vez que o não direito à moradia tirá-lhes o direito à cidade. De acordo com Lefebvre:

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (2001: 135).

É a conquista do direito à cidade uma das condições fundamentais ao processo de produção e construção do espaço do cidadão. Conforme nos apresenta Lefebvre, o direito ao habitar é um direito que, em nossa cidade, está sendo violado para um montante de famílias e indivíduos. Isso repercute também na negação de outros direitos relacionados com o direito de habitar, enfim, no direito a uma vida decente ou digna. Nesse sentido, a cidade não cumpre com sua função social, pois é também considerada mercadoria e, para tal fim, deve ser consumida, mas apenas por aqueles agentes dominantes que possuem o poder da troca.

Ainda segundo Lefebvre:

> o duplo processo de industrialização e urbanização perde o seu sentido caso não se conceba a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização em si; caso se subordinem todos os processos da vida urbana ao crescimento industrial. Este fornece as condições e os meios da sociedade urbana. Proclame-se a racionalidade industrial como necessária e como suficiente e se estará destruindo o sentido do processo, pois este processo não deve se sobrepor à condição humana. (2005: 142)

Mas para nós, o que se revela, na prática, são cidades de países periféricos, como o Brasil, em que o processo de industrialização se sobrepõe ao cidadão, ou seja, não foram levadas em conta as condições humanas.

Nos questionamos sobre as condições das nossas cidades atualmente e nos propusemos a uma reflexão sobre como pensar a cidade hoje. Como a cidade deve ser orientada para as necessidades sociais que atendam aos direitos da sociedade urbana, em especial, aos direitos das camadas populares? E, nesse processo, como inserir todos os segmentos sociais para que se envolvam? Como o envolvimento depende do sentimento de pertencimento ao espaço, como fica o caso dos lugares em que esse sentimento não se concretiza?

Nesse sentido, observamos como a realidade das cidades brasileiras apresenta perversidades, decorrentes de fatores estruturais crônicos, como já vimos, os quais não respeitam a dignidade humana. A própria constituição[4] reconhece o direito à moradia como um direito social e humano, no entanto não se respeita esse direito, o nos leva a pensar, que não basta que os direitos existam apenas ratificados pela constituição, é preciso concretizá-los. Isto representa portanto, uma herança histórica da política econômica – um problema estrutural, como vimos antes, associado a políticas conjunturais adotadas nas últimas décadas do século XX.

Desse modo, tomamos como exemplo o direito à moradia para reflexão e análise, devido ao seu vínculo com nossa temática e com nossa proposta de trabalho, pois foi a violação desse direito social que impulsionou fortemente as camadas populares empobrecidas a promover as ocupações, entre elas o Planeta dos Macacos.

[4] Art 6º, da Constituição Federal reconhece “direitos sociais, a educação, saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desempregados, na forma desta constituição”.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, “cerca de trinta ocupações ocorreram na região metropolitana do Recife entre os anos de 1978 e 1983, envolvendo algo em torno de 150 mil famílias” (NETO, 1984). E, segundo a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do governo do Estado de Pernambuco, as áreas ocupadas por assentamentos populares tinham duplicado nos anos 1990, no Recife, representando 15 % da área total do município (SOUZA, 1990).

Que implicações essas ocupações irão representar no espaço urbano do Recife? Inicialmente elas representam uma conquista pelo solo da cidade, não o direito à cidade na sua plenitude, pois, como já vimos antes, o direito à cidade não envolve apenas o acesso à moradia e muito menos nas condições em que esse acesso ocorreu. Outra implicação é a presença, até hoje, mesmo indesejável para muitos, desse contingente populacional na cidade. Uma terceira implicação diz respeito à vida, ao sentimento desses ocupantes, como também, da sociedade em relação a esses espaços.

A crise econômica, já discutida na seção anterior, e a redução dos gastos com as políticas habitacionais, especialmente após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986 levou ao agravamento do déficit habitacional. Porém, diante da intensificação dos conflitos pela posse da terra na cidade e das ocupações em terrenos disponíveis, o governo passa a ser pressionado e, sem saída diante da situação caótica, promove uma redefinição das políticas habitacionais até então adotadas.

Ainda nos anos de 1980, houve algumas conquistas no âmbito municipal, obtidas em decorrência das reivindicações dos movimentos sociais de bairro, representados pelas associações de moradores e pelas assessorias que lhes davam assistência. Com isso, conseguiu-se a aprovação de algumas leis, como a criação das ZEIS e do PREZEIS. Tudo isso em função da pressão e negociação entre o governo e as lideranças comunitárias nas áreas de maior conflito social.

Com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), o governo de Pernambuco cria à Secretaria Estadual de Habitação, que passa a atuar no setor através da COHAB-PE. E, com empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, são adquiridas terras por meio de desapropriação e de cessão de terras públicas, o que amplia a oferta de novas moradias e a regularização fundiária de terrenos ocupados. Também foi criado o Banco de Materiais de Construção (BMC), que propunha compra de materiais em grande escala e repasse a preço de

custo para as populações pobres que construíram suas casas em regime de mutirão e de autoconstrução.

Já nos anos de 1990 a 2000, à política aplicada voltou-se para a urbanização dos assentamentos populares já consolidados e para a transferência de ocupantes de áreas impossibilitadas de urbanização. É nesse contexto que muitas ocupações consolidadas tiveram seus espaços atendidos com serviços básicos, parciais, mas que melhoraram as condições subumanas em que viviam grandes parcelas da população, entre elas, destacamos a do Planeta dos Macacos.

No final de 1998, também é extinta a COHABE-PE, pois não interessava ao governo ampliar recursos para a construção de habitações populares. Muitos desses recursos agora eram destinados ao financiamento de moradias de luxo para os grupos sociais de alta renda, em detrimento do atendimento às famílias de baixa renda.

Desse modo, mesmo com algumas políticas habitacionais aplicadas, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, o déficit de moradias na cidade do Recife nunca chegou próximo de ser solucionado, pois a discrepância entre a oferta e a demanda continuou grande. Sem essas políticas, que, como já vimos, voltaram-se para as camadas de alta renda, na última década do século passado, às camadas sociais mais desfavorecidas restou a expansão das áreas pobres, das favelas ou ainda dos espaços do não cidadão. Esse processo de ocupação não cessou e continua a proliferar até os dias atuais, se estendendo, agora, para áreas de risco ou de preservação ambiental.

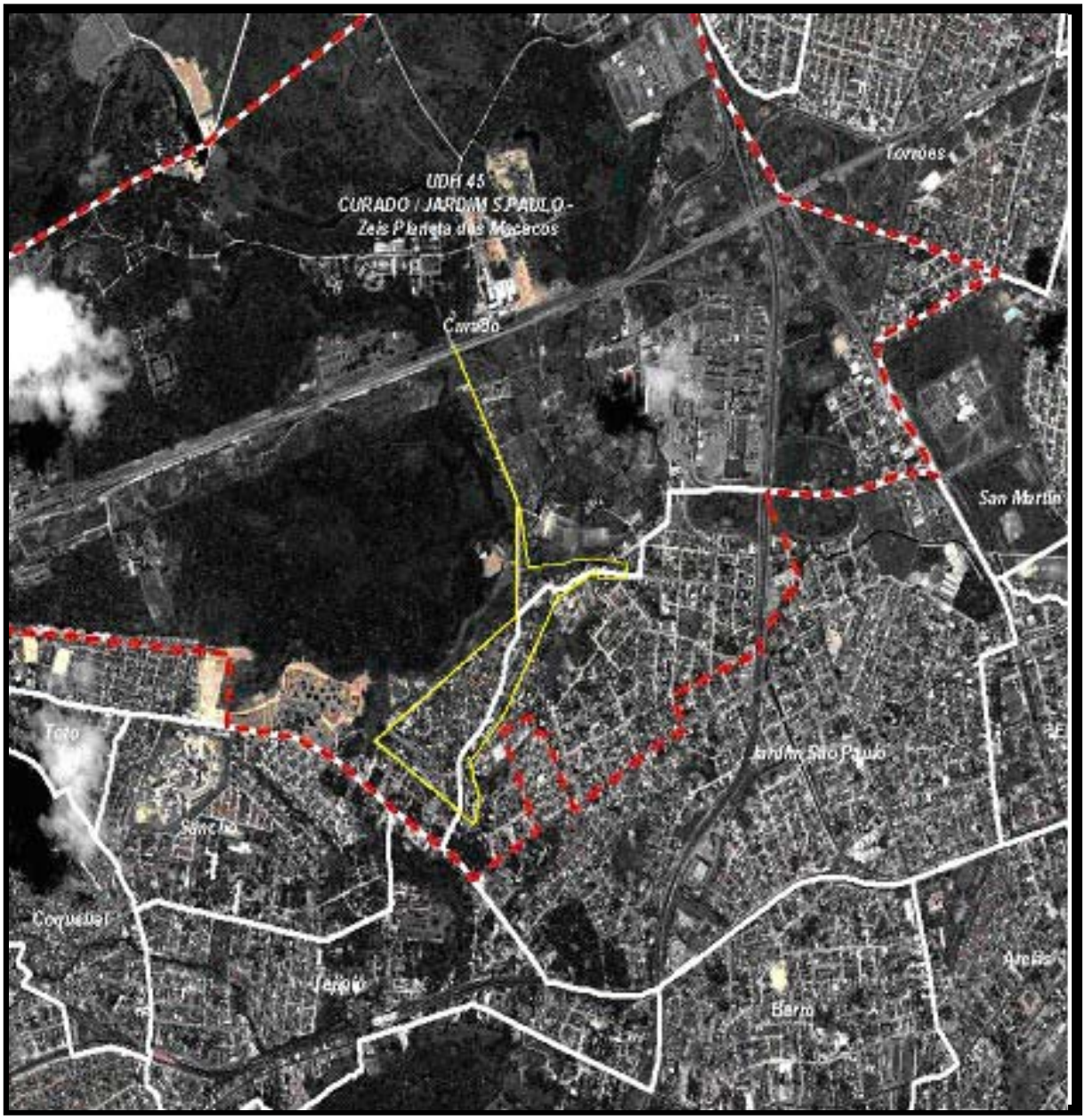
Na verdade, as políticas habitacionais aplicadas eram mais para amenizar o déficit, do que mesmo atender ao direito à moradia, pois, em nenhum momento, as políticas aplicadas supriam a demanda, que havia se avolumado por décadas seguidas. Algumas delas atendiam a uma parcela de classe média empobrecida, porém aquela parcela sem rendimento algum, continuava excluída.

É relevante, contudo, enfatizar que tanto os moradores do Planeta dos Macacos como de outras ocupações exerceram uma pressão muito forte apoiados por algumas instituições, como a Igreja Católica, que, de certa forma, levou ao redirecionamento, ao qual já nos referimos, forçando o Estado a “optar” pela urbanização das ocupações consolidadas.

Para fecharmos esta seção, apresentamos a figura 5, que nos mostra a área de estudo e seu entorno em 2002, a partir da imagem de satélite. Nela percebemos, de forma mais ampla, a área em destaque, a qual nos dá a idéia da intensidade do processo de expansão urbana mais recente, no início deste século em nossa cidade.

Figura 5

Fotografia de satélite Planeta dos Macacos 2002



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife/ 2005

- Limite da ocupação do Planeta dos Macacos

Na figura acima identificamos a ocupação Planeta dos Macacos, como também os limites da unidade de desenvolvimento humano e o limite do bairro de Jardim São Paulo e do Curado. O que nos leva a confirmar a constatação já feita por nós quando expomos a realidade do processo de urbanização acelerada e concentradora da cidade do Recife, desde a década de 1970. O importante é que os dois fenômenos citados, ou seja, o modelo econômico excludente, mais o processo de urbanização acelerado, ocorridos concomitantemente geraram contradições que se somaram a outras já existentes e não resolvidas, agravando-as e dando um novo sentido à cidade.

Planeta dos Macacos, setembro de 1976

Planeta dos Macacos, julho, 2006

Capítulo II

“Há um cotidiano que se adapta à lógica hegemônica dos propósitos do Estado e das grandes firmas[...], há, porém um outro cotidiano, aquele pelo qual o homem redescobre a consciência e busca ampliá-la. Este cotidiano não se defende apenas pela letra de uma Constituição Federal mas igualmente (e mais freqüentemente) pelas regras da convivência no lugar mesmo em que se vive. Essa consciência do homem, que faz dele um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo, também faz parte dos desígnios fundamentais e do longo prazo, porque diz respeito a própria essência humana .”

(SANTOS, 2002: 109)

2- O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO LUGAR PLANETA DOS MACACOS NA CIDADE

O espaço urbano, marcado por grandes desigualdades, é resultante do processo de produção espacial e de acordo com Carlos:

> É realizado no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, e revelado pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho, que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. (1996: 26) .

No nosso entendimento, a construção do lugar Planeta dos Macacos representa tudo isso. Um espaço que conseguiu se sobrepor a tudo e a todos, mas que obteve, através da luta e resistência de seus moradores, o direito de permanecer ocupando o espaço da cidade. Num contexto de grandes transformações, em que surgiam novas relações sociais, determinadas por uma dinâmica mundial, as quais essas transformações se revelaram a nível local, ao criarem lugares diferentes, como o Planeta dos Macacos e tantos outros existentes no espaço urbano do Recife.

Nesse momento, então, em que ocorria a expansão urbana do Recife, o espaço ia adquirindo uma importância maior, tornando-se uma mercadoria, um produto cada vez mais disputado por vários grupos sociais. Ao mesmo tempo o espaço também condicionava as relações sociais que transcorriam no decurso do processo, de forma contínua e acelerada, nas últimas décadas do século XX, com práticas sociais realizadas de forma conflituosa e que resultaram na configuração dos lugares que temos hoje na cidade do Recife.

Pela dimensão que a cidade adquiriu, com a construção de diversos lugares, é necessário nosso esclarecimento sobre o conceito de lugar com o qual estamos trabalhando. No caso da ótica adotada nesta pesquisa, o lugar não significa apenas um ponto de localização dos fenômenos, mas uma parcela do espaço, apresentando realidades complexas. Entendemos que é a sociedade a qual ocupa o espaço quem o produz em tempos diferentes, com ritmos de vida diferentes, de apropriação, e vai expressando com seu uso a sua função social. Entendemos o lugar, portanto, segundo a perspectiva de Santos, que diz:

> No lugar um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições... cooperação e conflito são á base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. (1997: 258).

Completando o que dissemos e lembrando o que diz Z.Mlinar (apud, SANTOS, 1997:251), “os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o mundo e o indivíduo”. Nesse sentido, cada lugar é, à sua maneira, o mundo, ou seja, no contexto atual da globalização, o lugar é visto como um fragmento do espaço em que se apreende o mundo moderno. Porém, esse mundo, que se reproduz em diferentes níveis, não elimina as particularidades do lugar que passa a conter, assim, o mundial, mas sem perder aquilo que está sendo produzido no cotidiano e que se expressa com as especificidades do local.

Nessa perspectiva, entendemos também que são as relações sociais, no plano do vivido, que criam os diversos lugares da cidade. Desse modo, o Planeta dos Macacos constitui, na cidade do Recife, um produto das contradições de uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais e que vive em um espaço desigual, decorrente da posição que ocupa na esfera da produção, cuja relação é antagônica e estrutural no conjunto da cidade.

E, por ocupar um espaço com representações negativas pela sociedade, gera-se um sentimento de negação, de não pertencimento ao lugar, o que se traduz negativamente para a continuidade do processo de construção do espaço do cidadão. Ao se referir aos espaços das áreas pobres, Santos Continua:

> [...] e a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócio-espacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida.(1997: 259)

Para nós que habitamos a cidade do Recife, não é difícil perceber a diversidade sócio-espacial da qual nos fala Santos. É nas áreas pobres (figura 6) que isso é notório, inclusive no Planeta dos Macacos, onde se percebem as formas de vida, o que os moradores fazem. Eles são os engenheiros, os arquitetos, os pedreiros, os pintores, os mestres etc, são, por conseguinte, os verdadeiros construtores do espaço, seja pelo tipo de moradia construída, seja pelas formas de trabalho com as quais eles se afinam, seja, ainda, pela imensa criatividade e espontaneidade que lhes caracteriza e são inigualáveis.

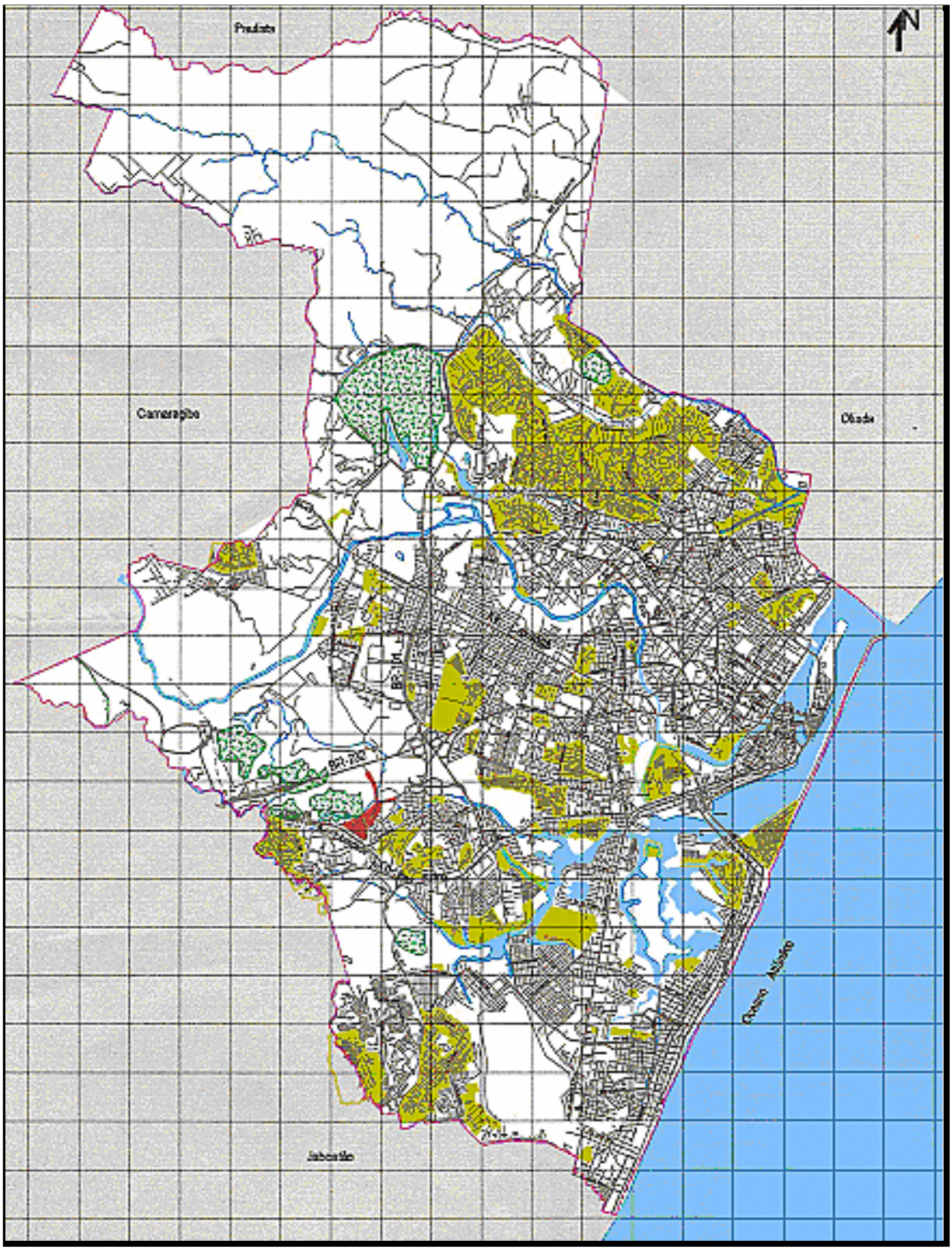
Desse modo, são inúmeras as áreas pobres, conforme já dissemos, inseridas no espaço da cidade do Recife, entre elas a que estamos enfocando, o Planeta dos Macacos, a qual está identificada na figura 6.

Esta figura 6 nos mostra o cadastro de todas as áreas pobres. Entretanto, só para que se tenha a idéia de sua proporção, tomamos como exemplo apenas o bairro de Jardim São Paulo, onde se localiza o Planeta dos Macacos. Nele, encontram-se também a ZEIS Areias; a ZEIS Jardim São Paulo / Linha do metrô ; a ZEIS Barro; a ZEIS Jardim São Paulo I e Jardim São Paulo II. Na verdade, as áreas pobres, em nossa cidade, são muitas, considerando-se que há áreas que sequer Zeis ainda são, como: Carligeiro, favela canal Mussurepe, inferninho de Jardim São Paulo e Vila La Roque[5]. Há, contudo, uma pequena parte do bairro, localizada no entorno da praça principal, com população de renda média, identificada apenas pelo tipo de moradia.

[5] Dados fornecidos pelo atlas do Desenvolvimento Humano no Recife (2005).

Figura 6

Cadastro de áreas pobres da cidade do Recife



Fonte: URB Recife

- Limite do município
- Reservas Ecológicas
- ZEIS
- ZEIS Planeta dos Macacos

O processo de construção dos lugares na cidade nos abre uma perspectiva para se pensar criticamente a cidade que temos. O processo de produção do espaço que resultou em extremas desigualdades pode nos parecer, à primeira vista, como obstáculo impossível de ser solucionado. Entretanto, a partir da construção de um lugar, podemos acreditar que é possível fazer algo, que há esperanças, e que devemos lutar por uma cidade mais justa e com melhores condições de vida para todos.

Com essa idéia, cogitamos um desenvolvimento sócio-espacial em que haja não só uma melhoria da qualidade de vida, como também um aumento da justiça social. Segundo Souza (2004: 61), "a mudança social positiva, nesse caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas igualmente a espacialidade", e nesse sentido Souza nos chama a atenção para a importância do "espaço, arena, referencial simbólico / identitário e condicionador".

2.1- Movimentos Sociais e a Conquista do Espaço do Cidadão.

A década de 1970 constitui também um marco importante no que se refere à atuação dos movimentos sociais. Após um período desfavorável, com desarticulação e perda de atuação por conta do cerceamento do exercício da participação popular, e dos direitos civis e políticos, decorrente da repressão do Regime Militar, um novo cenário nacional se apresenta, com o retorno efervescente dos movimentos sociais, possibilitando aos atores desse contexto uma nova valorização, num momento mais favorável, diante da abertura política.

Mas, qual a nossa compreensão acerca desses movimentos sociais, em vista da diversidade de concepções teórico-conceituais existentes? Com base em alguns teóricos, como Meluci, Sherer-Warren, Souza, Cézar e Castilho, percebemos pontos comuns em todos os conceitos apresentados a seguir, o que nos permitiram identificar o tipo de movimento social realizado no Planeta dos Macacos, pois a diversidade conceitual explica-se pela existência da diversidade de tipologias apresentadas pelos movimentos sociais.

Para a construção do espaço do cidadão, encontra-se implícita a luta pela conquista do solo urbano pelas populações pobres, mas também a luta por uma vida digna na área

adquirida. Daí a formação dos movimentos sociais, numa tentativa de construir a força para poder participar de forma efetiva do processo de produção do seu espaço, ao reivindicarem melhorias para os espaços do não-cidadão, os quais estavam se expandindo no Recife.

Segundo Meluci (2000:35), “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica ruptura dos limites do sistema ao qual a ação se refere”. Nessa perspectiva, alguns traços caracterizam os movimentos de moradores de bairros de áreas pobres, a solidariedade e o conflito, e a luta travada entre atores e agentes sociais espaciais implica rupturas da ordem vigente.

No movimento social, ocorrem divergências entre seus membros, porém esses se reconhecem e são reconhecidos como parte de uma unidade social, e as divergências são superadas para que as metas sejam atingidas. Na concepção de Sherer-Warren (1999:15), “movimento social é um conjunto mais abrangente de práticas sócio-políticas que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmica e civilizatória) resultante de múltiplas redes de relação entre sujeitos e associações civis”.

Percebemos, nesse ponto de vista, uma sintonia com o que afirma Souza (2004:191/192), ao dizer que “movimentos sociais são entendidos como ações articuladas em escalas geográficas mais amplas, com preocupações de longo alcance, e cujas demandas [...] se referem à problemática da justiça social, desafiam, direta ou indiretamente, aspectos do status quo”.

Analisando, então, essas concepções, entendemos que o movimento social autêntico deve ter como base de luta não somente o atendimento das necessidades básicas do lugar, mas que a bandeira de mobilização e luta deve ter meta mais abrangente, que levem a uma transformação social.

Nessa ótica, o próprio Souza coloca que muitos movimentos de bairro, como os que tivemos no Recife, nos anos 1970 e 1980, podem ser assim chamados, pois houve momentos em que suas reivindicações ultrapassavam o acesso apenas das melhorias locais. E segundo Souza (2004:192), os movimentos de bairro podem representar em algum momento “uma luta de bairro para uma luta a partir do bairro”.

Assim, a atuação dos moradores do Planeta dos Macacos, organizados por suas lideranças, bem como outros movimentos ocorridos em outros lugares da cidade são, ao nosso ver, movimentos sociais, mesmo que eles não tenham conseguido transformações mais amplas, visto que a ação resultou em algumas conquistas. Entre elas, além das melhorias materiais, houve outras que representam conquistas significativas mais amplas, como: o reconhecimento da legitimidade das organizações através da associação ou de conselhos de moradores; no caso do Recife, o ganho da participação da gestão, com a lei do PREZEIS, além de uma certa politização, ao juntarem-se com outras associações, lutando por uma cidade com melhores condições de qualidade de vida para seus moradores.

Outra importante conquista obtida pelos referidos movimentos sociais reside na mudança da política do tratamento dado às favelas. E, nesse caso, o Planeta dos Macacos foi beneficiado. Estamos falando da mudança de uma política de erradicação das favelas para uma política de urbanização, a qual, mesmo não tendo sido a alternativa ideal, garantiu, pelo menos, melhoria de vida aos habitantes no lugar já existente, possibilitando um começo da criação do espaço do cidadão. É também importante frisar que foi essa resistência dos moradores de áreas pobres das cidades que inspirou o ideário do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU).

Dessa forma, os movimentos sociais tornaram-se importantes instrumentos de análise para o conhecimento do espaço geográfico, quando consideramos o rebatimento desses movimentos no espaço e em que medida eles o influencia. Nessa perspectiva, segundo Castilho:

> Os movimentos sociais constituem, pois, ao mesmo tempo, espaços resultantes da concretização de ações sociais em sistemas de objetos-articulado numa totalidade estabelecida entre os diversos atores sociais, entre estes e o Estado [. . .] e sistemas de ações que usando esse espaço como meio e condição, atuam num campo de possibilidades e limites definido pelos atores sociais que, movidos pelas paixões, desejos, representações e esperança, atuam na realidade com o efeito de questioná-los rumo à sua mudança concreta. (2002:33).

De acordo, com essa percepção, o movimento social existente no Planeta dos Macacos preenche os requisitos citados por Castilho, pois a forte mobilização ocorrida nessa localidade resultou na construção e transformação do espaço de antes, sem nenhuma condição, para a formação do espaço do cidadão, mesmo que isso tenha acontecido de forma incompleta. Logo, no nosso entendimento, o Planeta dos Macacos é, hoje, produto da concretização de

ações sociais em sistemas de objetos e de elementos indissociáveis na produção do espaço geográfico.

E para reforçar e servir de exemplo a essa reflexão crítica, é válido mencionar algumas reivindicações dos moradores do Planeta, as quais constam em um panfleto distribuído numa passeata realizada no dia 29 de março de 1980[6], em que se dizia "Planeta dos Macacos [. . .] luta pacífica, pela legalização da posse da terra; por melhores condições [. . .], lutará também por: emprego e salário justo, casa e alimento; saúde e educação; justiça e liberdade". Acrescentamos a isso um trecho extraído de um requerimento dirigido à Assembléia Legislativa de Pernambuco:

> A comunidade do Planeta dos Macacos tem uma história de luta [. . .], o seu povo aprendeu a acreditar em si mesmo, a confiar na sua própria força [. . .] hoje podemos dizer, sem "exagerar", que o pessoal do Planeta tem um exemplo a dar a outras comunidades, igualmente pobres e sofridas, da nossa cidade [. . .] luta diária pelos seus interesses e direitos mais imediatos, e ao mesmo tempo participa das grandes campanhas políticas. Discutiu e se movimentou pelas diretas para presidente. Debate agora a constituinte [. . .] da Prefeitura de Recife, exige compromissos claros com os interesses populares. (Requerimento dirigido à Assembléia Legislativa, pelo 10º aniversário de existência do Planeta. Recife, 21/ 09/1985).

Como podemos ver, algumas dessas reivindicações citadas no requerimento vão além, como afirma Souza (2004:191), de simples ativismo de bairro, diferenciando-se e constituindo um movimento social. O ativismo social de bairro se refere às formas de associação que ficou restrita a ações reivindicativas apenas por benefícios imediatos, buscando o atendimento das necessidades básicas do grupo. No Recife, em meados da década de 1970 e 1980, criaram-se inúmeras associações de moradores ou conselhos de moradores, sobretudo nas novas favelas ou ocupações que surgiam, na tentativa de se fortalecerem, via associação, para buscar coletivamente os serviços de infra-estrutura e equipamentos coletivos, bem como garantir a posse da terra.

O movimento social formado no Planeta dos Macacos teve a participação efetiva das mulheres. Eram elas que estavam à frente da luta. Foram realizadas muitas passeatas, abaixo-assinados, houve denúncias à imprensa, revelando uma organização social, no início, na sua forma mais simples, mas que, aos pouco, foi se consolidando, avançando com cobranças mais amplas.

[6] O panfleto citado encontra-se no anexo 5.

E esses movimentos sociais tornaram-se mais visíveis no espaço da cidade, por este ser o lugar em que a esfera do poder municipal encontra-se mais próxima do povo e por ser ela a responsável direta pela gestão da cidade, daí tornar-se o alvo imediato das reivindicações. A figura 7 nos mostra uma passeata do movimento reivindicativo dos moradores do Planeta.

Figura 7

Passeata no centro da cidade -1982

Fonte: Moradora da ocupação

Num período caracterizado por uma política centralizadora, com o fechamento de canais de participação popular, pois a prioridade dos governantes locais era o aspecto urbanístico da cidade, modernizá-la, os movimentos sociais lutavam por moradia, por uma vida digna. Não havia, da parte desses governantes, nenhuma preocupação em resolver os problemas sociais, o que afirmamos com base em um depoimento da irmã Carla Pimentel, uma das organizadoras da construção do Planeta dos Macacos, em entrevista ao jornal.

> Quando terminará esta ciranda trágica, em torno da cidade que luta para ser mais bela? O Recife possui, segundo pesquisa da FIDEM, 154 áreas que clamam por justiça, por condições mais humanas de vida. (Jornal do Comércio, 20/05/1978).

Enquanto o governo municipal estava interessado em tornar a cidade mais bela, a população clamava por melhores condições de vida. Sobre essa questão nos fala Lefebvre:

> Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretendem impor, através da via coatora e institucional àquilo que resta da realidade urbana.(2001:112)

No final de 1979, o redirecionamento dos problemas urbanos com a implementação de infra-estruturas nos locais de assentamentos populares significa, na verdade, a busca de uma legitimação dos gestores da cidade, visando a uma aproximação com a população e suas representações. Nesse contexto, o governo municipal assume um papel descentralizador, abrindo espaços para a participação. Contudo, esse processo será mais evidente nos anos 1990, como fruto de uma luta da sociedade brasileira pelo retorno da democracia, do que mesmo por desejo do Estado.

É importante salientar que essas ações se fizeram mais presentes a partir de uma maior conscientização acerca dos problemas da cidade pelas populações envolvidas com a causa. Pois o despertar das necessidades leva a um processo de luta por soluções não mais paliativas, e sim definitivas para as precárias condições de vida existentes na cidade.

2.1.1- A Criação das ZEIS e do PREZEIS

Em 1980, foram criadas, através de Decreto, 26 áreas especiais, com definição de procedimentos peculiares para a análise de projeto de controle urbanístico. Dentro do contexto da reorientação das políticas públicas para as áreas pobres, algumas favelas foram beneficiadas com um programa de urbanização. Verificamos, entretanto, que poucas áreas acabaram sendo contempladas e que essas ações eram restritas diante da problemática, a qual se agravava com a multiplicação das ocupações, permanecendo, então, os conflitos.

Somente em 1983, com a lei do uso e ocupação do solo urbano (LUOS) lei n° 14.511/83, foram criadas as ZEIS[7] (Zonas Especiais de Interesse Social), resultado de uma conjugação de fatores que envolvem causas locais e externas, bem como razões políticas e

[7] ZEIS - Zonas especiais de interesse social – Criada pela lei nº 14.511/83 de uso e ocupação do solo da cidade do Recife. Surgiram como uma designação da legislação urbanística para localidades desprovidas de oferta básica de infra-estrutura e serviços urbanos,ocupadas por uma população pobre, normalmente ameaçada pela instabilidade de uma posse precária. (PREZEIS,1999)

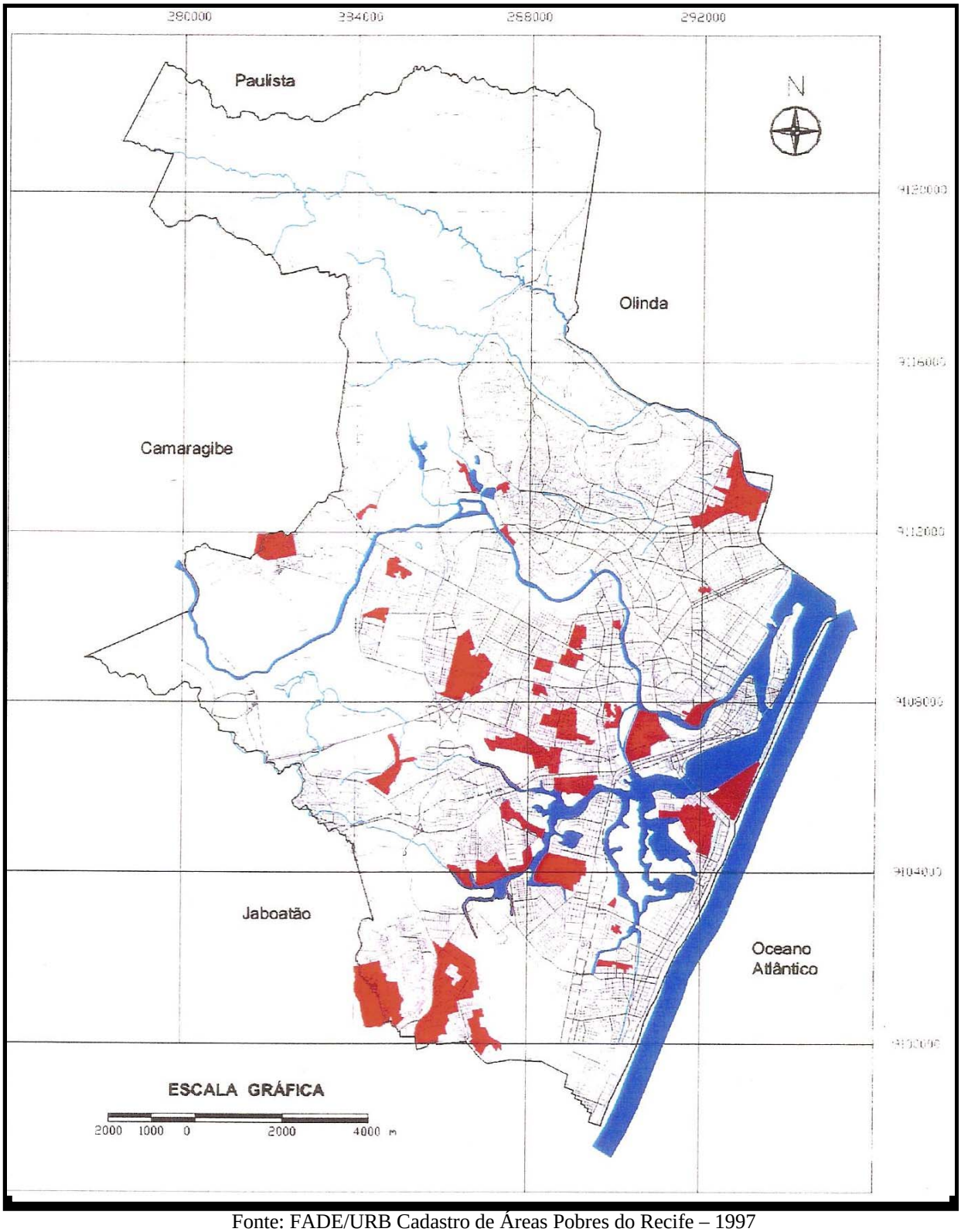
econômicas. Nesse ano, 27 áreas de favelas foram contempladas, sobretudo aquelas já consolidadas na cidade, deixando de fora muitas outras ocupações, entre elas o Planeta dos Macacos.

Ainda na década de 1980, os recursos utilizados para as ações de urbanização eram oriundos dos Governos Federal e Estadual, através de programas de urbanização e legalização de posse da terra. Somente com a lei 14.947/87, foi sancionada, na primeira gestão Jarbas Vasconcelos, a lei do PREZEIS, institucionalizando o sistema de gestão do PREZEIS[8]. Com essa lei, planos e projetos começaram a ser elaborados para as áreas ZEIS. A figura 8 nos mostra a distribuição apenas das ZEIS com Comissão de Urbanização pela posse da terra (COMUL) no espaço urbano do Recife e que também nos dar a idéia da proporção e existência de inúmeras áreas pobres de nossa cidade.

[8] PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, foi criada com a lei nº 14.947/87. Institui um sistema de gestão do processo de reabilitação das favelas, no qual ficam definidas, além de normas para a regularização urbanística, as responsabilidades dos agentes governamentais e representações das comunidades interessadas bem como a institucionalização de arenas de discussão e deliberação sobre investimentos e políticas voltadas para as zeis. Trata-se de uma lei mas, simultaneamente, à participação efetiva no processo de construção do espaço social de cada morador.

Figura 8

Localização das ZEIS com COMUL no espaço urbano do Recife



Fonte: FADE/URB Cadastro de Áreas Pobres do Recife – 1997

- ZEIS com COMUL

Porém, somente em 1993 foi instituído o Fundo Municipal do PREZEIS, cujos recursos passaram a ser utilizados para consolidação e valorização das áreas pobres. Muitas das ações aplicadas com recursos do PREZEIS ocorreram de forma pontual, com ações fragmentadas, não atendendo à real necessidade das áreas. Como exemplo, citamos o Planeta dos Macacos, que nunca teve um plano urbanístico e todas as ações ocorreram de forma pontual.

Atualmente, no Recife, existem 66 ZEIS, somente 34 com COMUL's instaladas, para um total de mais de 400 favelas[9], abrigando quase 50% da população da cidade. Desse total, apenas duas tiveram a regularização da terra e sua urbanização completada, segundo informações de técnicos sociais da URB, a qual trabalham assessorando e acompanhando algumas ZEIS nesse processo. Desde 1998, nenhuma área pobre que requereu a condição de área ZEIS conseguiu o atendimento à solicitação, diante dos obstáculos existentes que a nova conjuntura apresenta.

Com essa breve exposição, queremos mostrar que tanto a criação das ZEIS quanto a do PREZEIS representam avanços no reconhecimento de áreas pobres no espaço urbano do Recife. Porém, após alguns anos de atuação, o PREZEIS passa por momentos difíceis. Até o final de 1970, não havia uma definição ou identificação partidária das lideranças das associações de bairro, o que era feito em geral pela história de cada representante nos lugares. Decerto a definição política, já de algum tempo levou a divergências internas em algumas favelas, e esse é um dado presente, por exemplo, no Planeta dos Macacos, hoje, com suas lideranças históricas divididas, provocando o enfraquecimento do movimento.

Apesar de toda importância no passado, atualmente o PREZEIS vem perdendo espaço, diante dos recursos limitados, e isso retarda uma ação mais rápida pela urbanização das ZEIS. Segundo informações obtidas na URB com os coordenadores e de entrevistas com algumas lideranças comunitárias também de outras áreas, é possível pensar em um esvaziamento do PREZEIS, tanto no que concerne à participação de suas lideranças, quanto à falta de entendimento com o conselho do Orçamento Participativo (OP).

[9] Dados fornecidos pela URB-Recife.

O Orçamento Participativo entra em conflito com o PREZEIS, uma vez que o OP é também um modelo de gestão que envolve a parceria da prefeitura com as lideranças. Porém, ele não é apenas para os pobres, e sim um projeto para toda a cidade. Segundo Geraldo Marinho (2005:21), "o PREZEIS só continua a existir porque foi um marco histórico e ninguém tem peito de apagá-lo [...], ele é permanentemente atropelado pelo Orçamento Participativo, que aponta investimentos para outras favelas, que não são zonas especiais".

Essa realidade de conflitos é percebida, no fórum do PREZEIS, por meio de reclamações de todas as lideranças que, em geral, alegam a falta de compromisso da prefeitura, para com as decisões do PREZEIS. Além disso, em algumas assembléias do OP, observamos no encaminhamento das propostas uma certa manipulação das lideranças, como também no Fórum dos PREZEIS, ou seja, são representantes de vereadores, cooptados pelo clientelismo e corporativismo, exercendo, de certa forma, uma manipulação na hora da escolha das prioridades e das decisões a serem tomadas.

Desse modo, o nosso objetivo em também enfocar a criação da ZEIS e a atuação do PREZEIS é no sentido de reforçar que essas leis foram conquistas dos movimentos sociais no Recife, os quais exerceram pressão para que elas existissem. Elas não podem desaparecer, pois o PREZEIS constitui um espaço de articulação, embora hoje limitado, um espaço com grande importância, e precisa ser pensado e adaptado ao novo contexto.

O resgate e, por extensão, a consciência histórica desse passado recente de lutas e conquistas sociais do lugar podem ser um mecanismo fundamental à valorização do lugar, quebrando o processo de negação do pertencer a esses espaços.

2.2- O Estatuto da Cidade e Suas Repercussões Em Áreas Pobres

As discussões e o desejo de participação na gestão urbana ganharam um novo alento, após a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei Federal n° 10.257/2001, renovando a crença de que é possível uma cidade com mais justiça social e melhor qualidade de vida. Desse modo, é preciso tratar do sentimento de negação do pertencimento ao lugar, sobretudo. Torna-se necessária, assim, uma reflexão crítica sobre o Estatuto da Cidade e como esta lei pode repercutir favoravelmente para os moradores do Planeta dos Macacos.

Um dos artigos tratados no Estatuto da Cidade refere-se à regularização da terra a qual , a nosso ver, após a obtenção do título de posse, no caso em questão, pelos moradores do Planeta dos Macacos, poderá se converter num passo que venha a colaborar para uma maior participação social. Desse modo, é possível renovar a crença de que a participação popular pode mudar estruturas, ainda que parcialmente.

Não podemos esquecer que a conquista do Estatuto da Cidade é uma vitória de todos os segmentos da sociedade e também dos movimentos sociais de bairro, que exerceram uma forte pressão, persistente e resistente, durante anos, e que alcançaram sua aprovação. No entanto, devemos estar sempre em alerta, para que essa lei não seja apenas mais uma. Cabe, desse modo, a todos nós, sobretudo aos moradores de áreas pobres, continuar na luta, discutindo, participando em todas as instâncias, sem abrir mão dos direitos adquiridos, para que estes sejam cumpridos, com todos os dispositivos que a lei contempla.

A experiência do PREZEIS nos revelam que, apesar de ter sido uma grande conquista social, vem caminhando com grandes dificuldades no cenário político-econômico em que vivemos. Os recursos do fundo do PREZEIS vêm sendo paulatinamente reduzidos, a cada gestão da cidade do Recife, e isso repercute negativamente nas ações a serem implementadas nas ZEIS. Há no PREZEIS, hoje, um enfraquecimento que ninguém nega, com divergências internas e o não reconhecimento do que se delibera no Fórum.

Assim sendo, queremos chamar atenção para o fato de que não basta a existência da lei, ela tem que ser cumprida. E para que tenhamos a tão sonhada mudança social positiva, como nos diz Souza (2004:61), “deve contemplar não somente as relações sociais, mas igualmente a espacialidade”. Nesse caso, o espaço adquire um status, não sendo visto apenas como um palco, um cenário para as práticas sociais, mas também como um condicionante delas.

É importante salientar que, após a aprovação da lei, deve ser acompanhada a sua aplicação, vivenciada, para que o ideário da Reforma Urbana aconteça de fato. O movimento, nacional de reforma urbana remonta aos anos 1960. Porém após um período de repressão imposta pelo Regime Militar, principalmente após a decretação do AI-5, em 1968, teve sua mobilização reprimida por cerca de duas décadas. Voltou a atuar em meados dos anos 1980, com a abertura política e a elaboração da nova Constituição Federal.

Entretanto, novas propostas foram incorporadas e defendidas pelo movimento. Além da questão da moradia, que era a sua bandeira de luta, avançou-se com uma diversidade de propostas, o que o fortaleceu e o fez ganhar uma projeção nacional. A luta voltou-se para um conjunto articulado de políticas públicas que reduzisse os níveis de injustiça social das nossas cidades, de modo que estas passassem a promover uma maior democratização do planejamento e da gestão urbana, além da coibição da especulação imobiliária.

Após 11 anos de luta, o Estatuto foi aprovado por meio da lei 10.257/01. Ela vem preencher lacunas de muitas reivindicações de vários segmentos da sociedade, que desejam uma cidade com melhor qualidade de vida, com satisfação das necessidades básicas e não básicas, materiais e imateriais. Como já exploramos no capítulo 1, os problemas urbanos não são novos, eles passaram, no decorrer de décadas, a fazer parte de nosso cotidiano, dos que habitam as cidades, e cada vez mais se avolumaram, distribuídos historicamente de forma injusta, com tentativas de soluções pontuais e insuficientes.

Portanto, o Estatuto da Cidade vem renovar a esperança de mudança positiva da e na cidade, através de instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, que pode garantir a efetivação do Plano Diretor, visando, desse modo, ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. É, pois, necessário enfocar, neste trabalho, o instrumento do Estatuto da Cidade, o da regularização Fundiária, um ponto relevante para uma das explicitações da problemática abordada.

Souza (2004:294) diz que "regularizar fundiariamente e dotar de infra-estrutura nas favelas e loteamentos irregulares são coisas essenciais para resgatar a dignidade e a auto-estima dos pobres urbanos, desde que seja realizado de modo sério, transparente, participativo e tecnicamente correto". Com o Estatuto da Cidade, que estabeleceu a aplicação da Lei do Usucapião Coletivo[10], espera-se que os processos de regularização fundiária sejam agilizados. No caso do Planeta dos Macacos, a área já foi urbanizada e ainda continua à espera da regularização da terra, o que, diante da demora, gerou uma descrença em seus moradores.

[10] Usucapião – de acordo com o Estatuto da Cidade art. 10, (as áreas urbanas com mais de 250 m² , ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por 5 anos, ininterruptamente e sem oposição. Onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.)

Salientamos, mais uma vez, a importância do Estatuto da Cidade, pois as diretrizes gerais estabelecidas buscam orientar a ação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento urbano. A cidade passa a ser vista como um todo, rompendo com a visão parcelar e setorial do planejamento urbano, incluindo as áreas pobres no planejamento. No tratamento com essas áreas, não podemos pensar somente na urbanização, mas na questão da regularização fundiária, procurando também atrelar essas ações a programas de geração de emprego e renda.

Atualmente, para os moradores do Planeta dos Macacos, entre as prioridades do momento, e que constitui motivo de preocupação, está a regularização da terra, a qual vem se arrastando há anos, passando de gestão para gestão. Isso além do desemprego, que é muito forte, sobretudo entre os jovens. No nosso entendimento, esses são pontos chave para a obtenção da crença no poder da mobilização social, para reativar um processo de luta e de resistência.

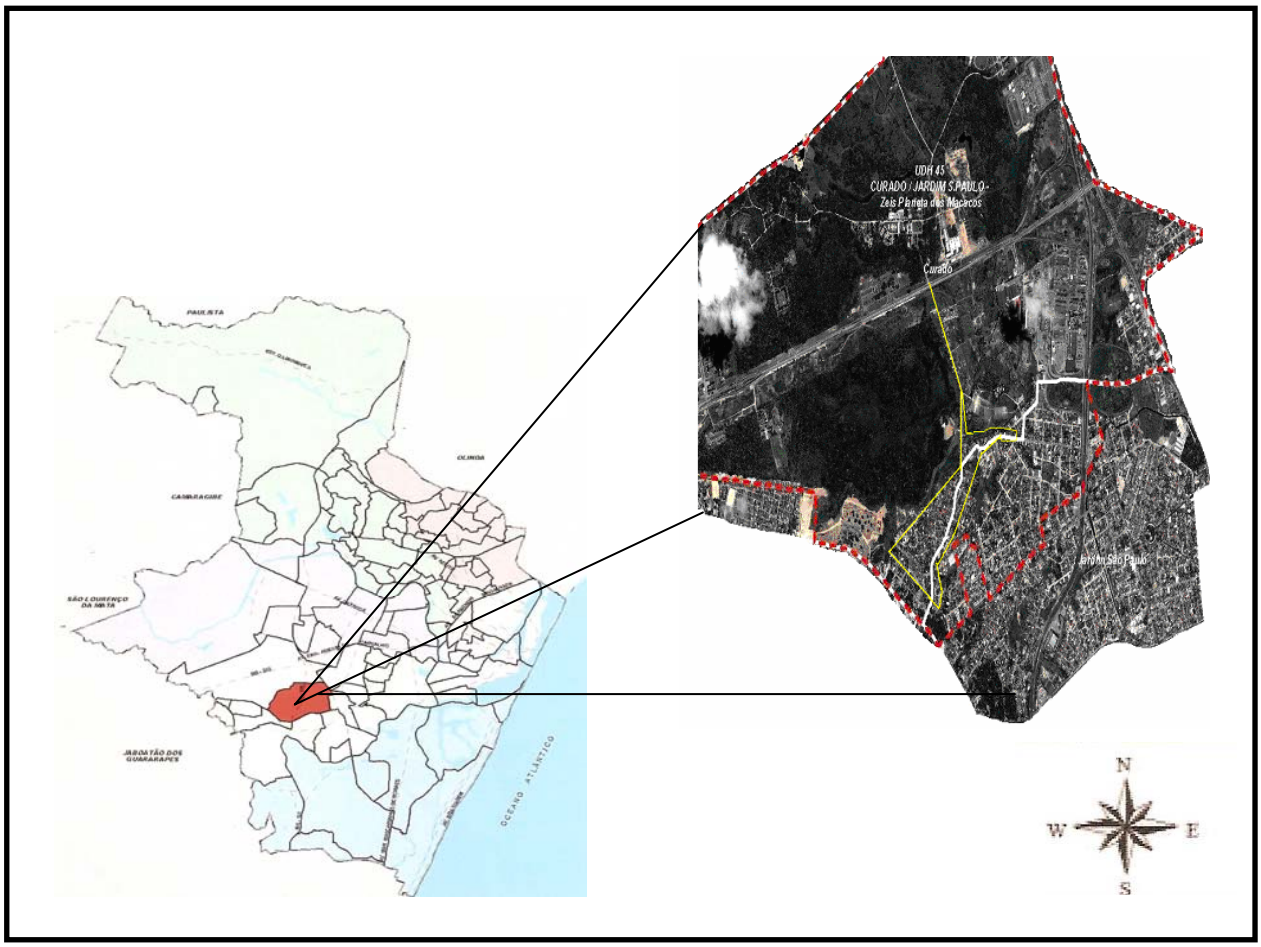
2.3 – A História da Autoconstrução do Lugar Planeta dos Macacos

O lugar Planeta dos Macacos ocupa uma área de 27,63 hectares, o equivalente a 0,3 Km². É situado geograficamente na zona oeste da Cidade do Recife, com parte de sua área no bairro de Jardim São Paulo e outra parte no bairro do Curado. Porém, a maioria de seus ocupantes considera-se morador do bairro de Jardim São Paulo. A figura 9 nos mostra a localização geográfica do Planeta[11] no espaço da Cidade do Recife. Na Região Política Administrativa RPA 5 se encontra o bairro de Jardim São Paulo, onde está o Planeta.

[11] Utilizamos o nome Planeta, pois percebemos entre seus moradores que o uso mais comum entre eles é dizer morador do Planeta. O nome “Dos macacos” é excluído na linguagem cotidiana.

Figura 9

Bairro Jardim São Paulo - Localização do Planeta dos Macacos



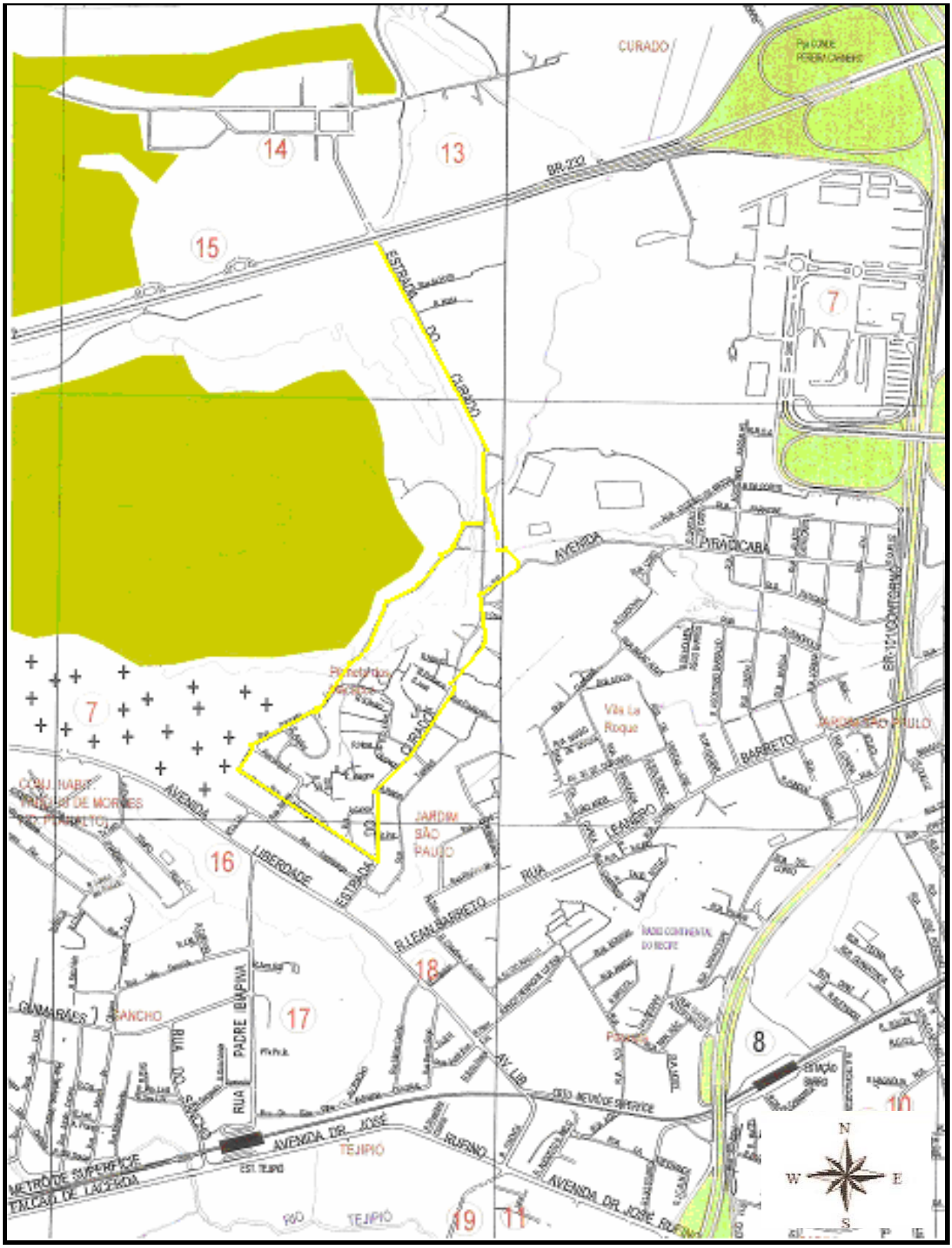
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife - 2005

- RPA 5 - Jardim São Paulo - Planeta dos Macacos

Através da figura 10, observamos os limites da ocupação: Ao sul, o Planeta faz limite com a Vila dos Bancários, a oeste, com o Parque das Flores e o Jardim Botânico, ao norte, com a BR 232, e a leste, com o bairro de Jardim São Paulo e a CEASA.

Figura 10

Localização do Planeta dos Macacos.



Fonte : FIDEM – Carta de Nucleação

- Planeta dos Macacos

O ano de 1975 foi marcado por um fenômeno de grande repercussão na cidade. A grande enchente, ocorrida entre os dias 17 e 18 de julho desse ano deixou inundada cerca de 80 % da Cidade do Recife, com um saldo de milhares de famílias desabrigadas. Foi nesse contexto que começou a construção do lugar Planeta dos Macacos, inicialmente por famílias desabrigadas pela enchente, e depois por famílias vindas de outras partes do entorno, que não conseguiam mais pagar aluguel. Em 22 de setembro de 1985, ano em que a ocupação completava dez anos, houve uma reportagem sobre o local e, em uma entrevista dada pela Freira Carla Pimentel, conforme dissemos, uma das irmãs que organizava a ocupação, colhemos as informações que seguem.

A ocupação teve início com a chegada de 300 famílias ao terreno desocupado e abandonado. Após duas semanas, a polícia destruiu quase tudo, deixando apenas 89 casas, porque estavam ocupadas no momento da destruição. O terreno pertencia ao Instituto de Administração Financeira da Previdência (IAPAS), atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A área havia sido cedida para a COHAB, a qual tinha posse e guarda, mas o dono legítimo era a União.

Após a demolição das casas, a polícia vigiou o local por seis meses, para impedir o retorno dos “invasores”. Porém, aos poucos, com o “relaxamento” policial, os moradores retornavam à noite e iam levantando os barracos. Nesse processo, foram cerca de três expulsões, com retorno em seguida, até que aos poucos se conseguiu permanecer no local, ao menos provisoriamente. A princípio, os barracos eram feitos de lona plástica, papelão, madeira coberta com palha de coco, por isso foram comparados com às casas do Planeta dos Macacos, seriado da TV de grande sucesso na época, daí o nome, segundo depoimento de uma moradora antiga.

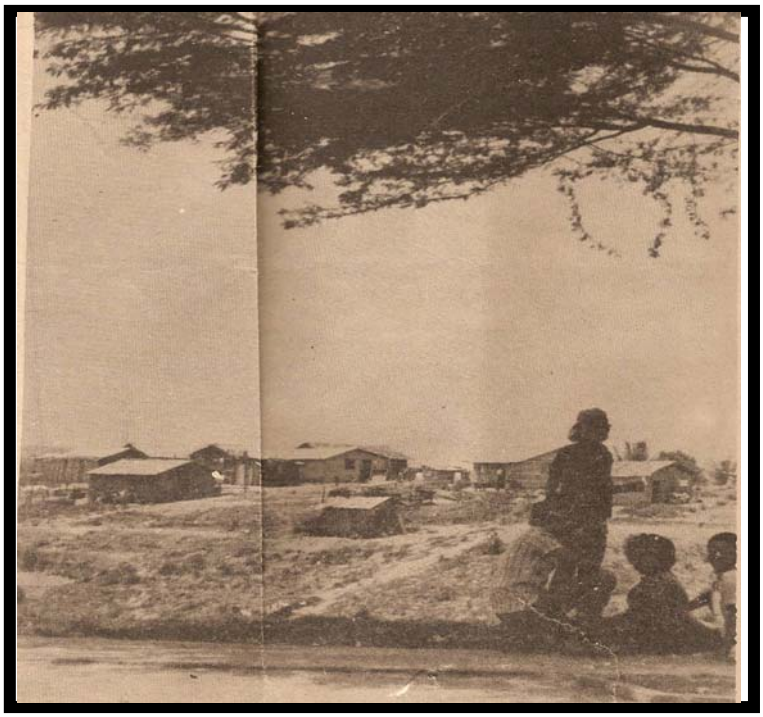
Como podemos verificar, o nome da ocupação foi dado pelos seus primeiros ocupantes. Nós constatamos que a origem do lugar e o nome contribuem para que seus moradores não se identifiquem com o lugar, fato percebido fortemente entre os moradores jovens, descendentes dos primeiros ocupantes. Isso acarreta sérios empecilhos para a continuação da mobilização, para discutir os problemas referentes ao lugar e que necessitam de união e pressão para serem resolvidos.

De acordo ainda com a irmã Carla Pimentel, foram traçados alguns passos para garantir a ocupação. A princípio, foi enviado ao Governo do Estado de Pernambuco um abaixo-assinado reivindicando a desapropriação da área e a distribuição dos títulos de terra com seus habitantes. Em seguida, dividiram-se os moradores em grupos de 10 famílias[12], para a realização de reuniões, tendo em vista a articulação de uma diretriz geral para o movimento, em prol do direito de moradia.

O terceiro passo era formar uma comissão de recepção aos novos invasores, os recém chegados, os quais tinham que seguir as regras preestabelecidas e tinham que se comprometer com a freqüentação das reuniões comunitárias. O local de construção e o tamanho dos imóveis eram decididos pela comissão de recepção, variando de acordo com o tamanho da família. A construção dos barracos ocorria num sistema de mutirão, com laços de solidariedade, compartilhando a vitória pela conquista do solo urbano, mesmo que as condições fossem as piores possíveis.

As figuras 11, 12, 13, 14 e 15 nos mostram o Planeta dos Macacos no início da ocupação e o processo de autoconstrução do lugar

Figura 11
Planeta dos Macacos -1976



Fonte: Jornal da cidade

[12] Os grupos eram formados por dez famílias, pois não poderiam formar grandes reuniões para não chamar a atenção, era uma forma de despistar a organização dos moradores da ocupação.

Figura 12

Os primeiros barracos e as famílias – 1978

Fonte: Moradora da ocupação

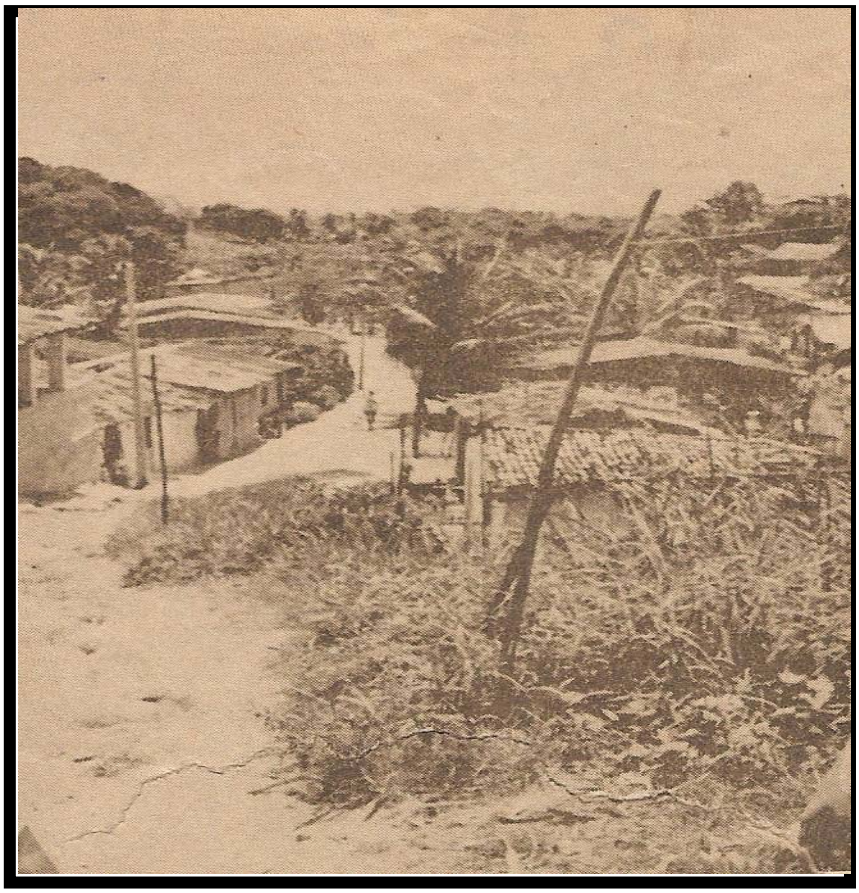
Figura 13

Inauguração do Cruzeiro, marco da ocupação – 1981

Fonte: Moradora da ocupação

Figura 14

Vista da ocupação – 1985



Fonte: Diário de Pernambuco – 22 de setembro de 1985

Figura 15

Construção dos banheiros – 1989

Fonte: Moradora da ocupação

Ainda com relação à história do lugar, sobre a organização, em 1976, período de Regime da Ditadura Militar, quando não havia eleições diretas para os nossos governantes, o Planeta dos Macacos deu uma lição de democracia. Em meio à repressão política, segundo a irmã Carla Pimentel, e a idéia de que o povo não sabia votar: os moradores do Planeta dos Macacos elegeram a sua coordenação geral[13], por meio de eleições livres e diretas. Todos os moradores foram cadastrados e receberam um título de eleitor, também estendido aos analfabetos.

Além da coordenação geral, formaram-se os grupos de saúde, educação, finanças, liturgia e, junto com os jovens, todos participavam. A partir daí, as conquistas foram ocorrendo na busca da construção do espaço do cidadão, pois, naquele momento, diante das condições que se tinham, o espaço dos moradores do Planeta dos Macacos constituía, a exemplos de outros da cidade, espaços não cidadãos.

Na verdade, não havia um compromisso com o social, por parte dos governantes, só lhes cabia promover o crescimento econômico, tanto que, em 1978, os moradores do Planeta sofreram uma ameaça de despejo pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), o qual requeria a reintegração de posse na justiça. Mas eles resistiram e realizaram suas conquistas. A primeira foi a construção da escolinha comunitária, que também seria um espaço para as reuniões. Em seguida, vieram a capela, o ambulatório, o laboratório para exames clínicos e o Centro Comunitário. As figuras 16 e 17 nos mostram algumas dessas construções, que tiveram o apoio da Arquidiocese de Olinda e Recife.

[13] O Panfleto encontra-se no anexo 4

Figura 16

Construção do Posto de Saúde – 1985

Fonte: Moradora da ocupação

Figura 17

Construção do Centro Comunitário – 1982

Fonte: Moradora da ocupação

Contudo, e ainda de acordo com a entrevista da irmã para o jornal, duas conquistas tiveram um sabor especial – a luz elétrica e a água encanada – conseguidas a duras penas. Foram obtidas no ano de 1985, dez anos após a ocupação. Ainda no mesmo ano, a ocupação apresentava sérios problemas, como a falta da legalização da posse da terra, da melhoria do acesso à área, com instalação de linhas de ônibus, coleta do lixo, construção de muros de arrimo, instalação de posto policial, além de atividades geradoras de renda[14].

Segundo relato da irmã Carla Pimentel:

> O Planeta dos macacos é um exemplo de combatividade do povo. Aqui o povo aprendeu a pensar por si próprio, buscando solução para os seus problemas. Foi a comunidade que praticou pela primeira vez a democracia elegendo suas lideranças pelo voto direto e oferecendo igualdade de direitos aos analfabetos. Cada um descobriu que é preciso criar a partir de suas necessidades e se manter independente [. . .] no fundo é a luta do pobre pela vida. (Diário de Pernambuco, 22.09.1985).

Em 1987, a ocupação conseguiu a construção de muros de arrimo, calçamento de ruas e becos. Em 1988, foi pavimentada a Estrada do Curado, a rua principal de acesso, e em 1989, deu-se a construção de banheiros, pia e tanques de lavar roupas. Em 1991, houve a organização e renovação da Diretoria do Centro Comunitário e a inauguração do jornalzinho comunitário, que divulgava as informações para os moradores do lugar. Nesse mesmo ano, houve uma ampla campanha para que os moradores se associassem ao centro comunitário. Somente em 1994, a ocupação foi transformada numa área ZEIS[15]. No ano seguinte, foi instalada, a Comul, que permite a participação no fórum do PREZEIS.

Desse modo, o resgate histórico de todo esse processo deve ser de grande relevância para o entendimento de que entre os moradores antigos, os quais participaram do processo de construção do lugar, não negam o seu pertencimento ao lugar. Ao contrário, eles sentem um orgulho, com sabor de vitória, de terem conseguido transformar o Planeta dos Macacos no espaço que é hoje. Havia um espírito de solidariedade coletiva que os levou a superar grandes dificuldades, daí o fortalecimento do movimento, que resultou em tantas conquistas. Mas hoje, infelizmente, o movimento é bem diferente, fragmentou-se.

A cada ano, no dia do aniversário do lugar, 4 de setembro, ocorriam festividades, a realização de uma missa, sempre com a presença de Dom Hélder Câmara, arcebispo de

[14] Através de pesquisa realizada pelo conselho de moradores entre a população economicamente ativa do Planeta dos Macacos, 450 pessoas estiveram desempregadas, 266 viviam de biscate e 197 tinham trabalho fixo. 79 tinham renda menor de 1 salário mínimo.

[15] Documento que transforma o Planeta dos Macacos em área ZEIS, encontra-se no anexo 6.

Olinda e Recife. O mesmo acontecia quando se alcançava cada conquista, se comemorava coletivamente, havia o registro do processo e divulgação da luta e da resistência do lugar, em cartilhas, panfletos, recortes de jornais. Tudo que se referia ao Planeta dos Macacos era divulgado nas reuniões, que ocorriam regularmente e com a participação de todos os moradores, inclusive dos jovens.

Nesse processo de construção do lugar em questão, é notória a forte participação das mulheres, as quais, além de se responsabilizarem pelos afazeres domésticos e participarem das reuniões, eram conhecedoras dos problemas, discutiam a busca de soluções, sempre com o apoio das irmãs diocesanas. Constatamos como a presença da Igreja Católica foi decisiva no processo de construção do lugar, no período ainda da Ditadura Militar.

Consideramos relevante o papel da igreja católica nesse período, pois com um ideal progressista e calcado na teologia da libertação, atuava em favor dos pobres via Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Estas promoveram junto aos moradores das ocupações, uma forte organização popular, não somente no Planeta dos Macacos, mas em outros espaços da cidade. Como exemplo citamos o Morro da Conceição com a forte atuação do padre Reginaldo em defesa dos mais pobres daquela área. Havia nesse momento uma opção da igreja, sob a liderança do arcebispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara pelos mais pobres.

Isto é percebido muito claramente no Planeta dos Macacos, com a presença das irmãs diocesanas que estiveram a frente de todo o processo de construção do lugar, organizando a ocupação e a presença de Dom Hélder nas comemorações de aniversário da ocupação, além da presença do cruzeiro como o marco histórico da ocupação. Esse fato foi constatado também pelas marcas existentes no local através dos nomes das ruas: rua da Galiléia, rua Jericó como também foram registradas através de depoimentos dos próprios moradores que reconhecem o forte apoio dado pela igreja no início da ocupação.

Reforçamos que nesse processo de autoconstrução do lugar, foi fundamental a garra das mulheres, seja na pessoa das irmãs que orientaram a organização da ocupação, seja pelas lideranças representadas por Madalena, Zefinha, Neves e tantas outras as quais participaram ativamente, sobretudo Madalena, que ainda hoje se encontra à frente, lutando por melhorias para o lugar.

O Planeta dos Macacos, também conta, atualmente, com uma creche chamada Tia Madalena, em homenagem à líder comunitária, segundo a qual a idéia surgiu por conta da necessidade das mães. A Prefeitura fez a doação do terreno e, com a coleta de lixo reciclável, conseguiram construí-la após dois anos de trabalho. A creche atende, no presente, a cerca de 80 crianças em idade de um ano a três anos e seis meses.

Essas mulheres, lideranças natas, conduziram o processo que levou a grandes conquistas rumo ao espaço do cidadão. Conseguiram isso pela luta, pela resistência, por acreditarem que é possível mudar o espaço vivido, através do exercício da cidadania, mobilizando-se e convocando, com persistência, todos os ocupantes da área a tornarem-se protagonistas da transformação de sua realidade, apesar de todas as adversidades.

É sempre válido relembrar que tudo isso ocorria em um período no qual se dava a expansão urbana do Recife. A história do Planeta dos Macacos é uma, entre tantas outras ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, mas cada uma com suas especificidades, com seu perfil de luta e resistência, o que torna cada um desses espaços mais um lugar na cidade.

Que necessita ser valorizado. Essa valorização deve ser tanto pelos jovens moradores que não se reconhecem como membros pertencentes à localidade, como por aqueles ocupantes que chegam, agora, a partir do aluguel de casas ou do repasse da moradia, como também por toda a sociedade, que deve ter respeito a essas populações, e ainda, e sobretudo, pelo Estado, que detém uma grande dívida social para com os moradores de áreas pobres, espaços do não cidadão.

Notamos, então, que enquanto os moradores estavam envolvidos com o processo de mobilização sócio-espacial, lutando ativamente e conseguindo obter resultados positivos para seu lugar, eles assumiam claramente o Planeta como seu, e sentiam até orgulho dele.

No entanto, lamentavelmente, com a divulgação de novos valores sociais que desprezam conceitos como compromisso e identidade para com as pessoas e os lugares, num contexto em que a busca pela conquista do acesso ao mercado de trabalho se faz mais importante do que qualquer outra causa, parte considerável dos moradores passa a se afastar das formas de mobilização anterior, a fim de buscar outras alternativas em outros espaços de referência.

Isso tudo porque, socialmente, o indivíduo vale pelo lugar de onde vem, e como lugares como o Planeta são desprezados nos novos espaços de referência procurados, alguns moradores, sobretudo os jovens, passam a negar o seu espaço de vida.

2.4- O Planeta dos Macacos, Hoje, é um Espaço do Cidadão?

De fato, o que tentamos fazer, através desse resgate histórico da autoconstrução do lugar Planeta dos Macacos, foi evidenciar que é possível transformar uma realidade adversa, desfavorável, marcada pela escassez, quando se acredita nas suas possibilidades, pois, como bem diz Santos (2000:130), "a experiência da escassez é a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo".

Reconhecer isso é primordial para percepção da situação de cada um e pode representar uma possibilidade de conhecimento e de tomada de consciência. Os obstáculos enfrentados pelos moradores do Planeta dos Macacos foram sendo superados, seja em relação ao espaço seja nas relações entre seus próprios membros ou com os agentes dominantes.

Mas como está hoje o Planeta dos Macacos? Se houve uma transformação do espaço de não cidadão para o espaço do cidadão, o que falta aos seus moradores para que haja o reconhecimento e acabe a negação ao lugar? O que está levando seus moradores a não assumirem essa identidade espacial, após um período de 30 anos de história e construção?

A área foi considerada ZEIS, está com uma realidade totalmente diferente daquela do passado: atualmente, quase 100% das ruas e becos estão pavimentados, há canalização das águas das chuvas e do esgoto doméstico com cobertura, água e luz elétrica regularizada, todos os moradores recebem suas contas individualizadas. A coleta do lixo é feita diariamente, o local possui escadarias, muros de arrimo para proteção das encostas, o canal existente encontra-se coberto e todas as casas são de alvenaria.

Quanto aos equipamentos urbanos, o lugar dispõe, hoje, de uma infra-estrutura que garante à população atendimento no próprio lugar, sem precisarem buscá-los em outros espaços ou no entorno. A tabela 4 a seguir nos mostra esses tipos de equipamentos, com dados de pesquisa empírica, realizada pela própria pesquisadora.

Tabela 2

ZEIS Planeta dos Macacos – Equipamentos Comunitários Existentes

Tipos e Números dos Equipamentos Comunitários Existentes	
TIPOS	NÚMERO
Posto de Saúde Planeta dos Macacos	01
Sede do Centro Comunitário	01
Sede da Escola Comunitária	01
Comunicação com Orelhões	04
Igreja Católica (Capela)	03
Igreja Evangélica	04
Centros Espíritas	03
Praça	02
Açougue	03
Vacaria	01
Supermercado	01
Padaria	01
Transportes – Linhas de ônibus	04

Fonte: Maria José Serrano

Conforme exposto na tabela 4, a área em epígrafe encontra-se, de certa forma, servida por equipamentos básicos. Atualmente, está com mais de três linhas de ônibus atendendo a sua população, o que representa uma grande vitória, pois antes os moradores tinham que se dirigir à Avenida Liberdade ou à BR 101 para se deslocar ao Centro do Recife. Vale salientar que o setor norte da ocupação, a parte chamada Planeta II, próximo à BR 232, apresenta condições de infra-estrutura precária, necessitando de melhorias.

O lugar Planeta dos Macacos representa, portanto, uma experiência viva e rápida de construção do espaço geográfico. E como o espaço é um produto social, transformado, construído e reconstruído pelas práticas de seus atores sociais, as ações vão se sobrepondo continuamente, de acordo com as necessidades e os recursos disponíveis. Isso pode ser comprovado por meio do relato de uma moradora antiga, transcrito em seguida.

> Minha casa, essa aqui que a senhora está vendo, foi feita de palha de coco, com plástico preto, depois de tábua, depois de barro e hoje é de alvenaria. Ela passou por várias etapas. Antes eu não tinha nada, hoje tenho uma casa que é tudo para mim, pois não tinha condições de pagar aluguel, sofri muito, mas hoje tenho meu canto garantido.(entrevista concedida em 14/06/06)

Esse depoimento nos faz perceber quantas mudanças ocorreram. Atualmente, a área está completamente ocupada, como vimos nas figuras 2, 3 e 4 apresentadas no capítulo I, agora o crescimento ocorre de forma vertical, com muitas casas já possuindo dois pavimentos, um térreo e outro superior, constituindo numa nova divisão espacial. Isso se dá, em alguns casos, para moradia dos filhos casados, revelando a criatividade dos moradores, ao aproveitarem o pouco espaço da melhor forma possível. As figuras 18, 19, 20, 21, 22 e 23 nos mostram essa nova realidade do Planeta dos Macacos.

Figura 18

Planeta dos Macacos – junho/ 2006

Fonte: Amós Serrano

Figura 19

Rua da Galiléia - junho /2006

Fonte: Amós Serrano

Figura 20

Rua 1° de maio - Julho/2005

Fonte: Amós Serrano

Figura 21

Rua 4 de setembro - Julho/2005

Fonte: Amós Serrano

Figura 22

Creche Tia Madalena - junho / 2006

Fonte: Amós Serrano

Figura 23

Estrada do Curado Planeta II – Junho /2006

Fonte: Amós Serrano

Comparando essas figuras com as da seção anterior, temos, concretamente, a transformação do espaço conseguida pelos moradores do Planeta dos Macacos, o que deveria ser um motivo para que eles próprios refletissem sobre o sentimento do pertencer ao lugar, da construção do espaço do cidadão. Mas e a nossa questão sobre o lugar Planeta dos Macacos, de ser ou não um espaço do cidadão? Eu diria que em parte sim, se refletirmos sobre o espaço que se tinha e o espaço que se têm hoje.

Contudo, não são apenas as condições de moradia que devem ser consideradas, daí dizermos, que ainda continua sendo um espaço do cidadão incompleto, diante dos indicadores sociais apresentados, da falta de regularização da terra, da falta de participação etc. Analisando as tabelas 5, 6 e 7, apresentadas a seguir, sobre os dados sócio-econômicos, do lugar podemos perceber que ainda falta muito para que se tenha o tão sonhado espaço do cidadão.

Tabela 3

População do Planeta dos Macacos

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS
Total	5.877	1483
Morando em ZEIS e outras áreas pobres (AP)	5.877	1483
Percentual morando em ZEIS e outras áreas pobres	100 %	100 %

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife-2005

Atualmente, com o percentual de habitantes como nos mostra a tabela 5, numa área de 03 Km², a densidade demográfica apresenta-se bastante elevada. Já através da tabela 6, observamos que as taxas de analfabetismo são muito altas, entre as faixas de 7 aos 14 anos , o que não se justifica, pois o lugar é atendido por duas escolas da Prefeitura do Recife: Escola Municipal Dom Bosco e Manuel Rolim, a escola comunitária Dom Hélder Câmara, além de algumas escolinhas particulares.

Percebe-se também um elevado percentual de analfabetos, sobretudo entre os moradores com mais idade. Fato comprovado com as pesquisas de campo realizadas. No entanto, quando comparamos os dados entre os anos de 1991 e os de 2000, observamos uma melhora bastante significativa na faixa etária entre 7 a 14 anos. O mesmo acontece com as demais faixas, ocorrendo uma queda no percentual de analfabetismo.

Tabela 4

Taxa de analfabetismo por faixa etária (%)

Faixa etária (anos)	1991	2000
7 a 14	35,0	18,0
10 a 14	21,6	9,2
15 a 17	17,8	6,1
18 a 24	19,2	8,9
Mais de 25	32,9	28,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife - 2005

No que se refere ao nível educacional do responsável pelo domicílio, temos a seguinte situação mostrada na tabela 7. De acordo com ela, verificamos um nível de escolaridade muito baixo, com uma média de quatro anos de escolaridade, o que decerto se reflete na renda, pois a melhor remuneração está atrelada à uma maior escolaridade. Apesar de percebermos uma melhora com a elevação da escolaridade, através da comparação entre os dados de 1991, com os dados de 2000, é notório contudo, o baixo nível de escolaridade do responsável pelo domicílio na ocupação.

Tabela 5

Nível educacional do responsável pelo domicílio.

Indicador	1991	2000
Média de anos de estudo	3,8	4,1
% com menos de 4 anos de estudo	46,2	19,9
% com menos de 8 anos de estudo	80,8	55,2
% com mais de 11 anos de estudo	1,7	1,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife - 2005

A tabela 8 nos mostra a renda do responsável pelo domicílio segundo dados do censo 2000; nela identificamos uma renda média em torno de R$ 244,3. Quase 40% do responsável pelo domicílio possui um rendimento com percentual de até um salário mínimo. Um dado importante, e que achamos importante mencionar é sobre o rendimento obtido com o programa Bolsa Escola da Prefeitura do Recife.

Segundo informações obtidas na escola Municipal Dom Bosco, grande parte das famílias recebem essa renda; fato comprovado através dos cerca de 300 alunos da escola que recebem o benefício, o equivalente a 1 salário mínimo (famílias com 2 ou mais filhos menores de 16 anos). No quesito renda, quando comparamos os dados de 1991 com os dados de 2000, observamos que houve alguma melhora, porém não muito significativa do responsável pelo domicílio.

Tabela 6

Renda do responsável pelo domicílio

Indicador	1991	2000
Renda per-capita média (R$ de 2000)	270,5	244,3
% sem rendimento	14,4	12,3
% com rendimento até 1 salário mínimo	36,9	39,7
% com rendimento de 1 a 2 salários mínimos	24,1	27,8
% com rendimento acima de 10 salários mínimos	0,6	0,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife - 2005

No que concerne ao quesito renda, é importante destacar que uma das grandes preocupações da líder comunitária Madalena é o desemprego, pois não há investimentos em atividades de geração de renda, no Planeta, principalmente para os jovens. Entretanto, algumas atividades estão sendo desenvolvidas na creche, direcionadas para as mães das crianças, como a confecção de bijuterias, bolsas etc. Para suprir a falta de emprego, uma grande parcela dos moradores busca trabalho na Central de Abastecimento (CEASA), realizando atividades informais, sem uma renda fixa.

A nosso ver, a caracterização do perfil socioeconômico dos moradores do Planeta dos Macacos é importante, na medida em que estabelece um elo com a problemática abordada nesta pesquisa. Consideramos que o desconhecimento acerca dos direitos sociais, do direito à cidade e a falta de participação atual dos jovens, sobretudo, passam por essa condição, e acreditamos que isso traz implicações negativas para o não reconhecimento de alguns, tanto como indivíduos, quanto como cidadãos. No que diz respeito à auto-estima, nós a relacionamos à escolaridade, tendo em vista que com esta há uma valorização do ser, valorização do espaço que se ocupa, criando-se, dessa forma, o sentimento de pertencimento ao lugar, a identidade com este.

Segundo algumas lideranças entrevistadas, não há mais um interesse pelas questões da comunidade como havia antes; há agora um desencanto por parte dos moradores. No passado, havia uma necessidade maior, que era a garantia da sobrevivência, a consolidação da ocupação, ao passo que, hoje, não há mais a ameaça de expulsão. Decorre daí o desinteresse quanto ao desfecho do processo de regularização da terra e a falta de participação de alguns quando são convocados para participar das reuniões.

Segundo informações obtidas na URB, com a Técnica Social responsável pelo acompanhamento da área, o documento para a regularização da terra encontra-se na Secretaria de Assuntos Jurídicos, no Departamento de Termos e Contrato. Na visão dos moradores, encontra-se no Cartório de Registro de Imóveis. A fim de se efetivar a regularização da terra, já foi feito um levantamento planimétrico e uma pesquisa socioeconômica de todas as quadras da área que estão contempladas na escritura, para posterior documentação de concessão aos moradores. Mas esse processo é demorado, e a lentidão é fruto da burocracia e da boa vontade do Judiciário.

Ainda com base em dados da URB, a ZEIS Planeta dos Macacos não possui Plano Urbanístico e nem este foi solicitado pela COMUL. Isso se explica pela urbanização parcial existente na área central, decorrente da dinâmica política de sua liderança maior, junto ao poder municipal em gestões passadas, sobretudo nas gestões do prefeito Jarbas Vasconcelos, o qual nutre uma grande aproximação política, entre o político e os moradores do lugar iniciada desde a época em que ele foi prefeito da cidade do Recife.

Há, no entanto, problemas de infra-estrutura a serem resolvidos, como a construção de novas escadarias para facilitar o acesso de uma rua à outra. Há também necessidade de um tratamento urbanístico para as ruas mais estreitas, segundo dados da Câmara de Urbanização da URB, em visita ao local. A área não possui associação de moradores ou conselho, apenas um centro comunitário que está entregue à igreja. No passado, havia um movimento muito ativo, com vários grupos participando dele: o de saúde, o de idosos, o de jovens, o da escola comunitária, o de atividades produtivas com a fábrica de picolé; o time de futebol e a quadrilha junina. Atualmente, algumas dessas atividades foram extintas.

Após toda a exposição realizada, torna-se possível, para nós, considerar o lugar Planeta dos Macacos um espaço do cidadão, só que de forma incompleta, pois, como já citamos, ainda há muito por fazer. Somente com a volta do movimento social, exemplo, no passado, haverá continuidade no processo de luta para a construção do espaço do cidadão, de forma completa. Nas palavras de Santos (2000:132): “a pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível”.

Para relembrar o processo histórico, expomos as figuras, 24, 25 e 26 que nos mostram três momentos da construção do Planeta dos Macacos, os quais são extremamente relevantes

para a compreensão de tudo que expomos. O espaço foi produzido ao longo do processo histórico pelos ocupantes, e essa realidade é de uma riqueza inestimável para ser usada numa aula de Geografia, e com uma significância extraordinária para os jovens moradores do lugar, desde que a temática e o exemplo sejam bem explorados.

Nesse sentido, aproveitamos para reiterar a importância da geografia no ensino e do nosso compromisso, como professor da disciplina. Através do entendimento da construção do lugar, o estudante, jovem morador da favela, perceberá que ele é ator e objeto da ação no espaço. Portanto, para o professor de geografia,

> Não basta descrever como são o mundo, o país, os lugares, e impõe-se ir mais longe, detalhar suas interinfluências recíprocas com a sociedade, seu papel essencial sobre a vida do indivíduo e do corpo social, tarefas que exigem uma visão aprofundada dos fundamentos e métodos da geografia. (SANTOS, 2002 A: 100)

Figura 24

Planeta dos Macacos – Início da ocupação/1976

Fonte: Jornal da Cidade – agosto 1988

Figura 25

Planeta dos Macacos – Praça 4 de Setembro /1988

Fonte: Jornal da Cidade – agosto 1988

Figura 26

Planeta dos Macacos hoje / 2006

Fonte: Amós Serrano

Diante de tudo que foi apresentado, surgem alguns questionamentos: como explicar a problemática vivenciada pelos moradores do Planeta, sobretudo os mais jovens? Em que medida o sentimento de não pertencimento ao lugar comprometerá a continuidade da luta pelo espaço do cidadão de forma completa? Isto será aprofundado na seção a seguir.

Capítulo III

“Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam”.

(SANTOS, 2002: 123)

3- A NEGAÇÃO DO PERTENCER AO LUGAR: OBSTÁCULO PARA A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO

Nos capítulos anteriores, desenvolvemos as idéias de que o processo de reprodução do espaço urbano, que no Recife ocorreu de forma acelerada, aliado a um modelo político econômico desfavorável, geraram, ao longo das últimas décadas, uma morfologia urbana muito desigual. E apesar de toda a mobilização e forte atuação dos movimentos sociais nesse período, não houve, em geral, mudanças significativas quanto à realidade perversa do processo, persistindo, até os nossos dias, com um imenso número de áreas pobres, espaços do não cidadão ou do cidadão incompleto.

Nesse processo de reprodução da pobreza urbana, destacamos a relação cidadão/ cidade, que decerto está atrelada à construção da identidade, no sentido do pertencer ao lugar, entendido aqui como espaço vivido, já que a vida cotidiana se realiza no plano do lugar. E foi nessa relação, do plano do vivido e com outros lugares da cidade – uma questão que envolve a identidade espacial – que identificamos, através da negação, do sentimento de não pertencimento à localidade, o conflito enfrentado pelos moradores, no que diz respeito à sua relação com o lugar, o seu espaço de vida.

Relembramos que o nosso referencial de análise foi o lugar Planeta dos Macacos, com a qual mantemos vínculos já há algum tempo, o que nos levou a ousar e escrever sobre a referida problemática. Desse modo, buscamos, neste capítulo, expressar a nossa constatação sobre um problema que nos parece ser de grande relevância, apesar de já ser bastante conhecido. O fato é que não lhe foi dada ainda a devida atenção, e merece de nossa parte uma atenção especial, pois não podemos, de certa forma, negligenciar o problema, agindo indiferentemente com relação a ele.

A questão pode parecer banal, porém salientamos o quanto o lugar de moradia assume importância na vida do indivíduo, especialmente nos dias de hoje. Para o morador da favela, é difícil assumir uma identidade espacial no conjunto da cidade, já que a tendência atual é valorizar o indivíduo mais pela aparência pelo que têm do que mesmo pela essência. Na escola, no trabalho, no comércio, ao efetuar uma compra, as populações pobres, na maioria das vezes, passam por situações de constrangimento por causa do local de onde provêm. Há

exemplos para reforçar nossa hipótese, como relatos de moradores os quais dizem que existem taxistas que se negam a entrar na favela e ônibus que circulam apenas até as 20 horas.

Segundo outros depoimentos de algumas pessoas entrevistadas durante nossa pesquisa, tanto do Planeta dos Macacos, como de outras áreas de ocupação, a situação é comum em áreas pobres, portanto, não é específica da ocupação na qual este trabalho está centrado. Vejamos alguns desses relatos:

> "Moro no Planeta dos Macacos, mas não digo, porque, antes quando eu falava que morava aqui, no Planeta, as pessoas passavam a me olhar de um jeito diferente. Uns chegavam a dizer para outras pessoas "olha, não mexe com ela, que ela mora no Planeta dos Macacos". É muito chato passar por essa situação daí, agora eu digo que moro em Jardim São Paulo. (Jovem moradora do Planeta dos Macacos)

> "Me casei e hoje moro no Planeta dos Macacos, foi o jeito morar aqui, mas até hoje meu pai não me visita, com medo, ele está brigado comigo, porque vim morar aqui no Planeta". (Moradora do Planeta há 3 anos)

> "Quando estou resolvendo algum problema da comunidade, seja na Prefeitura, aqui na URB, ou em qualquer lugar da cidade, eu digo que moro na ocupação Vila Iraque, porém, quando não estou no papel de liderança comunitária, digo que moro na Estância". (Vice-presidente do Conselho de Moradores da Vila Iraque e Titular da COMUL.)

Outro fato lamentável, mas não menos relevante para destacar é que quando um morador da favela se inscreve para uma vaga de emprego, ele têm menos chance de ser chamado para entrevista, e ainda menos de ser contratado. Isso é decorrente de uma desconfiança geral, que implica o sentimento de negação, como podemos constatar por meio do depoimento transcrito a seguir.

> "Aqui, todo mundo faz isso. Fiquei oito meses procurando trabalho. Comecei a dizer que moro no Morumbi. Isso ajuda". (Isac dos Santos, morador de Paraisópolis-SP).

Todos esses relatos nos mostram a triste realidade da favela, com seus moradores sendo obrigados a não revelar o seu lugar de moradia. Pessoas como Isac Bezerra, com Ensino Médio completo, de São Paulo, sonhando em cursar uma Faculdade, enfrenta obstáculos na hora de arranjar um emprego, porque mora em uma favela. Com esse relato, percebemos também que o problema é geral no Brasil, o que demonstra um tratamento igual dado aos pobres.

O que tem levado o morador da favela a não dizer onde mora? Quais as causas que originam essa situação? Percebemos que assumir o lugar de moradia não é fácil, pois a negação, o sentimento do não pertencer ao lugar, ou seja, o não assumir a identidade sócio-espacial não ocorre porque ele assim o deseja, e sim como conseqüência de uma série de situações que lhes são impostas no cotidiano. Nessa perspectiva, como fica a nossa compreensão sobre o que vem a ser o lugar? Além do conceito de M. Santos, e Conforme Carlos (1996:20), "o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo, dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua". E aí questionamos, é também a favela?

Sendo assim, acrescentamos, é através do corpo que o homem habita e se apropria do espaço, e isso nos remete à seguinte perspectiva:

> O lugar, espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ir às compras, o cozinhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, aparentemente sem sentido, que criam laços profundos de identidade, habitante – habitante; habitante – lugar. (CARLOS; 1996: 21)

Desse modo, com essa compreensão do que vem a ser lugar, a ocupação Planeta dos Macacos é um lugar da cidade, com todas as relações sociais expostas nos conceitos por nós adotado, o de Milton Santos e de Ana Fani A. Carlos. Ao se apropriar do espaço que hoje ocupam, os moradores do Planeta foram estabelecendo relações, em anos de construção e convivência. Portanto, o lugar passa a ser indissociável do plano do vivido, do imediato, pois foram, nesse caso, os próprios moradores que o construíram, com muita luta e resistência.

Acrescentamos a isso a cultura civilizadora que produz a identidade sócio-espacial, visto que é no lugar que o homem se reconhece e é reconhecido. No entanto, para o morador, não é possível assumir essa identidade em várias situações e em diversos lugares. Apesar dele se reconhecer como morador da favela, e por se reconhecer como tal, ele nega essa identidade, diante de uma situação incômoda, de discriminação pela sociedade. Acrescentam-se a essa realidade outras situações constrangedoras já existentes, como a falta de acesso a serviços básicos de qualidade, o desrespeito na forma de tratamento de serem submetidos a condições subumanas de moradia..

Ressaltamos, ainda acerca do aspecto da identidade:

> A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido – reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos. Significa para quem aí mora 'olhar a paisagem é saber de cor', pois diz respeito à vida e seu sentido. (CARLOS, 1996:117)

Para os primeiros ocupantes do Planeta dos Macacos, há o reconhecimento de cada pedaço do local, a história está guardada na memória, como o espaço foi sendo transformado. Para esses moradores, não há a negação, ao contrário, é perceptível neles uma identidade espacial e social com o lugar. Eles assumem em outros espaços o Planeta dos Macacos como seu lugar de vida. O Planeta é, para essas pessoas, um motivo de orgulho, uma vitória diante de tantas batalhas travadas pela permanência, pelo direito à cidade. Não há como negar, como não "pertencer" ao Planeta dos Macacos. Para esses moradores, ver o Planeta como está hoje é um privilégio, pois ter um teto para morar, não ter que pagar aluguel é a realização de um sonho.

Destacamos mais um fato importante, que diz respeito à representação da favela. De acordo com os moradores antigos, o Planeta dos Macacos não é mais uma favela[16], foi no passado, mas hoje não o é. Com a compreensão de que favela se refere ao tipo de construção, com barracos de lona ou tábua, realmente o Planeta não pode ser mais nomeado como tal, pois suas casas são todas de alvenaria.

O que mudou entre os habitantes do Planeta dos Macacos? Por que muitos, principalmente os jovens, ainda não se reconhecem como moradores? Essa forma de pensar será conseqüência do contexto atual? Vivemos hoje em um contexto bastante diferente do que existia na década de 1970, quando se deu a ocupação. Atualmente, cada vez mais a história do lugar é compartilhada com outros lugares, tudo o que se produz no Planeta está vinculado a eventos em escala local, ou seja, no âmbito da cidade como um todo, como também nas escalas nacional e mundial.

Isso não significa dizer que antes não havia vínculos entre as escalas espaciais, porém, com a intensificação da globalização nas últimas décadas, precisamente a partir dos anos 1990, os eventos passaram a acontecer num ritmo muito veloz, promovendo mudanças não só no espaço, mas também no indivíduo.

[16] Explicamos o conceito de favela no capítulo 1, apoiado no conceito de Souza (2004:263)

Vivemos sob a égide de um modelo civilizatório capitalista, que interfere e determina as práticas e ações realizadas pelos agentes e atores sociais em nível local. Pensamos, agimos, de certa forma, induzidos por um ideário planejado, pensado além dos limites físicos do lugar. No entanto, é neste, no lugar, que ocorrem os desequilíbrios, as situações de conflitos decorrentes das tendências de uma sociedade voltada para o mundial.

Nessa ótica, completamos essa idéia com o que nos diz Bauman (2005:11) sobre "a globalização, uma 'grande transformação' que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro".

Como vemos, a globalização exerce uma transformação em todos os segmentos da sociedade, com reflexos na vida cotidiana, aprofundando contradições e desigualdades sócio-espaciais. Nesse sentido, percebemos, em nível mundial e local, um processo de valorização e desvalorização dos lugares, dependendo de sua situação como ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais próprias de lugares. O mesmo acontece com o indivíduo que é valorizado de acordo com o que têm e o lugar de onde vêm.

Assim, os espaços do não cidadão ou de cidadão incompleto constituem aqueles espaços desvalorizados da cidade. E por conseguinte os seus moradores mas, no decorrer da história, alguns se transformaram, como o enfocado nesta pesquisa. O Planeta dos Macacos conquistou uma mudança social, mas que não repercutiu plenamente para a formação de um sentimento do pertencer ao lugar pela maioria dos moradores. Nessa perspectiva, analisamos, a seguir, as causas que levam os moradores do Planeta dos Macacos, à negação, a não assumirem a sua identidade espacial.

3.1- As Causas da Negação do Pertencer ao Lugar

Para nós, habitantes do Recife, é muito fácil perceber na morfologia da cidade a desigualdade sócio-espacial, pois há uma distribuição por todos os recantos da cidade de espaços do não cidadão. Isso implica dizer que, na capital pernambucana, não é difícil encontrar um morador com mais de trinta anos de idade que não tenha presenciado o processo

de ocupação de um terreno disponível ou desocupado, independente do lugar de moradia na cidade.

A ocupação acontecia, como já dissemos, de forma coletiva e planejada com antecedência. Tudo era muito rápido, dormia-se com uma paisagem urbana e já no dia seguinte deparava-se com outra, com a existência de mais uma favela. Foi dessa forma que surgiu o Planeta dos Macacos. O trecho de um jornal da época, transcrito a seguir, descreve esse evento.

> Eles foram chegando e construindo seus barracos, tábua, prego e um martelo era o suficiente. Em pouco tempo, os invasores da Estrada do Curado eram muitos. Os proprietários dos terrenos poucos, mas indefinidos: parte da CEASA[17], parte da Prefeitura. E começaram as pressões. A CEASA mandou seus vigilantes proibirem as novas construções ou os trabalhos de melhorias nas já existentes. E vieram os tumultos, brigas e agressões. (Jornal do Comércio, 1976)

Para a sociedade, as ocupações eram e ainda são indesejáveis, temia-se sua presença, alegando-se que iria ocorrer o aumento da violência. Desse modo, os "invasores" como eram chamados, sofriam com a rejeição dos habitantes do entorno, sofriam com as ameaças ou expulsões propriamente ditas, nos momentos iniciais do processo de ocupação. A imprensa do Recife noticiava os episódios com muito ruído e sensacionalismo, ao mesmo tempo em que denunciava a "inércia" da administração pública.

Com esse entendimento e baseado nos dados até então apresentados, uma das causas apontada pelos moradores do espaço do cidadão incompleto, para a negação do lugar, é decorrente da discriminação, do estereótipo criado ao longo de um processo histórico. Para a sociedade, segundo relatos de moradores da favela, a população os tem como marginais, na acepção de delinqüente, vagabundo. O pensamento é de tudo que não presta a favela comporta.

Não queremos com isso ocultar os problemas que os moradores da favela enfrentam no seu cotidiano, no que se refere à violência e outros males como consumo e venda de drogas, roubos, prostituição etc. contudo queremos mostrar que a favela é também o lugar de moradia

[17] Central de abastecimento de alimentos. É a maior central nordestina de comércio atacadista de produtos agrícolas. Dispõe de boxes para comercialização, agências bancárias, posto policial, restaurantes, hospedarias, etc.

de milhares de famílias que ali se encontram devido à situação de pobreza a que foram submetidas.

Há, portanto, o estigma da marginalização gerado também ao longo do processo de empobrecimento da população. Esse estigma foi fortalecido pelo tratamento que era dado ao morador da favela, tanto pela imprensa, como pelos governantes, que não viam os riscos que isso poderia levar para aqueles que hoje são chamados de excluídos. Segundo Santos (2000:69), "os países subdesenvolvidos, em meio século, conviveram com três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social". Podemos, então, entender um pouco mais sobre a discriminação dada aos pobres.

> A primeira pobreza chamamos ousadamente de incluída, acidental, as vezes residual ou sazonal [. . .] depois chega uma outra, reconhecida e estudada como doença da civilização. Então chamada de marginalidade, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna [...] terceiro tipo, a pobreza estrutural, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte no mundo. (SANTOS, 2000: 69)

Conforme as formas de pobreza expostas por Santos, o recorte geográfico com o qual estamos trabalhando diz respeito à segunda forma, a pobreza tratada como marginalidade. O fato de os pobres serem tratados como marginais atesta o que o estudioso afirma, como podemos constatar em um pequeno texto de um jornal da época, década de 70 do século XX, fornecido por uma moradora do Planeta, o qual se referia à "invasão" ocorrida na área que hoje é denominada Planeta dos Macacos.

> A área, agora "assaltada" pelas centenas de marginais sem "eira nem beira", pertencia ao BNH, dizem as notícias. (Jornal do Comercio, 1976)

Em um excerto de uma dissertação de mestrado, intitulada As Comunidades do Dom, Um Estudo de CEB's[18] No Recife, afirma-se:

> Tal quadro geral, de tamanha precariedade de vida, acarreta de modo direto ou indiretamente outro quadro de ordem cultural, com a predominância de uma sensação de abandono cujo sofrimento a população marginalizada busca solucionar com vários estágios mais adequadas ao seu alcance. (CASTRO, 1987:117)

[18] CEB' s, Comunidades Eclesiásticas de Base que realizavam um trabalho de evangelização nas áreas pobres, mas de forte cunho político marxista, calcada na teologia da libertação.

Com base nos textos transcritos, percebemos o que Milton Santos diz, do tratamento que era dado aos pobres na década assinalada. A população pobre era chamada de marginal, pois era identificada como uma doença que acompanhava o processo econômico; era, por isso, indesejável, afinal, o pobre não é um consumidor por excelência. Nesse período, já se estimulava o consumo, e este era um dos indicadores para medir o índice de pobreza. Daí algumas ações do Estado no sentido de combatê-la, porque enquanto os países ricos haviam atingido o estágio de bem-estar social, no nosso, a escassez se generalizava. De certa forma, era uma vergonha não enfrentar a questão.

Salientamos, contudo, que a palavra marginal possui várias acepções, e de acordo com o dicionário Houaiss, além de outros significados, marginal é aquele que vive à margem do meio social, que deveria estar integrado, e é esse o sentido adotado no texto de Castro. O sentido é de desconsideração dos costumes, dos valores, das leis e normas predominantes nesse meio. Marginal, como já mencionamos, também significa delinqüente, vagabundo, mendigo, logo, o indivíduo marginal é o delinqüente, o fora da lei. E foi essa a conotação assimilada pela sociedade, e permanece até os nossos dias.

Ainda no primeiro texto reproduzido, encontramos duas palavras muito fortes e que, no nosso entendimento, contribuíram também para a construção do estigma que os pobres carregam. São elas “assaltada” e “marginais”. O fato de se considerar que a área foi assaltada por centenas de marginais revela o sentido de delinqüência, vagabundagem. Há, portanto, uma generalização de que os pobres são todos fora da lei, quando, na verdade, quem realizou a ocupação foram famílias abandonadas pelo Estado, que estava obcecado pelo economicismo.

No entendimento de um dos moradores da favela, a sociedade os trata ainda hoje como marginais, e para eles o sentido está associado ao depreciativo, de delinqüente. Essa visão estereotipada é como um estigma que vem se perpetuando em relação aos pobres, sobretudo os moradores das favelas.

Quanto à pobreza estrutural à qual se refere Milton Santos, é a dos nossos dias, a que se tornou globalizada, parecendo um fenômeno inevitável, e banal. Agora os pobres são tratados como excluídos. O epíteto é aparentemente menos ofensivo, mas também se refere a outros grupos sociais, denominados minorias excluídas. Hoje, a pobreza é decorrente do desemprego, da redução do valor do trabalho, e dos próprios agentes produtores da pobreza,

entre eles o Banco Mundial, financiando programas de atenção aos pobres nos países subdesenvolvidos como o Brasil.

Por parte da sociedade, não há o entendimento das verdadeiras causas da pobreza, nem ela está preocupada com isso, com a causa da existência das favelas, como o Planeta dos Macacos. Na verdade, a existência desses locais é decorrente de uma estrutura que se instalou no país, guiada por um compromisso com o capital, vislumbrando um crescimento econômico, e não um desenvolvimento social ou sócio-espacial com melhoria da qualidade de vida e com justiça, como já vimos antes.

Nessa perspectiva, salientamos a relevância de iniciarmos o nosso trabalho analisando o contexto político-econômico do país desde os anos 1950 e o processo de urbanização ocorrido no Recife nesse período, quando havia a pretensão de concentrar a riqueza para depois dividir. Porém, a história, e com ela as desigualdades sócio-espaciais, está aí para mostrar o contrário, uma concentração de renda cada vez mais perversa. A história revela uma classe média empobrecida e os pobres ainda mais pobres. Hoje, encontram-se moradores da favela que, de acordo com seus relatos, pertenciam à setores da classe média, mas que com o desemprego foram condenados a uma situação de pobreza que o obrigou a morar nesse lugar.

Com base nas informações obtidas por meio das entrevistas e dos questionários, comprovam isso. O grau de pobreza é conseqüência do desemprego e da redução do poder aquisitivo, que impossibilitam pagar um aluguel, comprar um terreno ou adquirir a casa própria. Há casos de moradores que compraram barracos e os transformaram em casas de alvenaria, como podemos confirmar no relato de um morador da ocupação Planeta dos Macacos, mas que representa a vivência de tantos outros:

> Fiquei desempregado, não conseguia arranjar outro emprego, peguei minha indenização, comprei um barraco na favela, reformei todo, hoje é de alvenaria e estou morando com minha família há 6 anos. Foi a alternativa para driblar a situação econômica. Não tenho o título de posse da terra, mas estamos juntos, lutando agora com os outros moradores para que consigamos a regularização (Morador do Planeta dos Macacos).

Comprovamos essa realidade e a veracidade das informações coletadas, através de visitas ao Planeta dos Macacos, através das quais identificamos várias casas de alvenaria que contrastam com a realidade de outras da mesma ocupação. A situação encontrada hoje em muitas favelas consolidadas é esta, muitos moradores compraram o repasse, ou seja, não

participaram do processo de autoconstrução do lugar e, de certa forma, estão sendo beneficiados com os programas de urbanização das favelas.

Outro dado importante é que, se antes as políticas habitacionais eram insuficientes, dos anos 1990 até os dias de hoje elas inexistem praticamente. Os financiamentos que a Caixa Econômica oferece são quase impossíveis para a classe média conseguir, diante da burocracia e dos tipos de financiamentos, o que torna os compradores reféns da política habitacional do governo.

Quanto aos pobres, ficam à mercê de algumas políticas habitacionais restritas, tanto na esfera estadual quanto na municipal, as quais alegam que faltam recursos para o atendimento de casas populares. Utilizam-se dos programas de urbanização das favelas como uma solução para o déficit habitacional. Por conta disso, voltamos a enfatizar que se a questão é estrutural, para resolvê-la, medidas estruturantes têm que ser adotadas, com mudanças de cunho político, econômico e social, da parte dos governos comprometidos com a população, que agora não é apenas marginal, é também excluída.

Desse modo, não é por acaso que o morador da ocupação Planeta dos Macacos não se reconhece como pertencente àquele lugar, espaço vivido. Esse sentimento simplesmente não existe, não surgiu de forma espontânea. A rejeição é produto de uma situação gerada ao longo de décadas, formada no seio da sociedade, a qual detém representações negativas dos moradores da favela, discriminando-os, acreditando que são todos perversos.

É importante enfocar que essa representação preconceituosa da sociedade em relação aos moradores da favela é reforçada pela mídia, que divulga de forma sensacionalista a violência, a questão do tráfico, a visão de que esse espaço é lugar de bandidos, de esconderijos, generalizando todos os moradores. É natural, então, que nenhum indivíduo queira ser associado a um lugar desse, que só lhe traz constrangimento, incômodo. A saída para esses moradores que não aceitam ser discriminados é a negação do lugar, por isso eles não assumem sua identidade espacial. É, por um lado, uma espécie de defesa diante da realidade, mas, por outro, uma atitude que perpetua o processo discriminatório.

Há indivíduos que, por desconhecerem a situação na qual vive o morador da favela, fazem afirmações absurdas, alegando que é o próprio morador que se discrimina, e reforçam essa idéia ao estabelecerem comparações com a condição do negro, que, segundo muitos,

vivencia a autodiscriminação. Para a maioria das pessoas que pensam desse modo, a condição de pobreza é de inteira responsabilidade do indivíduo, não há, portanto, uma consciência acerca do empobrecimento a que tantas famílias foram submetidas.

De fato, para o morador da favela, não houve liberdade[19] de escolha quanto ao lugar de moradia, não foi opção, e sim conseqüência de uma situação de penúria que lhe foi imposta, a qual já retratamos. No caso do morador do Planeta dos Macacos, a situação não é diferente. Também não houve escolha, não foi um ato voluntário, mas uma alternativa de sobrevivência.

Aliada a essa causa, identificamos, no Planeta, uma outra que contribui para o sentimento de negação, diz respeito à origem, ou seja, ao fato de o lugar ter se originado de uma "invasão". Nessa pesquisa, o termo foi substituído por 'ocupação', considerando-se o fato de ter uma carga semântica menos ofensiva, segundo nossa visão e a dos movimentos sociais.

Defendemos que o pouco esclarecimento por parte dos moradores, no que se refere aos verdadeiros motivos que geraram a "invasão" e ao processo como ela se deu, contribui para que alguns não aceitem lugar como sendo seu. Não há uma consciência de que o fenômeno da "invasão" não ocorreu por inteira responsabilidade do "invasor", e sim como conseqüência de uma situação estrutural que promoveu desigualdade de renda, que forçou tantas pessoas a invadirem áreas disponíveis da cidade. Não se compreende que tudo isso decorre da violação de direitos, fato tão comum na vida de boa parte da população brasileira.

Para esses moradores, a origem do lugar está, então, associada a uma condição ilegal, posto que perante a lei e a sociedade eles são invasores. Para um indivíduo simples, sem muita escolaridade, sem conhecimento dos direitos sociais, essa condição é mais um motivo que os leva à não aceitação do lugar, pois o termo "invasão" denigre ainda mais a condição do morador da favela, um usurpador de terras.

No período, precisamente nas décadas de 70 e 80 do século XX, o fenômeno foi muito explorado pela imprensa, como já vimos, a qual taxava como "desocupados", "bandos de

[19] Liberdade significa quando agimos voluntariamente nós escolhemos e sabemos que estamos escolhendo, e o que estamos escolhendo; isso significa que somos nos quem escolhemos, e fazemos isto sendo espécie de homem que somos [. . .] isso não significa que nós tenhamos liberdade para escolher. A liberdade reside na escolha e não em uma qualquer capacidade por detrás da escolha para escolher diferentemente. (apud, SANTOS, 2002: 50).

marginais” as famílias que invadiam os terrenos. Até hoje essas áreas são tratadas como invasões, mesmo as que têm uma situação como a do Planeta dos Macacos, consolidada e urbanizada.

Em conseqüência a essa alcunha, o morador da “invasão” faz sua escolha na hora em que é indagado sobre o lugar de moradia, e opta por se dizer habitante de outros lugares, geralmente do entorno. No caso do Planeta, os moradores, em sua maioria, dizem que residem em Jardim São Paulo ou até mesmo na Estrada do Curado, que é uma rua, mas, na percepção deles, não faz parte da ocupação. No entanto, para as pessoas de fora, a Estrada do Curado é Planeta dos Macacos. Os moradores do entorno da ocupação, ao serem indagados sobre o local de residência, afirmam que moram na Piracicaba, na Vila dos Bancários, etc.

São diversas as situações constrangedoras para essas pessoas, as quais enfrentam constantemente o que muitos podem considerar inofensivo, mas para a população pobre tem um significado muito forte. Com relação aos moradores do Planeta dos Macacos, há duas situações que os levam a não assumirem sua identidade espacial, e elas geram um conflito. Se eles dizem que moram no Planeta, são discriminados pela condição de ser favela e pela origem; se negam essa identidade espacial, escutam de outras pessoas frases irônicas, como “mora no Planeta dos Macacos e diz que mora em Jardim São Paulo”, da mesma forma que outros escutam “mora na favela Entra Apulso e diz que mora em Boa Viagem”. São, conforme vemos, situações irônicas que interferem na identidade do morador da favela. As palavras a seguir refletem muito bem isso.

> A identificação é também um fator poderoso na estratificação [...] num dos pólos da hierarquia estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade [...] no outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outras identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005: 44).

Nessa perspectiva, para o morador da favela não há, e nós já retratamos isso, liberdade de escolha da identidade espacial, em decorrência, lhe são atribuídas identidades estereotipadas pela sociedade, pautadas em preconceitos e generalizações, como se nesses espaços do não cidadão não existissem famílias de bem, que merecem respeito e um tratamento digno.

A terceira causa que identificamos e consideramos relevante, pois é muito forte no seio da ocupação, sobretudo entre os jovens moradores, diz respeito ao nome Planeta dos Macacos. Muitos apontam que esse nome choca as pessoas, provoca risos, seguidos normalmente de menosprezo, ridiculirzação, gracejos, o que coloca os moradores numa situação constrangedora, levando-os mais uma vez à negação de pertencerem ao lugar.

A origem do nome, como já dissemos antes, está associada ao seriado "Planeta dos Macacos". Na época da ocupação, alguns moradores associaram seus barracos às casas dos macacos do seriado[20], e essa designação permanece até hoje. Alguns moradores, entre eles os jovens, afirmam que sentem vergonha do nome do lugar, porque muitas pessoas acham que está relacionado à aparência dos moradores. E isso faz sentido, pois em um jornal da época, intitulado Jornal da Cidade, havia uma nota com referência à origem do nome, explicando da seguinte forma:

> O nome "Planeta dos Macacos" surgiu porque um dos primeiros moradores era um senhor moreno, baixo, "com um queixo de macaco". Aí o nome pegou. (Jornal da Cidade, setembro de 1976)

Essa explicação publicada no jornal, um ano após a ocupação, chegou até hoje, e há quem acredite nela e a aceitam Outra versão colhida entre os moradores é que, na Mata a qual limita a ocupação, havia muitos macacos, daí o nome Planeta dos Macacos, o que faz algum sentido, devido à existência real da Mata do Curado.

São as explicações com as quais os moradores se deparam no cotidiano e que demonstram um desconhecimento total sobre a origem da ocupação, além de gerarem, após o impacto inicial, a curiosidade de se saber onde fica esse lugar. Desse modo, há moradores insatisfeitos com o nome, tanto que propuseram até uma mudança. Há na ocupação uma corrente formada por evangélicos que sugeriram a designação Planeta das Flores. Mas essa mudança não é bem recebida pelos moradores antigos, os primeiros a ocuparem a área, aqueles que participaram efetivamente do processo de autoconstrução.

[20] Há muitos nomes de favela curiosos, estes estão associados a fatos bastante explorados na mídia ou a alguma novela ou a um conflito (guerra entre países). Há nomes como roda de fogo, Rosa Selvagem (nome de novela); Vila Iraque (conflito Irã–Iraque), Chico Mendes (Morte do seringueiro na Amazônia), são nomes colocados pelos próprios ocupantes.

Para esses, os quais se reconhecem como moradores do Planeta dos Macacos, o nome deve continuar como está. Eles dizem que o nome do lugar é como o registro de nascimento, não se muda mesmo sendo feio. Afirmam, ainda, que a história da ocupação está associada a esse nome, e todos os documentos, registros do local possuem a designação Planeta dos Macacos.

Percebemos, entre alguns moradores, o uso apenas do epíteto Planeta, em frases como "moro no Planeta", "vou para o Planeta", o que demonstra que cotidianamente há uma exclusão do termo "macacos", o qual no futuro pode vir a ser eliminado, ou não, só o tempo dirá. Há, inclusive, alguns pontos comerciais localizados na Estrada do Curado, a via principal de acesso à ocupação, que adotaram a identificação de 'Planeta', como um supermercado de porte médio e a padaria. Isso denota um indício de identificação com o lugar, uma identidade espacial, embora com a exclusão "dos Macacos".

A discriminação em relação à favela, a origem resultante de uma ocupação e o nome constituem, no nosso entendimento, causas que levam os moradores do lugar estudado a negarem o lugar de moradia, expressando, desse modo, o sentimento de não pertencimento a esse espaço vivido. O fato de se negar essa identidade, sobretudo os mais jovens, não significa que não possa haver uma mudança. Acreditamos ser possível encontrar caminhos para a superação desses obstáculos, inclusive por parte dos mais jovens, a fim de que eles continuem o processo de construção do espaço do cidadão. Para isso, os obstáculos que entravam essa construção precisam ser considerados e combatidos pelos próprios moradores.

Após tratarmos dos entraves considerados por nós como centrais, trataremos de outros entraves, identificados pela pesquisadora. Não são problemas específicos do Planeta dos Macacos, mas de toda uma geração que vive num contexto que cultua o individualismo e o consumo.

Vivemos num mundo sob o efeito da globalização perversa explicado da seguinte forma:

> Para a maior parte da humanidade, a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário tende a baixar [...] a educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como o egoísmo, o cinismo, a corrupção. (SANTOS, 2000:19)

Num contexto em que o capital nos impõe um modelo civilizatório que regula e controla as relações sócio-espaciais, o ser humano também passa a ser visto como mercadoria. Nessa perspectiva, buscamos analisar a falta de participação dos jovens moradores do Planeta dos Macacos, bem como dos das demais favelas, na tentativa de explicar outras razões que, no nosso ponto de vista, estão atreladas às transformações política, econômica, social e cultural pelas quais a sociedade vem passando.

É no lugar que os impactos da globalização se fazem sentir com maior intensidade, com mudanças tanto no âmbito do espaço quanto no âmbito do indivíduo. Mas é também no lugar onde há resistência às perversidades da globalização e às suas conseqüências, pois é em um espaço que se manifesta a identidade, o coletivo e o subjetivo. E para nós, o Planeta dos Macacos representa esse espaço de resistência, mas isso precisa continuar, com a participação efetiva de seus jovens moradores.

Percebemos nesses moradores uma falta de conhecimento acerca de sua situação de vida, das reais causas da pobreza, o que tolhe uma tomada de consciência no que diz respeito à cidadania e, por conseguinte, à construção do espaço do cidadão. Conforme vemos, são pontos que colaboram para a falta de participação, de interesse, e essas idéias foram corroboradas pela representante da COMUL, ao se referir às questões relacionadas ao lugar. Para complementar essa afirmação, recorremos a afirmativa a seguir:

> O qual explica que "a ausência de direitos de cidadania revela-se mais nas populações empobrecidas [...] que reproduzem no nível local um problema sócio-espacial de exclusão material e simbólica. Não há cidadania quando se entende que este é um processo que começa quando nós nos percebemos como pessoas; progredimos e aprendemos a viver e conviver coletivamente. Quando se amplia o conhecimento sobre a realidade. Quando além de fazer valer nossos direitos, lutamos pelos outros e pela justiça social. (MARQUES, 2002:23)

Acrescentamos ainda:

> No mundo moderno, há um 'conformismo generalizado', em que cada vez mais a juventude incorpora os hábitos de comportamento hedonistas, individualistas e consumistas, os quais, em última instância, lhe são sugeridos pela dinâmica do Capitalismo. É especialmente nos leitores mais jovens, que são os portadores do futuro, que se deve tentar despertar um pensamento inconformista e socialmente responsável. (SOUZA, Apud, CASTORIADIS, 2004:16).

São os jovens, portanto, consumidores por excelência, não somente os das classes dominantes, mas também os da favela, que igualmente aos outros incorporam gostos que não lhes são próprios, porque são produzidos por uma indústria cultural. Há um envolvimento, diante das estratégias utilizadas pela mídia, com publicações agressivas, impondo padrões dominantes e que alienam as pessoas sobretudo os jovens.

Nesse quadro de alienação, os moradores da favela também são induzidos a viver uma realidade que não é a sua, sempre na busca de coisas, abdicando de bens essenciais para manterem uma aparência que os livre da condição de favelados. São, como toda a sociedade em geral, o que afirma Santos (2002:40), "todos envolvidos por um consumismo selvagem, indefesos diante da manipulação de indústrias e de intermediários, tornando-se consumidores mais-que-perfeitos".

Em se tratando da participação dos jovens moradores do Planeta dos Macacos, percebemos uma realidade de ausência reflexo do contexto sócio-político econômico que tem dentre outras coisas, transformado os direitos da cidadania em direitos do consumidor e que não é apenas específico desse lugar.

Esta constatação foi obtida através da análise das entrevistas e questionários realizados nos quais os jovens moradores relatam que a participação em reuniões sobre os interesses do lugar são importantes, mas no entanto, confirmam a não participação e alegam que suas prioridades são outras, como por exemplo, a sua inserção no mercado de trabalho. Também percebemos um descrédito quanto à política governamental. Podemos comprovar nossas afirmativas através de seus relatos.

> Não participamos das reuniões que tratam dos interesses do Planeta dos Macacos porque é muito chato ficar escutando mentiras de alguns vereadores que dizem que vão melhorar nossas vidas. Tenho que me preocupar em arranjar trabalho que é muito difícil. (Priscila, entrevista realizada em 17/02/06).

> Não participo porque não me interesso sobre isso, sobre reivindicações, para mim não funciona. Os antigos moradores que reivindiquem, eles já têm um bom tempo vivendo nesse lugar sabe seus altos e baixos (Paulo: entrevista realizada 17/02/06).

> Nós jovens, não nos interessamos em participar, porque precisamos de algum incentivo, de alguém para ter conhecimento e fazer algo pelo lugar onde mora (Alzenir: entrevista concedida em 17/02/06).

Diante disso, fica claro a falta de interesse em participar das reuniões do lugar nos jovens moradores, porém consideramos importante ressaltar que quase todos reconhecem a sua importância.

Acrescentamos a isso, o tipo de educação em geral oferecida ao morador da favela. Normalmente o ensino não explora a realidade do espaço onde as escolas estão inseridas, sobretudo as pertencentes à Rede Municipal de Ensino do Recife, em que a maioria localiza-se dentro das ZEIS ou no seu entorno. Há desigualdades sociais que são, antes de tudo, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada indivíduo se encontra. E o cidadão não pode estar alheio às necessidades do lugar, pois o cidadão é o indivíduo num lugar. Poderia contribuir para isso o que expomos a seguir:

> A educação corrente e formal, simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às normas de sucesso, ensina um humanismo sem coragem, mas destinado a ser um corpo de doutrina independente do mundo real que nos cerca, condenado a ser um humanismo silente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem. (SANTOS, 2002: 42)

Nesse sentido, não podemos agir indiferente ao que nos cerca, pois, como diz Bauman (2005:17), “as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. E no caso da ocupação com a qual trabalhamos, o que diferencia o momento atual daquele em que viveram os primeiros ocupantes é a história de luta, são os exemplos de cidadania.

Segundo informações obtidas com a líder do Planeta dos Macacos, a senhora Madalena, no início da ocupação, havia a ajuda da Igreja, e criou-se um grupo de jovens que passou a orientar na organização das ruas e na ajuda da construção de novas habitações. Esse processo de organização fez surgir a necessidade de um local para reuniões, daí, em regime de mutirão, construíram um salão para reuniões, celebração de missa e a escola comunitária.

A preocupação com a saúde elevou ainda mais o nível de organização. Ampliou-se o salão para que funcionasse um laboratório e campanhas fossem estruturadas para uso de filtro[21] de água e água fervida. Em pouco tempo, os serviços prestados aos moradores aumentaram, e a área já contava com escola comunitária, ambulatório médico e merenda para crianças, a qual era recolhida junto aos moradores. Os dez anos da ocupação foram comemorados com luta e eleição dos coordenadores, com a presença da imprensa e de autoridades, como uma forma de denunciar a situação da área, até então sem luz, sem urbanização e ainda sob ameaça de expulsão, isso em 1985.

No Planeta dos Macacos, não havia associação de moradores. A organização dividiu os moradores em grupos com uma diretoria apenas para fins burocráticos no Centro Comunitário. O território era dividido em três setores: a parte central, correspondente à praça 4 de setembro – a área da praça Sul, setor próximo à Vila dos Bancários, e o setor Norte – próximo ao Planeta II, na época considerada uma nova invasão.

A ocupação recebia uma ajuda muito forte das irmãs, que coordenavam as ações dos moradores, havia um envolvimento de todos, adultos, jovens e crianças. Em 1978, Dom Hélder comemorou 25 anos como bispo e celebrou uma missa, ano em que os moradores sofreram uma ameaça de despejo. Em 1980, realizaram uma passeata indo até a sede do INPS[22]. Em 1981, houve a inauguração do Cruzeiro, símbolo da luta, com celebração da missa por Dom Hélder, e neste mesmo ano criou-se o Estatuto da Comunidade.

Em 1991, foi renovada a diretoria do Centro Comunitário, com eleições livres assessoradas por uma advogada do Serviço Comunitário Justiça e Paz (SCJP). Em 1994, como já dissemos, a ocupação foi reconhecida como área ZEIS, e em 1995, instalou-se a COMUL, participando do Fórum do PREZEIS.

A partir de meados de 1995, houve fragmentação das lideranças da ocupação. Elas continuam a atuar, mas sem a força de antes, pois houve a extinção de alguns grupos, como o de jovens, o time de futebol, a quadrilha. Permaneceu o grupo de saúde, a creche e a escola comunitária. Outro dado importante é que, até 1991, alguns registros da história do lugar eram organizados em um álbum, que se encontra em mãos de uma das lideranças, a chamada Irmã Zefinha, como é conhecida no Planeta dos Macacos.

---

[21] O Panfleto com a campanha do filtro encontra -secomo anexo 3.
[22] Substituiu o IAPAS, e posteriormente, o INPS foi substituído pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social)

As reuniões, hoje, quando há convocação da COMUL, são realizadas na creche, que está passando por reformas, feitas por um grupo privado. Após pronta, ficará, segundo Madalena, de primeiro mundo. O Centro Comunitário, de acordo com os moradores, é administrado pela Igreja Católica, mas não tem nenhuma função de luta política pelo lugar, a não ser a distribuição de sopa todos os dias pela manhã. Para que tenhamos uma confirmação do estado de abandono em que se encontra o Centro hoje, mostramos a figura 27.

Figura 27

Centro Comunitário — junho 2006

Fonte: Amós Serrano

Há, atualmente, uma participação ainda maior dos primeiros ocupantes, porém esses, como alguns mesmo dizem, não têm a mesma garra de antes, daí a necessidade de formação de lideranças que possam continuar o processo de construção desse espaço. A que devemos atribuir, então, um poder tão forte de organização, como o que se formou no Planeta dos Macacos, que, conforme as lideranças, impôs respeito e conseguiu grandes benefícios para o lugar? Acreditamos que devemos atribuir primeiro ao empenho; segundo, ao engajamento, e terceiro ao desejo de lutar por uma causa justa, com mulheres à frente, que não temiam as adversidades, pois estavam prontas para enfrentar os percalços.

Hoje, no entanto, não há mais as irmãs, que já há alguns anos foram transferidas para outro setor, além de o contexto, desde os anos 90 do século passado, com novas formas de participação, com vias legais, não vir envolvendo a população. Acrescentamos ainda as preocupações com o trabalho em uma sociedade com outros valores e a morosidade da justiça em resolver a questão da regularização da terra. Tudo isso, enfim, está gerando um abandono da causa e a não continuidade de uma história de luta que não pode acabar.

Daí o nosso alerta, visto que, segundo a representante da COMUL, não há mais o interesse das pessoas em participar, pois elas, hoje, não têm uma visão ampla das coisas. Nas palavras dela, “se tem sua rua calçada, pronto, não há a preocupação com os problemas do outro”. É, portanto, uma situação que revela bem o momento atual, em que o individualismo, a falta de solidariedade, o descrédito com a política imperam, a ponto de poderem ser considerados lemas dos nossos tempos.

Mas nem tudo está perdido, há alternativas que podem levar a uma mudança, como mostramos a seguir. Antes, porém, ressaltamos que, em nosso ponto de vista, é participando que o grupo se fortalece, toma conhecimento da situação, dos problemas, para poder, de forma coletiva, ter condições de buscar soluções para os problemas enfrentados. Com essa participação, o indivíduo se sentirá mais valorizado, e ainda com a vantagem de dividir tarefas, como era feito antes no Planeta dos Macacos.

3.2- Possibilidades Utópicas ou Alternativas de Superação?

Consideramos possível a construção do espaço do cidadão, apesar de sabermos que para muitas pessoas isso pode parecer utópico. É certo que se trata de um grande desafio, de superação de obstáculos históricos e estruturais que originam o sentimento de negação do pertencer ao lugar pelos moradores de áreas de favela, no caso de nossa pesquisa, do Planeta dos Macacos. Entretanto, é de extrema importância salientar que não nos cabe propor soluções, até porque estas devem ser criadas juntamente com as pessoas envolvidas. Na verdade, o nosso propósito, nesse momento, é mostrar experiências positivas existentes e que já vêm promovendo algumas mudanças.

Para termos cidades sustentáveis, é necessário que os planejamentos e a gestão urbana estejam comprometidos com as populações desprivilegiadas, que se estimule a participação popular, com uma maior divulgação dos canais de participação. É preciso que se possibilite reacender no seio da sociedade o desejo de intervir na busca da superação dos problemas que ora as cidades apresentam. É necessário, então, participar do processo, a fim de se conquistar nas cidades um desenvolvimento sócio-espacial, aquele que contemple a todos.

Pensar a cidade com melhor qualidade de vida, com justiça social pressupõe priorizar o cidadão, e não o econômico. Com o ingresso na modernidade, o Brasil, como já vimos, não incorporou uma grande parcela de sua população, por conseguinte, criaram-se, os espaços do não cidadão. E é, sobretudo, desses espaços que podem partir reações as quais venham a abalar as estruturas vigentes, que se modernizaram, mas se mantêm até hoje, sem nenhuma ruptura.

Sendo assim, acreditamos que, compartilhando experiências já existentes, é possível achar alternativas de superação dos problemas. Mesmo que possam parecer utópicas, algumas dessas iniciativas podem ser realizadas em nível local, e no nosso entendimento, poderão ser o caminho para uma ação mais ampliada, em grande escala. Dessa forma, as mudanças partirão do micro-local, considerando, os lugares da cidade, como o Planeta dos Macacos, por exemplo.

Nessa perspectiva, essa ocupação poderá ser um espaço de reação, e isso deve ser visto como um passo importante, como um resgate da luta e da resistência, as quais, no contexto atual, parecem esquecidas, ou não são julgadas relevantes. Em nossa forma de ver essa questão, resgatar a história é imprescindível para que se possa aprender com as lições do passado. Com esse ideário, é possível fomentar a coragem, tomando como exemplo os primeiros ocupantes que lutaram contra as forças dominantes e conseguiram vitórias que levaram à construção do que é hoje o Planeta dos Macacos. Por isso, reiteramos a necessidade de engajamento dos jovens, para que possam concluir o que, por hora, acha-se incompleto.

Em se falando de conquistas, todas devem ser valorizadas, tanto as de nível local, quanto as mais amplas, no âmbito da cidade e no nacional, como as leis, o PREZEIS, o Estatuto da Cidade. É indispensável, agora, que as já alcançadas sejam consideradas instrumentos que viabilizem outras mais arrojadas, como a mobilização pela conquista da

regularização da terra em todas áreas de favelas que ainda não tenham o título de posse, que, conforme sabemos, é a maioria.

Para que novas conquistas se concretizem, é imprescindível haver interação, como vimos anteriormente, o que não está ocorrendo entre os moradores do Planeta dos Macacos, tampouco na sociedade como um todo. Por meio da participação no lugar, no espaço de vivência, pode ser vencida a situação de comodismo e de apatia política, tão característica dos nossos dias, e que aniquila a superação dos obstáculos para a construção do espaço do cidadão.

Os direitos políticos e individuais de milhões de brasileiros foram violados, sobretudo dos pobres, que acreditaram, que tinham esperanças de que o crescimento econômico lhes trouxesse dias melhores. De fato, tudo não passou de ilusão, o "milagre" ruiu, a realidade nos mostra exatamente o contrário do prometido, o agravamento da pobreza. Mas isso não pode deixar-nos pessimistas, uma vez que, como bem expressa Santos (2000:132), "a pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível, os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e luta".

Completando esse pensamento, Souza (2004:330) nos confirma que "é fascinante, submetidos a meios de comunicação imbecilizantes e a toda atmosfera alienante, os pobres com bom senso deixam embaraçados políticos, profissionais, técnicos, distantes da vida das reais necessidades dos homens e mulheres comuns".

Acrescentamos que, decerto, se os pobres não lutassem, se eles se entregassem e não resistissem ao longo dessas últimas décadas, não haveria no país apenas pobres aos milhares, mas milhões de miseráveis. Nas palavras de Santos (2000:132) "a miséria aniquila a pessoa com a privação total, e aí não haveria luta, no entanto, a situação é menos ruim, pois o pobre encontra forças para lutar e isso é relevante no processo de reação". Desse modo, diante da situação que enfrentamos, é possível achar possibilidades para se alcançar cidades com melhor qualidade de vida e com cidadania plena.

Analisando-se a situação de carência, é possível se chegar ao conhecimento das reais causas da pobreza, e daí ocorrer o despertar, a tomada de consciência. Consciente, o indivíduo passa a querer participar e a se interessar, inicialmente, pelas questões relacionadas ao seu

lugar, posteriormente, isso pode levar a uma adesão a causas mais amplas. Os moradores de ocupações devem saber que são eles os protagonistas da mudança social, assim como os "fundadores" do Planeta dos Macacos o foram e ainda o são, ao conduzirem o processo atual, mas, indubitavelmente, novos atores são indispensáveis, porque há muito a ser feito.

Essa participação dos moradores deve ser ativa e autônoma, de todos, levando em conta os interesses, as aptidões, as individualidades, sem que ninguém seja excluído. Pois, nesse processo, é essencial haver uma consciência do modo de vida que se deseja, de uma visão comum de mundo e do papel de cada um como pessoa, como ser social. Com isso, haverá, por conseguinte, uma valorização do indivíduo, já que ele também será responsável pelo processo, pelas ações planejadas e realizadas. Além do que, quando se é participante, co-autor das ações, cuida-se mais, preserva-se, fiscaliza-se, mas de uma forma consciente e voluntária, sem o princípio da imposição.

A população deve ter conhecimento de que a participação é um direito inalienável e que aprimora a democracia representativa. É através dela que há a integração à sociedade, que se exerce o direito do cidadão. No mundo de hoje, costumamos criticar o planejamento, a gestão da cidade, mas no momento do exercício da cidadania, muitas vezes nos omitimos, quando deixamos de participar, de intervir. E é essa participação que, na visão de Souza (2004:390), "reforça o exercício da cidadania, ao expandir as chances de maior integração e minimização da exclusão dos desprivilegiados em relação ao acesso e fatores de satisfação de necessidades básicas".

E ele ainda acrescenta,

> A participação [...] aumenta o grau de liberdade dos indivíduos, pode servir também, para a defesa dos interesses legítimos de grupos portadores de uma identidade cultural definitiva, e possíveis, por isso, de serem vistos como portadores de direitos específicos, a começar pelo direito de manterem sua identidade. (2004:3900)

Como Souza nos mostra, é essencial alcançar e manter a identidade com o local, no caso em estudo, a identidade sócio-espacial dos moradores do Planeta dos Macacos, os quais, conforme já destacamos, não se reconhecem, ou são levados a não se reconhecerem, como moradores do lugar. Isso é tão forte que, quando um morador consegue ascender socialmente, a primeira medida a ser tomada é a mudança para outro lugar da cidade, um espaço que não tenha o rótulo, o estigma negativo da favela.

Aquele que ascender e, por ventura, ficar na favela tende a ser cobrado pela própria sociedade, que não entende e não aceita como uma pessoa com uma boa renda pode permanecer em um ambiente negativo, mesmo que tenha havido o processo de urbanização, ou seja, que o local não seja mais uma favela para seus moradores, a exemplo do Planeta dos Macacos, em algumas partes, de Brasília Teimosa, entre outras.

Ainda acerca da questão do conhecimento e da participação, é importante salientar que há iniciativas de acompanhamento de algumas ocupações por ONG's, como a ETAPAS, o CENDHEC e o Serviço de Justiça e Paz[23], que realizam uma assessoria de apoio não somente no setor jurídico, mas realizando cursos de preparação de lideranças, engajando os jovens no processo, estimulando a interação. Com isso, conseguem elevar a auto-estima dos moradores, o que constitui um passo para a valorização do indivíduo, do espaço e, conseqüentemente, para o sentimento de pertencer ao lugar. Vejamos dois relatos de moradores que fizeram cursos promovidos pelo CENDHEC:

> [. . .] passei a ter consciência de todos os procedimentos relativos à regularização fundiária depois que participei de várias capacitações. No início eu era contra o processo de regularização, porque desejava me aprofundar mais sobre o assunto, antes do processo. Nas discussões, criamos uma relação de confiança e de conhecimento. (morador dos Coelhos[24]).

> Eu morava na Entra-Apulso, mas não via a comunidade. Depois do curso, comecei a repassar o que aprendi. Passei a observar melhor como acontece a discriminação e como os direitos são violados na comunidade. Quando percebi essas coisas, não consegui ficar parada, comecei a procurar saber mais e atuar de verdade no local onde moro. (jovem moradora da Entra Apulso[25]).

Percebemos, nesses relatos, o imenso valor desses cursos para os moradores das ZEIS e o papel que as ONG's exercem desde o final dos anos 80 do século XX. Após esse período, houve um enfraquecimento dos movimentos de bairro, por conta da desmobilização dos movimentos sociais no Brasil, país capitalista periférico, agora sob o paradigma neoliberal, de Estado mínimo, o qual se exime de suas responsabilidades sociais, voltando-se cada vez mais para o crescimento econômico, atendendo aos interesses do capital externo.

---

[23] Entidade não-governamental que, desde abril de 1990, contribui para regularização fundiária urbana, desenvolvendo ações de assessoria jurídica, organização de demandas coletivas das populações de baixa renda.

[24] Coelhos, favela localizada na RPA 1 MR 1.3, a área possui 16.000 habitantes. Até 2004, apenas 638 habitações foram regularizadas. Há cerca de 1.418 cadastros de regularização (CENDHEC. V. 18:2005).

[25] Entra Apulso – localiza-se na RPA 6 MR 6.1, com população de 5.480 habitantes. Possui 155 ações na justiça federal e mais 7 de defesa de ações de reintegração de posse na justiça estadual.

Desse modo, alguns segmentos da sociedade civil organizada, como ONG's ou outras entidades, passam a preencher lacunas, desenvolvendo um trabalho de grande valia nas áreas pobres, com respeito e seriedade, através de práticas desenvolvidas, as quais foram percebidas no Fórum do PREZEIS, por meio do acompanhamento das discussões travadas pelas lideranças comunitárias. Porém, nem todas as áreas pobres são acompanhadas, acreditamos até que a maioria não o seja, como exemplo o Planeta dos Macacos, que não é atendido por nenhuma ONG, desde sua criação[26].

Na verdade, a violação dos direitos sociais, com enfoque nesse momento para o direito à educação de qualidade, deixa, como já vimos como a questão da moradia, uma grande lacuna na vida social do indivíduo. Na prática, não se tem promovido um ensino que favoreça a construção da cidadania plena, sobretudo para as populações pobres. Como exemplo há na Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, a qual em sua proposta pedagógica destaca a relevância do conhecimento do lugar para a compreensão do saber geográfico[27], no entanto isso não acontece de forma efetiva.

Segundo Marques,

> No estudo do lugar, deve-se levar em conta as relações pessoais, as experiências que dão significados positivos ou negativos nos alunos, procurando ampliar esses significados através do conhecimento de elementos da realidade objetiva e global [...], mas estas relações, em determinados contextos, são dirigidas, coisificadas intencionalmente, não como fatores isolados ao lugar, mas resultante de um contexto mais amplo. (2002: 71)

Consideramos essencial destacar esse ponto sobre o direito à educação, porque é dever da escola possibilitar ao estudante não só o conhecimento, mas dar-lhe a condição de ser autônomo, de saber pensar e agir com discernimento diante do meio em que está inserido. Dessa forma, constrói-se a plena cidadania. Um passo para isso é aproveitar a participação do indivíduo na escola, no lugar, fazendo-o exercer em seu cotidiano atividades não-alienadoras

[26] O CENDHEC acompanha oito áreas ZEIS através do programa Direito à Cidade. São elas Asa Branca, Vila da Paz, nos Torrões, Jardim Uchoa, UR5, em Três Carneiros, Entra Apulso, Sítio Grande, Dancing Days, Mustardinha, Coelhos e Campo da Vila.

[27] As percepções que os indivíduos, grupos ou sociedades têm do lugar nos quais se encontram e as relações singulares que com ele estabelecem fazem parte do processo de construção das representações, imagens do mundo e do espaço geográfico. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na construção do saber geográfico. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997:10)

nem descontextualizadas, o que, indiscutivelmente, contribuiria para ele assumir o seu papel na sociedade.

Uma atividade possível seria, ao se trabalhar o lugar na perspectiva histórica, em uma área como o Planeta dos Macacos, explicar as causas da ocupação, retratar a luta dos primeiros moradores, trabalhar a auto-estima, valorizar o indivíduo. Nessa perspectiva, é absolutamente indispensável mostrar que cada um é protagonista no processo de construção do espaço. Dessa forma, embora em menores proporções, realizar-se-ia um trabalho nos moldes do que as ONG's enumeradas fazem em outras localidades. Assim sendo, o ensino estaria voltado para a cidadania de fato, utilizando sobretudo o conhecimento acerca do lugar, dos problemas que o afligem, o que poderia levar à proposição de soluções, como vimos nos relatos de moradores de favelas.

Quando simplesmente expomos os conteúdos para o aluno, sem realizar uma reflexão crítica, fazemos o contrário do que nossa área possibilita. Ao proporcionar uma compreensão do processo de reprodução do espaço sob a égide de um modelo civilizatório capitalista, sem trabalhar de forma crítica o espaço, nós nos omitimos e contribuímos para a reprodução de ideologias geográficas dominantes, perpetuando uma situação de pobreza sócio-espacial. Nesse sentido, Habermas "questiona as ideologias como discursos que buscam impedir a emergência de teorização de mudanças" (apud, Souza, 2004: 79/80).

O morador de áreas pobres, dos espaços do não cidadão, precisa ter conhecimento da sua situação de carência e saber que é no lugar que se revelam as contradições sócio-espaciais. De acordo com Moraes (2005:91), "[...] a historicidade dos seus processos revela um caminho rico de indagações. A preocupação com o sujeito no processo histórico inclui uma abordagem que valoriza a política, a democracia e liberdade individual".

Para concluir essa seção, salientamos que o espaço do cidadão é possível, como também pode ser utópico, o que irá definir são os tipos de caminhos a percorrer. Devem ser, no nosso entendimento, caminhos que possibilitem indivíduos conscientes de sua autonomia, de sua participação e com conhecimento de sua realidade e da do outro, para que possam ser verdadeiros protagonistas de sua história, da construção do espaço do cidadão, a exemplo dos primeiros ocupantes do Planeta dos Macacos.

Com esse ponto de vista, acreditamos que no Planeta dos Macacos, como em outros lugares da cidade, ou seja, na escala micro-local, os moradores podem constituir instâncias primárias de decisão sobre as questões referentes ao lugar. A superação da negação do pertencimento ao espaço virá com a participação, com o reconhecimento do cidadão e, por conseguinte, do lugar. E com engajamento, o indivíduo poderá fiscalizar, cobrar, sugerir, lutar para que haja mudanças com vistas a uma melhor qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo conhecimento obtido ao longo da pesquisa, confirmamos a nossa hipótese central, agora de forma muito mais enriquecida, tendo em vista a vivência com moradores da área investigada. O trabalho de campo nos levou a acreditar ainda mais no ser humano, fez-nos pensar que nem tudo está perdido, que há possibilidades de transformação da cidade, de termos cidades sustentáveis, ou seja, com qualidade de vida e justiça social.

Houve confirmação quanto à nossa hipótese acerca do sentimento de não pertencer ao lugar – expresso pelos moradores do Planeta dos Macacos que não assumem sua identidade sócio-espacial – constituir um problema que interfere na construção do Espaço do Cidadão. Verificamos que o não se reconhecer com o lugar não foi criado no seio da ocupação, pois na verdade esse sentimento deriva de uma situação externa, fruto da visão estigmatizante, distorcida e generalizante da sociedade, que discrimina o morador de ocupações ou áreas de favela.

Desse modo, as populações pobres do Recife, em especial, sofrem um dilema, na hora de assumirem a identidade sócio-espacial, visto que o indivíduo é valorizado a partir do lugar de onde ele vem. Sendo assim, o morador da favela sofre discriminação, revelada no tratamento que lhe é dado, por exemplo, ao pegar um táxi, na escola, no trabalho, em outros lugares da cidade. Portanto, esse morador sofre com a carência de serviços de infra-estrutura em seus espaços ou lugares de vivência, pela condição subumana a que é submetido, e sofre fora do lugar, com a discriminação imposta pela sociedade.

Um relatório do Programa das Nações Unidas para assentamentos Humanos (UN – Habitat), publicado em junho deste ano, no Jornal da nossa cidade informa que a pobreza avança nas atuais metrópoles do Brasil. Fica explícita, então, a necessidade de pensarmos com urgência nessas milhares de pessoas que têm seus direitos sociais violados a cada dia. “Se nada for feito, nas próximas décadas as favelas serão a principal forma de moradia” (Jornal do Comércio, junho: 2006).

E há, como já dissemos, possibilidades possíveis de serem realizadas para que se consiga a mudança desejada. A nossa descoberta, com o estudo sobre o Planeta dos Macacos, nos leva a acreditar nisso. Ao longo dos trinta anos de ocupação dessa área, muitas conquistas

foram obtidas e proporcionaram melhoria nas condições de vida dos moradores, a ponto de se criar um início de construção do espaço do cidadão, que corre riscos, se não houver empenho de seus jovens moradores para dar continuidade ao processo de construção do lugar.

Observamos, junto às atuais lideranças, que são as mesmas do início da ocupação, apesar de em número reduzido, uma preocupação a qual comprovamos *in loco*, no que diz respeito exatamente à participação dos atuais moradores nas questões que envolvem o lugar. E esse é um dos pontos que, aliado ao conhecimento de todo o processo de autoconstrução do Planeta dos Macacos, pode levar a um aumento da auto-estima, a uma valorização do lugar e, com isso, contribuir para que se supere o sentimento de negação ao espaço.

De acordo com Martim (1996:25/26), "a história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da história". Completamos esse raciocínio com o que nos diz Carlos (1996:64) "a memória [...] é também a possibilidade do resgate do lugar, revelando-o e dando uma outra dimensão para o tempo. Isto pode levar a um conhecimento do lugar".

Consideramos o resgate histórico necessário, diante da constatação de que os atuais moradores desconhecem o passado de seu local de moradia, sobretudo os jovens. Desconhecem a origem da ocupação, a origem do nome, as leis que repercutiram na transformação do espaço vivido como o Estatuto da Cidade, que precisa ser conhecido, divulgado, discutido pelos moradores, não só do Planeta dos Macacos, como de todas as áreas pobres, sem exceção alguma.

Outra "descoberta" a fazer, a que consideramos um grande desafio, é mudar as representações negativas, discriminatórias que a sociedade tem em relação aos espaços do não cidadão. Antes de tudo, é necessário começar a perceber também o outro lado da situação, a partir do indivíduo morador da favela, e não se guiar apenas pela visão transmitida pela mídia em relação a esse espaço, pois boa parte das vezes é uma ótica deturpada. Não se pode esquecer que em espaços dessa natureza encontram-se milhares de famílias que não tiveram outra opção de escolha, e que por isso não deixam de merecer respeito. A maioria que mora em uma favela o faz por conta de uma condição que lhes foi imposta, fruto de um modelo econômico excludente.

Mas não basta aos moradores de áreas pobres o conhecimento de sua história, o respeito da sociedade. No momento, a prioridade é a regularização da terra, para que eles tenham o título de posse, para que sejam “os verdadeiros donos”, de forma legalizada, o que contribuirá para o reconhecimento do pertencer ao lugar. Isso será concretizado com o reacender da mobilização em pró de uma luta mais arrojada, com amparo do Estatuto da Cidade. Contudo, não podemos também esquecer, e a experiência obtida com o PREZEIS mostrou bem isso, que é essencial lutar pelo cumprimento dessa lei, o que só ocorrerá com a pressão popular junto aos gestores da cidade.

Em decorrência das evidências apresentadas, achamos conveniente considerar o Planeta dos Macacos como um espaço do cidadão em estado incompleto, pois faltam algumas condições que forneçam aos seus moradores a cidadania plena. Entre essas, está a regularização da terra, para que eles saiam da condição de “ilegalidade”, e o reconhecimento como cidadãos, através da participação coletiva no seu lugar, espaço de vivência, e no espaço maior da cidade, tomando decisões, participando efetivamente, de forma consciente e autônoma.

Entretanto, os avanços obtidos com a urbanização da área, que é atendida por serviços e equipamentos urbanos, devem ser considerados como conquistas extremamente importantes, que comprovam mudanças, ocorridas ao longo de um processo de autoconstrução do lugar. Essas melhorias atestam que avançar no espaço da cidade é possível, e o caso do Planeta pode tornar-se um exemplo para outros espaços pobres que buscam mais qualidade de vida.

Os moradores do Planeta dos Macacos têm uma história que deve se constituir num motivo de orgulho, de vitória, como foi percebido entre as lideranças, cujos membros estavam entre os primeiros ocupantes da área. O sentimento de negação, de não pertencimento ao lugar precisa ser combatido. Para os atuais moradores, sobretudo os jovens, há pela frente, em meio a outros desafios, o de se fazerem respeitados, independentemente do lugar de onde se originam.

Por fim, é importante salientar que, como consideramos o modelo econômico um fator preponderante na produção de espaços do não cidadão, é também necessário que tenhamos um modelo cívico que substitua o vigente, a fim de que a dívida social com as populações pobres seja paga, e isso requer um modelo econômico no qual o cidadão seja, verdadeiramente, o foco. Pois, conforme Santos (2002:133) tão bem retrata, “ficar prisioneiro

do presente ou do passado é a melhor maneira para não fazer aquele passo adiante, sem o qual nenhum povo se encontra com o futuro”, idéia com a qual concordamos plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Identidade, ed 1ª . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

BITOUN, Jan. Análise dos bairros do Recife através da distribuição de renda. Revista de Geografia, Recife: UFPE, DCG- NAPA, Ed. Especial, p. 41: 55, julho de 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Lugar no/do Mundo. São Paulo. HCITEC. 1996

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Movimentos Sociais Urbanos e Construção do Espaço do Cidadão em Lugares Pobres do Recife/PE: Uma Historia dos Movimentos de Bairro, Conquistas e impasses, na Busca da Construção da Cidadania. Revista de Geografia. Vol. 19. Recife: 2002

_____.As atividades dos serviços, sua história e o seu papel, na organização do espaço urbano: uma "nova" perspectiva para a análise geográfica? Revista de Geografia. Recife: UFPE/ DCG -NAPA, v. 14, jan./dez.1/2

_____. Gestão de programas sociais de capacitação para o trabalho, na cidade do Recife: A proximidade territorial em questão. Revista de Geografia. Recife: UFPE- DCG/ NAPA, v. 20, nº 2, jul / dez. 2003

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e construção de conhecimentos. 5º. ed. Campinas. SP, Papiro. 1998

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1989

DAMIANI, Amélia Luisa, A Geografia e a Construção da Cidadania In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999 (Coleção Repensando o Ensino).

FUNDAÇÃO IBGE. Contagem da População de Pernambuco, 2000

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JORNAL DO COMMERCIO, Caderno Brasil 18/06/2006

LEFBVRE, Henry, 1991- O direito à cidade: tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MELO, Mário Lacerda. Metropolização e Subdesenvolvimento. O Caso do Recife. UFPE. Recife. 1978

MORAIS, Antonio Carlos Robert, COSTA, Wanderley Messias. Geografia Crítica: A Valorização do Espaço. Ed. 4ª HUCITEC. São Paulo 1999.
_____. Ideologias Geográficas/ Antonio Carlos Robert Moraes. São Paulo Annablume, 2005

PAULO NETTO, José e Carvalho, M. C. Brante de. Cotidiano Conhecimento e Crítica. 3. e ed. São Paulo: Cortez 1994.

PREZEIS em Revista, Coleção Cadernos CENDEHC – VOL. 18 ano : 2005

PREZEIS: O olhar dos moradores. Centro Josué de Castro, ed. Etapas e GTZ. Recife, junho. 2000.

RAMOS, Maria Helena Panta (org.) Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas. In GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Cidadania e espaço público numa experiência de Política de urbanização de favelas. Rio de Janeiro. DP e A, Ed. 2002.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997
_____. O espaço do Cidadão. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
_____, O País Distorcido: O Brasil, A Globalização e a Cidadania, ed 2ª São Paulo: Publifolia, 2002
_____, Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos. ed 2ª, Ed: F.P. Abramo, São Paulo, 2004.

SHERER- Warren, Ilse. Cidadania sem fronteiras, ações coletivas na era da globalização. São Paulo. HUCITEC, 1999

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos / 3º ed._ Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004
_____. Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual. ed 1ª Ed. Ática, São Paulo 1996

CASTRO, Gustavo do Passo. As Comunidades do Dom um Estudo De CEB's No Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife: 1987

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Mauricio de Almeida. Pensando a Cidade no Brasil do Passado, In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cézar da Costa e Correa, Roberto Lobato (org). Brasil; Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ANDRADE, Manoel Correia de. Recife: Problemática de uma Metrópole de região Subdesenvolvida. Recife. UFPE: Ed. Universitária, 1979.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaios Sobre Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000

CARLOS, Ana Alessandri: Apresentando a Metrópole na Sala de Aula. In: Carlos, Ana Fani alessandri (org). A Geografia em Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999, (Coleção Repensando o Ensino).

CEZAR, Maria do Céu. As Organizações Populares do Recife: Trajetória e Articulação Política. (1955 – 1964) Caderno de Estudos Sociais, Recife V.1, n° 2 julho / dezembro 1985

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo. Ática, 2000.
_____. "A cidade" 7ºed. São Paulo. Contexto. 2003

DAMIANI, Amélia Luiza, CARLOS, Ana Fani Alesandri, SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Organizadoras). O Espaço do Fim de Século. A Nova Raridade. 2ª ed. – são Paulo: Contexto , 2001

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Luta pela Moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Mária de Fátima Cabral Marques. Cidadania e Espaço Público Numa Experiência de Política de Urbanização de Favelas. Rio de Janeiro. DP e A Ed. 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição Urbana. Ensaios de Geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HALL, Stuart. A Identidade na Pós-Modernidade, tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6º ed. RJ: DP e A, 2001.

HARVEY, David. Condição Pós- Moderna. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996p.116-178

_____, Espaços de Esperança. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004

LEAL, Suely. Fetiche da Participação Popular: Novas Práticas de Planejamento, Gestão e Governança Democrática no Recife. Recife: Ed. do Autor, 2003

LIMA, Sandra Amendola Barbosa. A Participação Social no Cotidiano. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES, OTÍLIA, VAINER, CARLOS, MARICATO, Ermínia. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ. Vozes p. 121-192.

Publicação: Uma Política Inovadora de Urbanização no Recife. 10 Anos do PREZEIS. Centro Josué de Castro, Etapas e Fase. 1999.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Metrópoles: Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito. – São Paulo:ed. Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro. FASE.

RODRIGUES, Marly. A Década de 80. Brasil: Quando a Multidão Voltou as Praças. ed 3ª Ed. Ática, São Paulo, 2003.

SANCHEZ, Félix. Orçamento Participativo : teoria e prática- São Paulo, Cortez, 2002 (coleção questão da nossa época, v. 97)

SILVA, Jailson de Souza e Barbosa, Jorge Luiz. Favelas alegria e dor na Cidade. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio; Brasil, 2005.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Tradução (2ª ed. Inglesa) Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1993.

TUAN, Yi- Fi. Espaço e Lugar, a Perspectiva da Experiência. Tradução de Lívia de Oliveira, São Paulo: DIFEL. 1983

_____. Topofilia Um Estudo da Percepção: Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira, São Paulo: DIFEL 1974.

APENDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DEPÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO DE GEOGRAFIA

ENTREVISTA COM LIDERANÇA COMUNITÁRIA

1- Nome Completo: _____

2- Nível de Escolaridade:_____

3- Idade:_____ tempo de moradia no Planeta:_____

4- Lugar de moradia antes do planeta:_____

5- Quais os motivos que a levou a vir morar no Planeta?: _____

_____

6- Como tornou-se líder dos moradores do Planeta dos Macacos?
_____
_____
_____

7- Como você analisa a participação dos moradores no início da ocupação? _____
_____
_____
_____
_____

8- Como está esta participação hoje? Dos moradores antigos e dos jovens? _____
_____
_____
_____
_____

9- No processo de construção do lugar houve apoio a participação de alguma entidade tipo ONG? Quais e como apoiava?
_____

_____
_____

10- Como foi construída a creche? _____
_____
_____

11- A que atribui a falta de uma entidade para apoiar esta área do Planeta do Planeta?

_____

_____

12- Como iniciou-se a amizade com o Prefeito Jarbas Vasconcelos? _____

_____

13- A que atribui esse interesse do Prefeito Jarbas pelo Planeta dos Macacos?

_____

_____

14- Como Conseguia o atendimento das reivindicações na Prefeitura do Recife ?

_____

_____

_____

15- E como ocorria a relação com outros prefeitos, após a saída de Jarbas Vasconcelos?

_____

_____

_____

16- Como está a relação do Planeta dos Macacos com a atual prefeitura?

_____

_____

_____

_____

17- E a sua atuação hoje, diferencia-se da atuação no passado?

_____

_____

_____

18- E a participação dos jovens hoje como está caminhando?

_____

_____

_____

19- Qual o seu sentimento hoje em relação ao Planeta dos Macacos?

_____

_____

_____

20- Qual a sua maior preocupação em relação ao Planeta dos Macacos hoje?

_____

_____

_____

21- Como se sente em ter atuado efetivamente para a construção do lugar Planeta dos Macacos?

_____

_____

22- Quais são as ações que estão sendo implantadas atualmente? _____

_____

_____

23- O que falta hoje ao Planeta dos Macacos? _____

_____

_____

24- Há na comunidade um projeto de preparação de novas lideranças? _____

_____

_____

25- O que representa hoje o Planeta para os moradores ?

_____

_____

_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILISOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOFRÁFICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisa para Dissertação de Mestrado

ENTREVISTA COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
ESCOLA DOM BOSCO

1-Qual o seu nome ?
_____

2- Qual o lugar onde você mora
_____
_____
_____

3- Sua idade é:
( ) menos de 15 anos
( ) entre 16 e 25 anos
( ) entre 26 e 40 anos
( ) mais de 40 anos

4- Qual a série que você está cursando?
_____
_____

5- A quanto tempo você mora nesse lugar?
_____

6- Você gosta do lugar onde mora?
Sim ( )
Não ( )
Por que ?_____
_____

7- Você conhece a origem do lugar onde mora? Explique.
_____
_____
_____

8- Acha que o lugar onde você mora, melhorou nos últimos anos?
Quais foram essas melhorias?
_____
_____
_____

9- Você acha-se discriminado devido o lugar onde mora?

Sim ( )
Não ( )
Por que?

_____
_____
_____
_____

10- Participa de algum movimento ou associação onde mora?
_____ Qual ?_____
_____

11- Acha importante participar das reivindicações do lugar onde mora? Por que?
_____
_____

12- Já ouviu falar ou conhece o que vem a ser Zeis, Prezeis, Orçamento Participativo?
Sim ( )
Não ( )

Escreva o que sabe.

_____
_____
_____

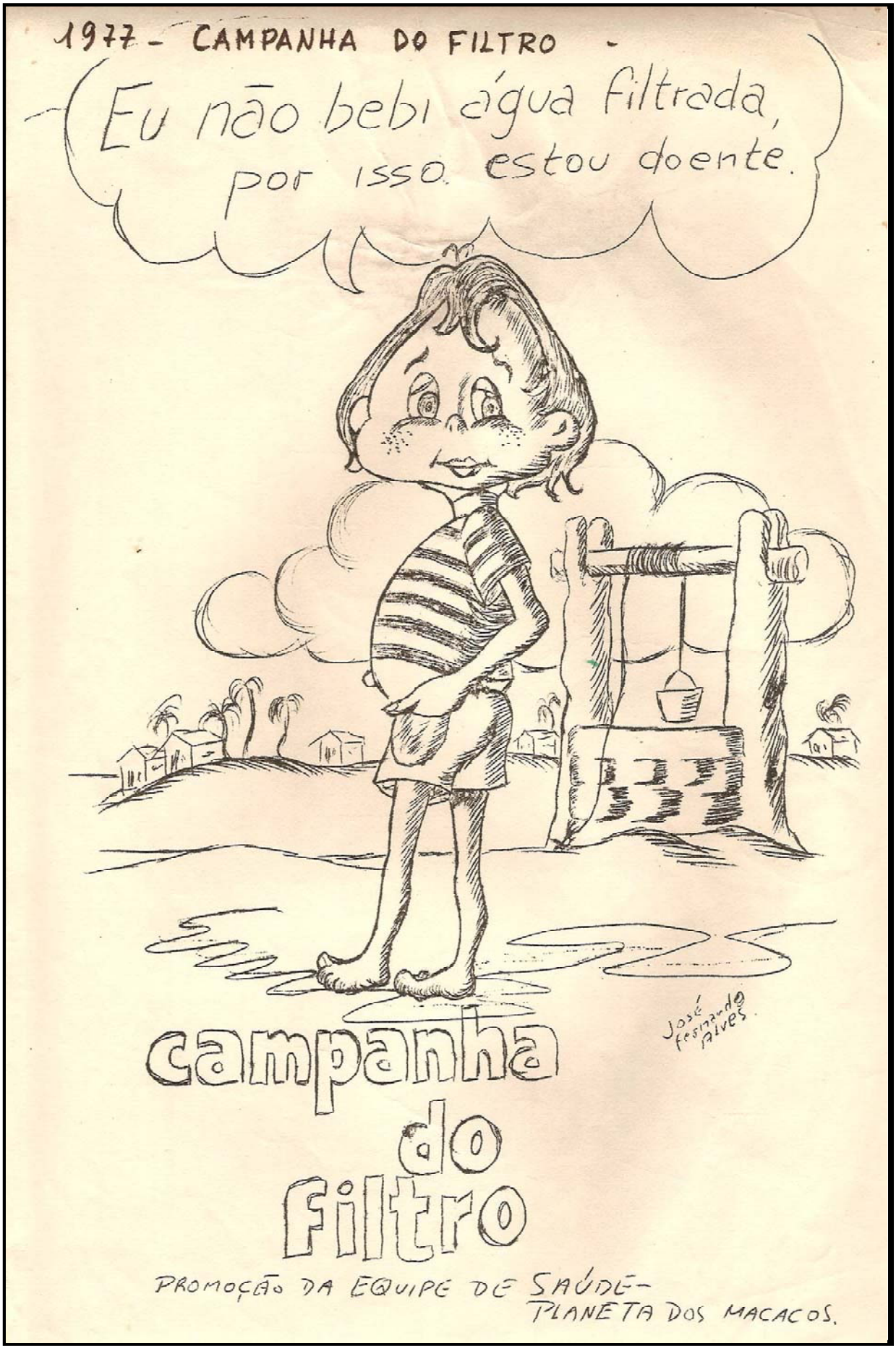
13- Por que o jovem não participa junto aos antigos moradores das reuniões que tratam dos interesses do Planeta dos Macacos?

_____
_____
_____.

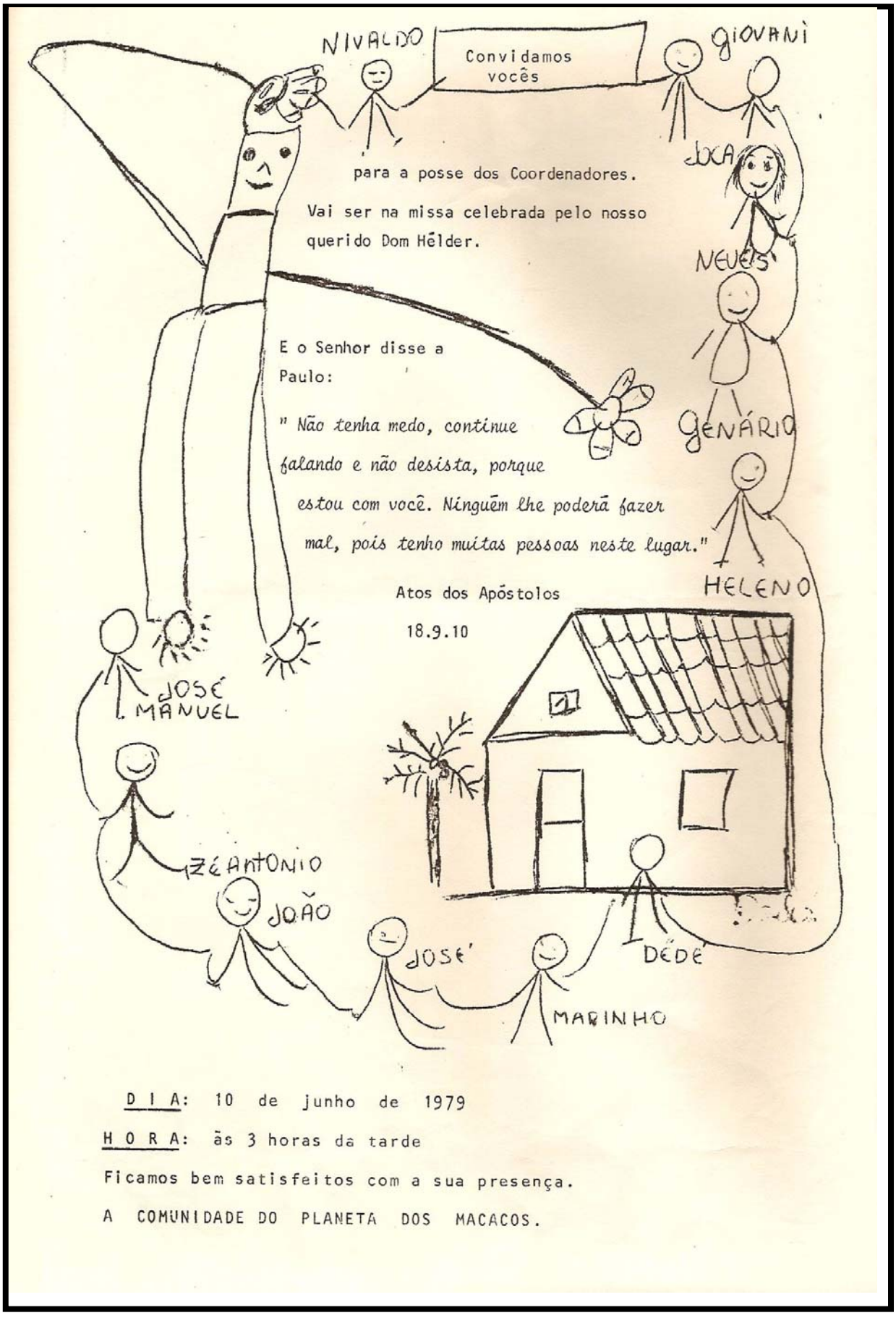
OBRIGADA!
Maria José Vitoriano Serrano

ANEXOS

Anexo 1


1977 - CAMPANHA DO FILTRO -
Eu não bebi água filtrada, por isso estou doente.
José Fernando Alves
campanha do filtro
PROMOÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE - PLANETA DOS MACACOS.

Anexo 2



para a posse dos Coordenadores.

Vai ser na missa celebrada pelo nosso querido Dom Hélder.

E o Senhor disse a Paulo:

" Não tenha medo, continue falando e não desista, porque estou com você. Ninguém lhe poderá fazer mal, pois tenho muitas pessoas neste lugar."

Atos dos Apóstolos

18.9.10

D I A: 10 de junho de 1979

H O R A: às 3 horas da tarde

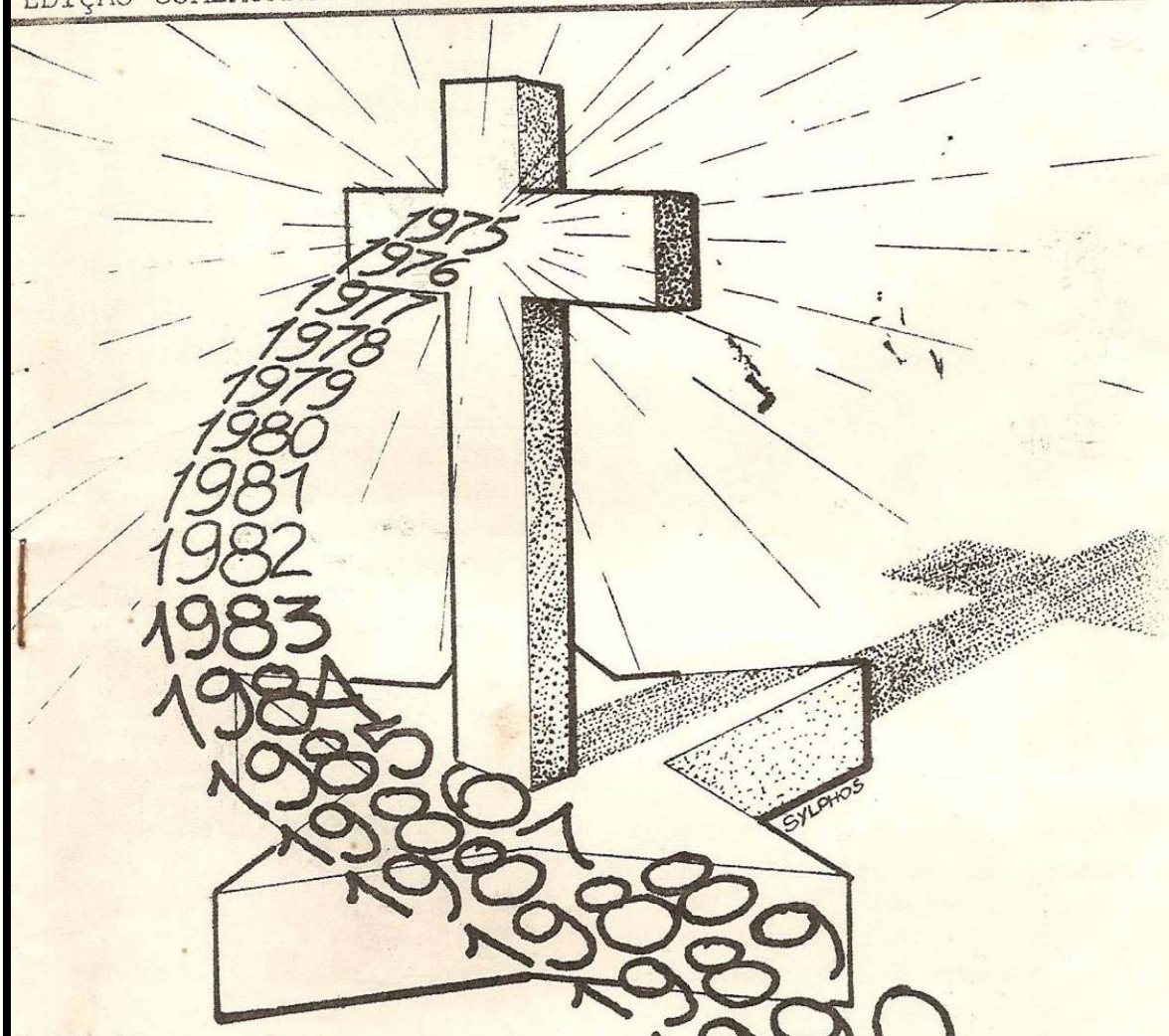
Ficamos bem satisfeitos com a sua presença.

A COMUNIDADE DO PLANETA DOS MACACOS.

Anexo 3

A NOSSA HISTÓRIA

EDIÇÃO COMEMORATIVA PELOS 16 ANOS DA COMUNIDADE DO PLANETA



Felizes os mansos porque possuirão a terra (Mt 5:5)

1991

Edição Extra!

setembro 1991

Anexo 4

- 15 Anos de Trabalho -

Planeta Urgente ZEFINHA PRESIDENTE

Plano de Trabalho da CHAPA 1

- *Aperfeiçoar a atividade pré-escolar já existente.*
- *Organizar melhor a relação da escola com a comunidade.*
- *Expandir o trabalho a partir de uma biblioteca a ser criada no centro Comunitário Planeta dos Macacos que será uma fonte de informações para a comunidade.*
- *Lutar por uma creche de boa qualidade junto com a comunidade.*
- *Apoiar o trabalho produtivo-educativo com adolescentes.*
- *Criar condições para que os adolescentes encontrem meios de enfrentarem a situação econômica precária através de atividades produtivas.*
- *Ampliar a parte educativa adquirindo jogos apropriados ao lazer dos adolescentes.*

Quanto a Saude

- *Apoiar o trabalho de saúde buscando maneiras de garantir um bom desempenho da equipe do Posto junto a comunidade.*

Quanto ao Centro Comunitário

- *Trabalhar junto a comunidade na formação de grupos setor para garantir a contimuidade dos trabalhos como:*
- *Posse da terra*
- *Saneamento básico*
- *Pavimentação de ruas e barreiras*
- *Organizar os sócio na Centro Comunitário Planeta dos Macacos*
- *Dar apoio a grupos comprometidos que surgirem na comunidade desde que os mesmos estejam engajados na luta do centro comunitário planeta dos macacos*
- *Estabelecer um jeito de avaliação pernanente dos trabalhos junto ao centro Comunitário do Planeta dos Macacos*

Vote Chapa 1

Anexo 5

MOVIMENTO POPULAR TERRA E PÃO

O MOVIMENTO POPULAR TERRA e PÃO é o nome que a COMUNIDADE do PLANETA dos MACACOS dá a sua luta pacífica:

— Pela legalização da posse da Terra
— Por melhores condições de Vida

O MOVIMENTO é a defesa do pobre e oprimido contra o grande e opressor.

É que o INAMPS entra na justiça com uma ação de REINTEGRAÇÃO da POSSE.
Ora, o INAMPS nunca teve a posse desta terra.

A POSSE É NOSSA.

A gente sa[illegible]ue quem precisa só de terra, e terra pouca é [illegible]UNTO.

COMUNIDADE É VIVA

Lutará tam[illegible]n por:

— [illegible]prego e salário justo.
— casa e alimento.
— saúde e educação
— justiça e liberdade.

Venha,

Deus está com a gente
pois, quando o povo se une
a Vitória vem!

Planeta dos Macacos, 29 de março de 1980
data da inauguração do Ambulatório da Comunidade.

Anexo 6

Art. 1º - Fica instituída como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, a área conhecida como "PLANETA DOS MACACOS", situada no bairro de **Jardim São Paulo**, nesta cidade, adiante descrita e perfeitamente individualizada na planta constante do anexo 1 deste instrumento normativo, de acordo com o que prescreve o parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Municipal nº 14.947/87 e do artigo 9º, do Decreto nº 13.925, de 26 de junho de 1987.

23 E 24.09.94 Planeta dos Macacos

para as águas servidas construídas em 1987. Em 1986, obtiveram água encanada através da COMPESA.

No que se refere a energia elétrica, utilizavam gambiarra, quando em 1977 a CELPE legalizou as instalações.

A comunidade tem seus becos cimentados por iniciativa dos próprios moradores. A limpeza urbana é realizada por caminhão na área externa da comunidade.

A comunicação é deficiente, e a comunidade recorre às áreas vizinhas.

c) Relação com o Entorno

A comunidade interage com o entorno de forma harmoniosa, tanto na prestação de serviços, desenvolvendo atividades do setor informal como utilizando os serviços básicos de saúde, educação, lazer, transporte, policiamento, etc.

d) Uso Predominante e Nível Econômico da População:

A área apresenta uso predominantemente habitacional, onde se destaca casas de alvenaria com piso de cimento.

No que diz respeito ao nível econômico de sua população, a comunidade em epígrafe, não foge à realidade das mais de 600 favelas da cidade, sobrevivendo de atividades do setor informal, (predominando a lavagem de roupa), marginalizadas do mercado de trabalho, não percebendo renda fixa.

e) Características Urbanísticas do Assentamento:

A mancha em estudo apresenta características que a diferencia do Eixo Urbano.

O seu traçado urbanístico é irregular, tipologia habitacional de baixo porte e padrão e densidade compatíveis com áreas especiais.

A área soma um total de 0,46 ha. tem perfil urbanístico característico de aglomerados pobres, carentes de infra-estrutura urbana e regularização fundiária com capacidade de Consolidação e fixação de sua população por não estarem localizadas em área de risco ou interdição institucional.

A recomendação a favor da criação de uma nova ZEIS, prende-se ao fato da ocupação apresentar condições de permanência física, com perspectivas de melhorias a partir da execução do seu Plano Urbanístico e de Regularização Jurídica que venha favorecer a implantação de infra-estrutura, demonstrando assim a sua viabilidade de consolidação e melhorias previsto por Lei.

Entende-se pois, a necessidade do engajamento desta área, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo PREZEIS e da programação específica da PCR para tais tecidos.

DESCRIÇÃO DE LIMITES- Anexo 2 - Isaldo Martins de Souza

Inicia no cruzamento do eixo da Estrada do Arraial com o prolongamento da linha de divisa lateral esquerda do lote do imóvel nº 4901 da referida rua; segue por esta linha de divisa até o cruzamento com a linha de divisa lateral direita do lote do imóvel nº 2450 da Avenida 17 de Agosto; deflete à direita e segue por esta até o cruzamento com a linha de divisa de fundo dos lotes lindeiros da Avenida 17 de agosto; deflete à direita e segue por esta até o cruzamento com a linha de divisa de fundo do lote do imóvel nº 4961 da Estrada do Arraial; deflete à direita e segue por esta até o cruzamento com a linha de divisa lateral direita do referido imóvel; deflete à esquerda e segue por esta até o cruzamento com o eixo da Estrada do Arraial; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o prolongamento da linha de divisa lateral esquerda do lote do imóvel nº 4901 da referida rua, fechando assim a poligonal que define o limite da área.

O limite proposto para a ZEIS possui uma área de 0,46 ha.

LEI Nº 15.958/94

EMENTA: Altera o zoneamento da cidade, instituindo como Zona Especial de Interesse Social-ZEIS, a área conhecida como "Planeta dos Macacos", e dá outras providências.

O POVO DA CIDADE DO RECIFE, POR SEUS REPRESENTANTES, DECRETA E EU EM SEU NOME; SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída como Zona Especial de Interesse Social-ZEIS, a área conhecida como "PLANETA DOS MACACOS", situada no bairro de Jardim São Paulo, nesta cidade, adiante descrita e perfeitamente individualizada na planta constante do anexo 1 deste instrumento normativo, de acordo com o que prescreve o Parágrafo Único, do artigo 4º, da Lei Municipal nº 14.947/87 e do artigo 9º, do Decreto nº 13.925, de 26 de junho de 1987.

PARÁGRAFO ÚNICO - São os seguintes os característicos, limites e confrontações da área ora instituída como Zona Especial de Interesse Social-ZEIS:

DESCRIÇÃO DOS LIMITES DA ÁREA: Inicia no cruzamento do eixo da Rua Itapetininga com a linha de divisa lateral esquerda do terreno pertencente ao Cemitério Parque das Flores, da Avenida Liberdade; deflete à direita e segue por esta e seu prolongamento até o cruzamento com o prolongamento do eixo do canal Curado II; deflete à esquerda e segue por este até o cruzamento com a linha de divisa de fundo dos lotes lindeiros (lado esquerdo) da Estrada do Curado; deflete à esquerda e segue por esta até o cruzamento com a linha de divisa lateral esquerda do lote da casa nº 285 da Estrada do Curado; deflete à direita e segue por esta e seu prolongamento até o cruzamento com o eixo da Estrada do Curado; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o eixo do afluente Curado II; deflete à esquerda e segue por este até o cruzamento com o eixo do canal do Curado; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o eixo da Rua Eusébio de Matos; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o eixo da Avenida Piracicaba; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com o eixo da Rua Tupinanã; deflete à esquerda e segue por esta até o cruzamento com o eixo da Rua Itapetininga; deflete à direita e segue por este até o cruzamento com a linha de divisa lateral esquerda do terreno pertencente ao Cemitério Parque das Flores da Avenida Liberdade, fechando assim a poligonal que define o limite da área, perfazendo um total de 27,63ha.

Art. 2º - Ficam alterados os limites da ZR-4 e da ZV-4, com a exclusão da área acima descrita.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 23 de setembro de 1994.

PREFEITO

a) Jarbas de Andrade Vasconcelos.

LEVANTAMENTO SÓCIO-URBANÍSTICO - ANEXO 01

ÁREA - PLANETA DOS MACACOS

a) Localização da Área - Zonas Inseridas

A área localiza-se na Zona Sul da cidade, compõe a Região Político Administrativa 05 e integra o bairro de Tejipió.

A mancha em estudo é formada pela comunidade de Planeta dos Macacos e está inserida na Zona Residencial 04 e ZV-4, que possuem densidade populacional e tipologia habitacional diferente da área em destaque.

b) Forma de Ocupação/Nível de Consolidação

O processo de ocupação foi gradual, teve início em 1975. O terreno ocupado era matagal e alguns moradores das proximidades usavam a área para plantio de macaxeira, inhame, etc.